



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

POSGRAP - PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

NPGeo - NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DA ENERGIA QUE SE PLANTA À SUJEIÇÃO CAMPONESA: o

Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e seus
rebatimentos no Alto Sertão Sergipano

Cidade Universitária Prof.º José Aloísio de Campos

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2013

Jamile Oliveira Rodrigues

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Josefa de Lisboa Santos

Cidade Universitária Profº. José Aloísio de Campos

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2013

DA ENERGIA QUE SE PLANTA À SUJEIÇÃO CAMPONESA: o
Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e seus
rebatimentos no Alto Sertão Sergipano

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof.^a Dr.^a **Josefa de Lisboa Santos** (NPGeo/UFS)

ORIENTADORA

1º Examinador: Prof.^o Dr.^o **Claudio Ubiratan Gonçalves** (UFPE)

MEMBRO EXTERNO

2º Examinador: Prof.^a Dr.^a **Marleide Maria Santos Sérgio** (NPGeo/UFS)

MEMBRO INTERNO

Mestranda: **Jamile Oliveira Rodrigues**

São Cristóvão/SE _____ de _____ de _____

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

R696d Rodrigues, Jamile Oliveira
Da energia que se planta à sujeição camponesa : o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e seus rebatimentos no Alto Sertão Sergipano / Jamile Oliveira Rodrigues ; orientadora Josefa de Lisboa Santos. – São Cristóvão, 2013.
219 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

1. Geografia agrária. 2. Geografia econômica. 3. Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (Brasil). 4. Combustíveis. 5. Camponeses. I. Santos, Josefa de Lisboa, orient. II. Título.

CDU 911.3:63

DEDICATÓRIA

À minha avó Josefina Almeida (in memória), mulher que foi um exemplo de mãe, mulher e amiga, sempre muito carinhosa e preocupada com todos.

À minha mãe, Josefa Vânia, meu maior tesouro.

Ao meu pai, Renato Rodrigues (in memória) e a minha filha Maria Victória (in memória), pessoas que sempre foram motivos para que eu continuasse a lutar.

E minha mãe adotiva, minha orientadora, a Prof.^a Dr.^a Josefa Lisboa.

AGRADECIMENTOS

A escolha em prosseguir na trajetória acadêmica é uma escolha difícil, pois por muitas vezes temos que abdicar de momentos fundamentais da vida. Ao mesmo tempo é gratificante, pois a decisão de fazer o Mestrado trouxe um amadurecimento intelectual e pessoal, possibilitando repensar o modo de ver e viver no mundo de contradições. Os encaixos encontrados no percurso não foram fáceis, mas encontrei pessoas que me proporcionaram momentos inexplicáveis, pessoas que fizeram e fazem diferença em minha caminhada.

Agradeço a Deus por ter escutado minhas preces e meus pedidos de socorro, os quais sempre foram respondidos com gestos e palavras de amigos e amigas. Agradeço a minha família pelo apoio e compreensão, tendo sempre as palavras certas nos momentos certos. Desculpas mãe, Josefa Vânia, pelas ausências nos momentos que você mais precisou de mim, a senhora é a maior razão para eu não desistir, mesmo nos momentos que desejava a minha presença, o meu colo e ombro amigo. Estendo essas singelas palavras ao meu irmão Renato. Obrigada por vocês permitirem que eu faça parte da vida de vocês. Amo vocês!

Obrigada as duas pessoas tão especiais meu pai, Renato Rodrigues (in memória) e minha filha Maria Victória (in memória), que pesar de não estarem mais presentes sempre serviram de inspiração e motivo para que eu nunca desista dos meus objetivos, foram poucos momentos juntos, mas jamais esquecerei de vocês.

Obrigada Arnaldo por tentar preencher durante esse período os vazios que deixei ao seguir meu caminho e por estar ao lado do meu tesouro não deixando desistir da vida. À minha vó Josefina Almeida (in memória), apesar da ausência não poderia jamais deixar de mencioná-la, seu amor, carinho e cuidado que sempre teve por mim, lembro-me das inúmeras vezes que eu dormia debruçada nos livros para dar conta de construir o anteprojeto e a senhora tirava meus óculos e chamava minha mãe para cobrir-me. Agradeço por tudo que representou e representa para nós.

A Rosevânia e Nyorisson por me apoiarem e por terem sido responsáveis em colocar em minha vida o meu companheiro, Rafael Conceição, a quem tenho aprendido cotidianamente o sentido de cumplicidade. Obrigada pelo carinho,

atenção e compreensão que tem demonstrado desde o começo, e por ter me apresentado amigos que ajudaram nos momentos que o desamino quis se fazer presente. Nesse sentido, agradeço a Lucas Berto e a turma da CAFUA.

Na esfera acadêmica gostaria de externar o imenso carinho e respeito a todos que fazem parte do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe, Campus de Itabaiana.

Em especial a minha orientadora a Prof.^a Dr.^a Josefa de Lisboa Santos pelo respeito e compromisso que sempre teve com a Geografia, pelas inúmeras e constantes vezes que abdica da família para nos orientar dando-nos conforto e possibilidade de continuar refletindo e crescendo enquanto pesquisadores. Agradeço por ser uma amiga e conselheira, como diz minha mãe e meu irmão, você é a minha outra mãe, e eu tenho orgulho de ter mais uma mãe tão especial, que sabe cobrar respeitando meus limites. Desta forma, estendo meus sinceros agradecimentos a seu esposo Mauro e seus filhos, Caio, Lara e Davi por sempre terem sido receptivos, compreensivos e por abrirem as portas de sua casa muitas vezes em horários e dias que deveriam ser dedicados a família. Muito obrigada!

À turma “O tempo não para”, pelo apoio e torcida. As minhas amigas Jailma, Joseilde e Marina pela torcida e palavras de apoio.

Ao Prof.^o Dr.^o Claudio Ubiratan Gonçalves (Bira), que desde o início da minha trajetória universitária acreditou em mim instigando-me como pesquisadora. Obrigada por aceitar fazer parte da banca examinadora tanto da qualificação, quanto da defesa, pelas ricas contribuições que sempre que oportuno tem transmitido durante a minha trajetória acadêmica.

A Prof.^a Dr.^a Marleide por ter contribuído desde a graduação na reflexão sobre a Geografia, e pelas contribuições na construção da dissertação, desde a elaboração do anteprojeto e depois quando aceitou fazer parte da banca examinadora da qualificação e defesa desse trabalho, suas contribuições, assim como, suas palavras amigas, foram de suma importância para a conclusão dessa pesquisa.

Ao Prof.^o Hinaldo pela elaboração dos mapas, sempre disposto a ajudar. E ao auxílio de Leandro e Renata Alves socorrendo-me nas correções de alguns mapas.

À Prof.^a Vanessa Dias pelas contribuições na construção do anteprojeto. Aos Professores Ana Rocha e Daniel pelo apoio e por serem compromissados com o ensino da Geografia.

Aos professores do NPGeo pelas enormes contribuições durante as aulas que possibilitaram o amadurecimento como Geógrafa, mas também como pessoa. De modo especial a Prof.^a Dr.^a Alexandrina Luz Conceição e a Prof.^a Dr.^a Vera França por sempre terem demonstrado carinho e respeito aos alunos e pelas contribuições na minha trajetória desde a graduação quando buscamos consolidar o Curso de Geografia no Campus de Itabaiana.

Ao Prof.^o Dr.^o Eraldo Ramos Filho por me colocar em contato com o meu objeto de estudo, o que me estimulou bastante a partir das indagações que surgiam.

Aos funcionários, técnicos e bolsistas do NPGeo nas pessoas de Everton, France, Vivi, Tamires, Rafaela e Jonatas por sempre serem atenciosos e solícitos nos meus pedidos.

À Coordenação do NPGeo pelo trabalho que tem realizado para oferecer aos professores e alunos o desenvolvimento de suas atividades e pesquisas.

À turma de Mestrado 2011, pelos momentos de discussões não somente acadêmica, mas de vida. Dividir com vocês esses dois anos foram essenciais para a finalização desse trabalho. Obrigada a Alberlene, Aline, Iguaraci, Jânison, Jonas, Jorgenaldo, Laiany, Leônidas, Lucivalda, Vanessa e Ramon, em especial a Fabio e Vanilza por terem me acompanhado na realização dos trabalhos de campo e pela presença nos últimos e difíceis momentos.

A David Pimentel e Renata Sibéria, pela amizade e respeito, pelas leituras e contribuições durante a construção da dissertação.

À Juliana Moura pela tradução do resumo em inglês.

Aos assentados do Jacaré-Curituba. Ao Sr. João Gomes e Avelange que não hesitaram em ceder informações, dados, fotos e pessoas que acompanhassem nos trabalhos de campo.

Por fim, respeitando a uma contribuição de grande importância para o desenvolvimento dessa pesquisa, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de estudo que me permitiu dedicação exclusiva para a pesquisa.

Obrigada a todos pelas contribuições, sintam-se parte desse trabalho!

EPÍGRAFE

É difícil imaginar o funcionamento desse modelo de desenvolvimento sem guerras, até porque a lógica da economia capitalista (e não de qualquer economia, diga-se de passagem) implica uma lógica de guerra permanente por conquista de mercado e, depois que o capital comercial foi associado ao capital industrial e ao capital bancário (o capital financeiro no dizer de Lenin) não se disputam mercados para a venda de produtos mas, sobretudo, para se obter as fontes de matéria-prima ou controlar os lugares e regiões estratégicos – Canal de Suez, Canal do Panamá, por exemplo.

(Porto-Gonçalves, 2006)

RESUMO

A pesquisa intitulada “Da energia que se planta à sujeição camponesa: O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e seus rebatimentos no Alto Sertão Sergipano”, analisam as contradições do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) no espaço agrário do Alto Sertão Sergipano e seus rebatimentos na unidade de produção camponesa. O estudo recuperou o debate acerca da descoberta do petróleo como um rico potencial energético na 2ª Revolução Industrial, e posteriormente, o aumento do consumo pelas atividades econômicas, que trouxe à tona um contexto de escassez desse recurso, responsável por impor uma revisão da matriz energética mundial. A situação de demanda por nova matriz energética se coloca ao lado da elaboração de um novo paradigma de desenvolvimento que sugere o uso racional e sustentável dos recursos da natureza. Nesse panorama, a continuidade do modelo de produção depende da criação dessa nova matriz, e o Brasil, criou vários programas para atender a produção de energia, principalmente, a partir de agrocombustíveis, cujas trajetórias trouxeram transformações no espaço rural brasileiro. Em Sergipe, o PNPB vem sendo introduzido no campo desde 2007, apresentando como objetivo a produção de diesel a partir do cultivo do girassol e destacando-se pela promessa de trazer benefícios econômicos, sociais e ambientais. Na realidade estudada, o PNPB expressa a sua importância no contexto em que nenhuma mudança estrutural é apontada para erradicar definitivamente a pobreza no campo. Na área de estudo, observou-se um programa que ao se espacializar, aprofundou a vulnerabilidade do camponês às diretrizes do mercado, à medida que a produção de oleaginosas se realiza sob o comando de um agente externo, atendendo ao momento atual das relações capitalistas.

Palavras-chave: Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, agrocombustíveis, monopolização do território, reprodução social camponesa.

ABSTRACT

The project entitled 'From the energy which is planted to the peasants subjects: The National Program for Production and Use of Biodiesel and its effect in the backwoods of Sergipe', analyzes the contradictions of the National Program for Production and Use of Biodiesel in the backwoods of Sergipe and its effect in the peasants production. The study got back the debate about the discovery of oil as a great energy potential during the Second Industrial Revolution, and later, the increase of consumption through the economic activities, which brought up a shortage context of this resource, responsible for imposing a review of the world energetic base. The demand for a new energetic base is joined with the creation of a new development approach that suggests the rational and sustainable use of natural resources. In this outlook, the continuation of the production model depends on the creation of this new base, and Brazil, created many programs to support the energy production, especially, through agrofuels, whose history brought changes in the Brazilian rural areas. In Sergipe, the National Program for Production and Use of Biodiesel has been introduced in the country since 2007, presenting as an objective, the diesel production through the sunflower cultivation, and making it stand out by the promises of bringing environmental, social and economic benefits. Actually, the National Program for Production and Use of Biodiesel expresses the importance of the context that no structure change is highlighted to definitely stamp out the poverty in the country. In the study area, a program was observed that after spatializing, it went deeper into the vulnerability of the country person to the market guidelines, as the oil seeds production happens under the command of an outside agent, supporting the capitalist relations nowadays.

Key words: National Program for Production and Use of Biodiesel, agrofuels, territory monopolization, social peasant reproduction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01:	Cadeia simplificada da produção do girassol	52
Figura 02:	Estados da Federação que possuem empresas portadoras do SCS	79
Figura 03:	Localização das usinas da Petrobrás Biocombustíveis	81
Figura 04:	Cadeia produtiva do girassol	82
Figura 05:	Participação de estabelecimentos de agricultura familiar no PNPB em 2010	93
Figura 06:	Evolução de número de estabelecimentos da agricultura familiar participantes do PNPB por Região, de 2005 a 2010	94
Figura 07:	A produção consorciada do girassol com a laranja	98
Figura 08:	Produção de girassol consorciada com o feijão	99
Figura 09:	Rota de produção de alguns fertilizantes nitrogenados comercializados no Brasil	101
Figura 10:	Municípios produtores de girassol	120
Figura 11:	Capítulo do girassol	125
Figura 12:	Os grãos de girassol	125
Figura 13:	Caminho do girassol em Canindé do São Francisco, Sergipe	126
Figura 14:	Fabriqueta de embalagem de produtos da COOPRASE	129
Figura 15:	Macaxeira produzida e embalado pela cooperativa	130
Figura 16:	O arroz cultivado e embalado pela cooperativa	130
Figura 17:	Produtos cultivados e embalados pela COOPRASE	130
Figura 18:	Fornos industriais para a produção dos bolinhos	132

Figura 19:	Seladora adquirida pela COOPRASE	132
Figura 20:	Municípios que adquirem produtos da COOPRASE via PNAE, 2013	134
Figura 21:	Agricultor colhendo os capítulos de girassol	137
Figura 22:	Plantio de girassol no período da colheita	138
Figura 23:	Caminhonete para o transporte dos sacos de girassol	139
Figura 24:	Trabalhadores batendo os capítulos de girassol	139
Figura 25:	O caminho percorrido do girassol até o agrodiesel	140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráficos 01:	Estimativa da Produção de Energia, Brasil, 1905 – 1941	68
Gráficos 02:	Estimativa da Produção Energética no Brasil, entre 1954 – 1994.	68
Gráficos 03:	Produção da cana-de-açúcar, Brasil, 1960 – 2006	72
Gráficos 04:	Produção da cana-de-açúcar no estado de Sergipe, 1970 – 2006	116
Gráficos 05:	Produção de girassol no Alto Sertão Sergipano, 2008 – 2012	122

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELAS

Tabela 01: Produção de cana-de-açúcar no estado de Sergipe, 2006 – 2011. 117

LISTAS DE QUADRO

QUADRO

Quadro 01: Síntese dos Programas de Produção de Agrocombustíveis no Brasil 74

LISTA DE SIGLAS

ANP - Agência Nacional do Petróleo, gás Natural e Biocombustíveis

AOC - Appellation d'Origine Contrôlée

APL – Arranjos Produtivos Locais

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CEIB - Comissão Executiva interministerial

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

COOPRASE – Cooperativa Regional de Assentados de Reforma Agrário do Alto Sertão Sergipano

COPERSUCAR - Cooperativa de produtores de cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo

DAP - Declaração de Aptidão do PRONAF

DS – Desenvolvimento Sustentável

FAPITEC/SE – Fundação de Apoio a Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe

FMI – Fundo Monetário Internacional

GEF – Global Environment Facility

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra

ONG – Organismos Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OVEG - Programa Nacional de Alternativas Energéticas Renováveis de Origem Vegetal

Pbio – Petrobrás Biocombustível

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool

Probiodiesel - Programa Brasileiro de Biocombustível

PROBIOSE - Programa de Biodiesel de Sergipe

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Proóleo - Programa Nacional de Óleos Vegetais para Fins Energéticos

SCS – Selo Combustível Social

TASS – Território do Alto Sertão Sergipano

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

SergipeTec – Sergipe Parque Tecnológico

Petrobrás – Petróleo Brasil S.A

INPA – Instituto nacional de Pesquisa da Amazônia

FASE – Fundação de Atendimento Sócio-Educativa

GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	04
AGRADECIMENTOS	05
EPIÍGRAFE	09
RESUMO	10
ABSTRACT	11
LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE GRÁFICOS	14
LISTA DE TABELAS E QUADROS	15
LISTA DE SIGLAS	16
SUMÁRIO	18
INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I: QUANDO A NATUREZA GANHA VALOR DE TROCA: ESPAÇO TORNADO MERCADORIA	31
1.1 – Espaço, apropriação e controle: território de uso e subordinação no campo	36
1.2 – O campo na esteira da dominação	41
1.2.1 – O agronegócio X a produção camponesa	43
1.3 – A monopolização do território e o lugar do camponês no jugo da lógica capitalista	47
CAPÍTULO II: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A POLÍTICA ENERGÉTICA	54
2.1 – A agroenergia como uma estratégia da atual política energética mundial.	62
2.2 – O Brasil no contexto da atual política energética	66
2.3 – A imagem do promotor da inclusão social através do Selo Combustível	

Social	75
CAPÍTULO III: O ESTADO, O PNPB E O LUGAR DA PRODUÇÃO CAMPONESA	85
3.1 – O Estado e a formação da cadeia produtiva dos agrocombustíveis	86
3.2 – O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel	91
3.3 – A metamorfose do camponês em agricultor familiar: no discurso da inclusão social do PNPB, a subordinação ao mercado	95
3.4 – Na manutenção da dependência da matriz energética aos rebatimentos para o espaço agrário	100
CAPÍTULO IV: A PRODUÇÃO DE ENERGIA ECOLOGICAMENTE CORRETA E A VULNERABILIDADE DA PRODUÇÃO CAMPONESA	108
4.1 – A energia que se planta e a soberania alimentar	109
4.2 – As políticas energéticas em Sergipe	114
4.2.1 – O PROALCOOL e sua atuação em território sergipano	115
4.2.2 – O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel no Alto Sertão Sergipano	117
4.3 – A relação entre o PNPB e o PNAE: desdobramentos para o camponês ..	127
4.4 – A cadeia produtiva do girassol no Alto Sertão Sergipano	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
APÊNDICES	155
ANEXO	163

INTRODUÇÃO

O contexto em que o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel foi criado nos fez buscar compreender como se iniciaram as discussões sobre as “energias alternativas”, tornando-se necessário conhecer o conceito de natureza, assim como o uso desmedido dos recursos naturais com vistas a atender a reprodução e manutenção do sistema capitalista. A exploração exacerbada dos recursos da natureza ameaça as reservas de matérias-primas e das fontes de energia.

No princípio, as sociedades comunais retiravam da natureza aquilo que lhe era necessário à sobrevivência. Em decorrência das transformações da/na sociedade, com o advento do capitalismo e seu desenvolvimento, os interesses foram deixando o atendimento das necessidades básicas do indivíduo, para a produção de excedente, e, em decorrência, o mundo submeteu-se a um processo de controle e exploração da natureza. No dizer de Harvey: o capital, na busca de forma descontrolada pela extração das riquezas que a natureza pode lhe oferecer, transforma tudo em coisa, mercadoria.

Neil Smith, por sua vez, destaca que:

...o capital se volta para a superfície do solo em busca dos recursos materiais; a natureza torna-se um meio universal de produção, de modo que ela não somente provê o sujeito, o objeto e os instrumentos de produção, mas ela é em sua totalidade um acessório para o processo de produção. (1988, p.88)

A apropriação e a extração descontrolada de recursos provenientes da natureza dão início a uma série de problemas de ordem social, econômica, política e ambiental, sendo este último de grande magnitude, pois leva a diversos desequilíbrios e efeitos devastadores por todo o mundo.

Com a expansão do modo de produção capitalista, a produção e organização da sociedade impõe uma demanda cada vez maior de fontes de energias de grande valor energético, como o carvão mineral e o petróleo. Este último, no decorrer do século XX passa a ser a principal matriz energética mundial.

Mas sua condição de combustível fóssil não-renovável e de alto teor energético, em um cenário de avanço das forças produtivas do capitalismo, traz a insegurança com a matriz energética mundial.

Dentro deste contexto, há necessidade da busca incessante por fontes de energias que garantam o funcionamento do setor produtivo capitalista. Percebe-se o fortalecimento de um discurso que afirma a importância de se usar as “energias limpas” objetivando prolongar a utilização da natureza, extrair a matéria-prima para a obtenção de energia de forma mais equilibrada, além de garantir a reprodução e manutenção do capital.

Nesse contexto, temos como saída as fontes de energias alternativas ou renováveis. Estas são assim denominadas por serem fontes de energia nas quais a matéria-prima é extraída da natureza de forma equilibrada e também com elevado poder de renovação, uma vez que não é finita (as energias eólica, hidráulica, solar, nuclear, geotérmica e as biomassas que dão origem aos agrocombustíveis). Estas possuem a capacidade de fornecer energia “limpa” e de “baixo custo”. Como afirma Valle,

Uma das formas de se resolver o problema do **aquecimento do clima** na Terra é rever uma boa parte da matriz energética usada pelo homem até agora. Por essa razão surgiu o desenvolvimento das **energias alternativas ou renováveis**, que são obtidas de fontes naturais virtualmente inesgotáveis, sendo algumas dessas pela grande quantidade de energia que contêm e outras porque têm a capacidade de regenerar-se por meios naturais. (2010)

Estas novas matrizes energéticas trazem diversos benefícios entre eles é possível citar: energias sustentáveis - uso em equilíbrio com a natureza; evitam e reduzem a emissão de gases de nitrogênio, do óxido de enxofre e de carbono; reduz a dependência de fontes de energias estrangeiras e nucleares e melhoram a qualidade do ar, bem como sua visibilidade.

Os agrocombustíveis ganham importância nesse contexto, uma vez que se colocam como uma das alternativas para a produção de energia “limpa”. As fontes de energia dos agrocombustíveis são retiradas das oleaginosas, dos óleos derivados de vegetais (mamona, girassol, soja, amendoim, pinhão-manso, canola), e também de origem animal a partir do sebo de bovinos, suínos e aves. Apesar de ser uma

fonte de energia renovável e menos agressiva à natureza ela gera uma degradação quando as suas matérias-primas (oleaginosas) são cultivadas sob a lógica monocultora, porque empobrece e deixa o solo mais compacto.

A produção do agrodiesel foi inicialmente desenvolvida por Dr. Rudolf Diesel, no final do século XIX e início do XX, com os primeiros automóveis movidos a base de agrodiesel, mas foi somente em 1970, com as crises do Petróleo que a produção do agrocombustível ganhou grandes proporções, expandindo-se para a Alemanha, França, Áustria e em 1990 aos EUA, que também aderiram a essa nova fonte energética.

O Brasil vai se inserir nesse processo apresentando vantagens como a vasta extensão territorial, a disponibilidade de solos férteis e de climas favoráveis à produção de uma gama de oleaginosas em áreas distintas do território brasileiro.

Dentro dessa lógica o Brasil implantou, no decorrer dos anos, diferentes programas realizados pelo governo federal para estimular a produção do agrodiesel. Em 1975 o Proálcool – Programa Brasileiro de Álcool. Outros programas foram criados e executados no Brasil como o Petróleo (Programa Nacional de Óleos Vegetais para Fins Energéticos) em 1980, e o Probiodiesel (Programa Brasileiro de Biocombustível) em 2002 que vai dar origem, em 2004, ao atual Programa Nacional de Uso e Produção do Biodiesel.

O Programa Nacional de Uso e Produção do Biodiesel – PNPB – fomenta a produção de oleaginosas a partir de diferentes vegetais, tais como: mamona, soja, pinhão-manso, girassol, amendoim e dendê, nas diferentes regiões brasileiras o que torna este programa “não excludente”, já que a grande extensão territorial, a diversidade de clima e solos presentes no território brasileiro fazem com que cada região possua oleaginosas que se adéquem às suas necessidades.

A proposta do programa é direcionada, sobretudo, à produção realizada pelo camponês, pois objetiva aumentar a renda e gerar mais emprego via “inclusão social”, sendo este mais um fator que leva o discurso de um programa não excludente. Estes fatores atrelados à diminuição dos gases poluentes, e principalmente a diminuição da dependência com a atual matriz energética e a

própria escassez do petróleo fazem com que este programa venha a ser alvo de políticas públicas em diferentes regiões brasileiras.

Em Sergipe, o uso do território para a produção do girassol se coloca como uma das saídas encontradas pelo capital para acumular mais capital a partir da subordinação camponesa. O espaço que compreende o Alto Sertão Sergipano área de estudo desta pesquisa é apropriado pelo Programa, uma vez que os camponeses se engajaram como forma de permanecerem no campo. Na medida em que, os camponeses são levados a explorarem as potencialidades presentes na natureza, para a produção do girassol, acabam ao mesmo tempo, atendendo aos interesses do mercado para a produção de energia. Nessa conjuntura, o espaço, de fato não é mais espaço e sim um “território”.

Torna-se fundamental dessa forma, a leitura da espacialização do Girassol no Alto Sertão Sergipano por via da implantação do Programa Nacional de Uso e Produção do Biodiesel, uma vez que tem rebatimentos na produção do espaço agrário sergipano redefinindo a lógica de produção e trabalho destas “regiões”. Entende-se que todo esse processo tem se estabelecido em sintonia com a lógica produtiva capitalista mundializada.

A partir dessa perspectiva, a pesquisa tem como objetivo central compreender o delineamento e as contradições do PNPB no espaço agrário do Alto Sertão Sergipano e seus rebatimentos na unidade de produção camponesa. Dentro dessa leitura buscou identificar na pesquisa como a produção do girassol vem sendo implantada, de que forma tem se estabelecido o controle do processamento/beneficiamento do agrodiesel oriundo do girassol. Buscou-se compreender as transformações na unidade de produção camponesa a partir da implantação do PNPB, quais são os atores envolvidos e seu papel na implantação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.

Para alcançarmos os objetivos propostos foi necessário iniciar por uma leitura bibliográfica relacionada à questão agrária e a dos agrocombustíveis e seus rebatimentos, especialmente a espacialização das oleaginosas no território brasileiro. Para entendermos a concepção de natureza e sua relação com a sociedade fizemos uso de autores como: Neil Smith (1981); Karl Marx (2004, 2005), David Harvey (2005); Porto-Gonçalves (2006) e Ruy Moreira (1982). Esses autores

foram importantes ainda para nos fazer compreender o processo de produção do espaço e como na sua apropriação ele vai se tornando território. Uma análise que recebeu ainda a contribuição de pensadores como: Raffestin (1993); Ratzel (1990); Andrade (1994); Milton Santos (1994); Lisboa (2007) e Mendonça (2004).

Foi necessário ainda adentrar no debate sobre a natureza do Estado capitalista e seu papel na atual política energética, o que nos fez caminhar pela concepção de Estado naturalista até a sua imprescindibilidade para a produção do espaço na cumulação capitalista.

Para mostrar as mudanças de paradigma de desenvolvimento e a emergência do discurso do desenvolvimento sustentável trabalhamos com Porto-Gonçalves (2006); Marcionila Fernandes (2001, 2003); Conceição (2004) e Lisboa (2007).

O entendimento das diferentes lógicas de produção camponesa e capitalista, além do processo de territorialização do capital e monopolização do território no campo brasileiro exigiu embasamento nos estudos de Shanin (1980); Amin (1997); Martins (2002); Prado Junior (1985); Paulino (2010), Umbelino Oliveira (1991); Fernandes (2008); Guimarães (1979); Silva (2004), Maria Santos (2008); Fabrini (2010); Cleps Junior (2010); Souto (1998); Renato Lima (2012) e Shimada (2010).

A discussão sobre agroenergia como estratégia do capital para a saída da crise energética e a inserção do Brasil no contexto da busca por fontes de “energias alternativas”, logo nas políticas e programas de energia nos levou às leituras de Houtart (2010); Moreira (2007), Datheim (2003); Rio (2011); Francisco Mattei (2010); Fabrini (2010) e Leite (2007); Fernandes (2010); Menezes Santos (2012); Menezes (1998) e Rio (2010).

As visitas à área de estudo foram fundamentais para o entendimento de como a espacialização da produção está sendo realizada, além da verificação das transformações que vem ocorrendo no Território do Alto Sertão sergipano, o que pode também ser constatado a partir da aplicação de questionários e contato com os sujeitos envolvidos no processo, como os camponeses, além dos mediadores das cooperativas e associações e os técnicos agrícolas.

Foram aplicados 40 questionários com os camponeses assentados que produzem girassol, num universo de 830 famílias sendo que 32 cultivam girassol,

logo entrevistamos produtores de girassol e aqueles que nunca produziram. Além de entrevistas com 4 representantes de associações e 2 representantes da COOPRASE – Cooperativa Regional de Assentados de Reforma Agrária do Alto Sertão Sergipano. Foram feitas visitas ainda aos sites oficiais do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da FAPITEC/SE – Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do estado de Sergipe, Sergipetec – que envolve uma incubadora de Empresas de Tecnologias do estado de Sergipe, e da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

É importante ressaltar que o universo da pesquisa concentrou-se no Assentamento Jacaré Curitiba, pois de acordo com o Presidente da Cooperativa Regional de Assentados de Reforma Agrária do Alto Sertão Sergipano (COOPRASE), no ano de 2012, apenas o perímetro irrigado do Jacaré Curitiba produziu o girassol devido à estiagem, o que foi confirmado ao conversarmos com presidentes de associações de outros municípios. O Assentamento Jacaré-Curitiba surgiu na década de 1990, a partir da mobilização dos camponeses ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que após uma grande marcha na capital do estado conseguiram conquistar as terras que seriam arrendadas por grupos estrangeiros.

As leituras bibliográficas foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, como também idas à área de estudo a fim de confrontar e observar na prática como vem ocorrendo à espacialização do girassol para a produção do agrodiesel. Conforme Lacoste,

O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve-se articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas. (1985, p. 20)

Nesse sentido, buscamos perceber as contradições presentes no espaço agrário do Alto Sertão Sergipano a partir da PNPB, e sua relação com as escalas nacional e internacional, em que prevalece o modo de produção capitalista.

A pesquisa teve o propósito de ir para além da aparência no decorrer do tempo histórico, observando as contradições presentes no espaço em que o homem é o principal agente transformador.

É preciso pontificar que a dialética, como método superior do conhecimento humano, manuseia todo um conjunto de categorias inerentes à essência dos fenômenos. São categorias que nos ajudam a comprovar, a autenticar como científico o fato que pretendemos conhecer. Todas elas – essência e fenômeno, conteúdo e forma, realidade e possibilidade, necessidade e casualidade, causa e efeito, geral e particular - são indispensáveis à investigação científica em qualquer ramo do saber humano. (GOMES, 2007, p. 37 - 38)

Ou seja, utilizaremos o Materialismo Histórico Dialético, pois acreditamos que é o melhor método de compreensão da realidade, com isso se tornou de grande importância visitar a área de estudo, realizar as entrevistas e a aplicação de questionários para atender a realidade concreta. O Espaço e o Território foram as categorias essenciais da Geografia que utilizamos para o desenvolvimento dessa pesquisa. De acordo com Gomes,

O fato de o espaço ser um resultado da acumulação desigual de tempos demonstrando claramente o sentido da mudança da dialética que impede a reprodução mecanicista, isto é, repetitiva do processo da reprodução espacial. Sendo elaborado por combinações de variáveis em sistemas, o espaço se reproduzirá sempre como um novo espaço no processo de sucessão dialética de combinações. (2007, p.68).

É importante ressaltar que neste trabalho foram adotados os termos agrocombustíveis, agroenergia ou agrocarburentes, por acreditar que se trata de expressões que melhor revelam a realidade. Pois a atual política energética está alicerçada na produção de energia em que a principal matéria-prima é proveniente da agricultura. Desta forma, seria equivocado utilizarmos os termos bioenergia ou biocombustíveis, já que estes termos transmitem uma falsa ilusão, pois expressam de forma subliminar o sentido da vida. Contudo, o que pode ser observado é que a produção de oleaginosas destinada à produção de agrodiesel não tem se preocupado com a qualidade de vida. Nesse mesmo sentido adotamos o termo agrodiesel ao invés de biodiesel, pois a produção do diesel dentro da lógica de produção da agroenergia tem matéria-prima oriunda da agricultura e não de fontes

limpas de vida. Ao nos referimos ao produtor agrícola do Alto Sertão Sergipano adotamos o termo camponês, pois consideramos que se trata de trabalhadores rurais que lutaram para conquistar a terra através da luta contra o latifúndio. Entendemos que este produtor é um camponês e não um agricultor familiar, nos termos adotados pela nova política de desenvolvimento rural brasileiro adotada pelo MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário.

As categorias da geografia utilizadas somadas aos procedimentos metodológicos e as bibliografias já elencadas permitiram esboçar o entendimento da realidade da referida área de estudo, representada em discussões teóricas, na confecção de mapas, gráficos, tabelas, fotografias, e análises, que serviram como suporte ao resultado da pesquisa. Desta forma, dividimos o presente trabalho em quatro capítulos, além dessa Introdução e das Considerações finais.

No capítulo 1 apresentamos uma breve análise da relação homem-natureza para compreendermos como o espaço é produzindo a partir da necessidade do homem de extrair os recursos da natureza. Tais riquezas, a princípio, são dotadas de valor de uso que apropriadas pelo homem, criam o valor de troca tornando-as recursos para que possam servir à acumulação. Nesse processo de extração dos recursos da natureza encontramos a produção do espaço repleto de conflituosidades. Espaço como categoria central de análise para compreender a espacialização do girassol no Alto Sertão Sergipano.

As contradições presentes no campo brasileiro e sergipano também são abordadas nesse capítulo a partir do processo de monopolização e territorialização do capital pelos detentores do poder. A territorialização do capital se dar pela junção do latifundiário, o proprietário de terra e o industrial, ou seja, ocorre a fixação do capital no campo e a expropriação camponesa. Já a monopolização não leva a expropriação, ao contrário, o capital “retira” dos camponeses a produção. O capital quando não se territorializa busca a monopolização do território ocasionando a subordinação dos camponeses. Assim, o campo brasileiro é palco de contradições, de um lado temos o agronegócio e do outro os camponeses.

A lógica de produção dos camponeses difere da lógica do agronegócio. O agronegócio apresenta uma complexidade na relação de produção, desde a compra de suprimentos até a circulação de produtos acabados, pois visa atender o mercado

externo, aumentando a produtividade e, conseqüentemente, o lucro. No entanto, o camponês, luta constantemente para adquirir os bens necessários para a sobrevivência e permanência no campo, não visa o lucro, não busca explorar a força de trabalho dos homens. Contudo, o camponês é fundamental para o desenvolvimento da agricultura, apesar de certo grau de subordinação a produção capitalista, uma vez que é levado a produzir a partir dos interesses do mercado. Isso permitiu entendermos o papel do camponês do Alto Sertão Sergipano na atual política energética a partir da espacialização da produção do girassol.

Compreender o contexto ao qual o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel foi elaborado é fundamental. Daí, no segundo capítulo tratamos do Desenvolvimento Sustentável que defende a adoção de um novo modelo de desenvolvimento que valorize as potencialidades locais sem comprometer as riquezas presentes na natureza nem das gerações futuras. Entender a lógica do discurso do desenvolvimento sustentável e sua relação com a atual política energética. Neste capítulo deixamos claro como o novo modelo de desenvolvimento e os discursos provenientes desse paradigma são na verdade discursos impregnados de ideologia.

As revoluções industriais, o crescente e incontrolável uso de mercadorias e, conseqüentemente, dos recursos da natureza, somados as crises do petróleo fazem surgir a necessidade de fontes de energia que degradem menos a natureza e garantam a continuidade das atividades econômicas. Desta forma, mostramos que os agrocombustíveis é uma das saídas que o capital encontrou para escapar da crise energética.

É fundamental a contextualização da participação do Brasil nesse cenário de produção de “energias alternativas” dentro de um contexto mundializado. Vários programas foram implantados no campo brasileiro com o objetivo de diversificar a matriz energética do Brasil, além de aumentar a disponibilidade de energia e promover a inclusão social, desde o PROALCOOL até ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.

A participação do Estado foi e é sempre fundamental para a implantação das políticas e programas de produção energética no Brasil. No capítulo 3 tratamos do papel do Estado na elaboração do PNPB, assim como quando analisamos o

programa e a participação do camponês. A dimensão do que é o Estado e sua função é essencial para compreendermos a atuação nas diversas políticas adotadas para o território brasileiro. O discurso da inclusão social é por nós discutido nesse capítulo com o objetivo de desvendar o peso do discurso do Estado, mostrando seu real interesse na participação camponesa na cadeia produtiva dos agrocombustíveis. Neste capítulo também destacamos a participação dos camponeses do Alto Sertão Sergipano que se inserem no programa como forma de permanecerem no campo.

No capítulo 4 trazemos à tona a polêmica que os agrocombustíveis expressam no que concerne à produção de alimentos, se substitui ou não as áreas de produção. Também destacamos a implantação e atuação dos programas e as políticas de energia no estado de Sergipe e algumas transformações que ocorrem nos diversos espaços. Ainda nesse capítulo, damos ênfase a atuação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel no estado, mais especificamente, no Alto Sertão Sergipano, mostrando toda a cadeia produtiva, os atores envolvidos e o papel que cada um desempenha dentro do programa.

A partir dessa pesquisa podemos concluir que o Alto Sertão Sergipano tem sofrido pequenas transformações após a introdução do girassol via Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. A perda da autonomia e/ou liberdade camponesa na área de estudo vem ocorrendo a partir do processo de monopolização do território pela Petrobrás, que apesar de não se territorializar ela domina a cadeia produtiva do biocombustível. Para os camponeses é importante destacar como ponto negativo, a negação das normativas do programa pela Petrobrás, como a não garantia da assistência técnica, o que, segundo os entrevistados, tem levado a uma redução significativa da área produtora.

Para esses sujeitos, é importante salientar os valores nutricionais do girassol não somente para o solo, mas também para o gado. Ele também é bom porque favorece a apicultura, além de ser uma fonte de renda complementar. Outro benefício foi a possibilidade dos camponeses em participar do Programa Alimentação Escolar (PNAE) que permitiu o melhor escoamento da produção agrícola dos camponeses.

Nota-se que em situação de pobreza, para aqueles sujeitos, o programa aparece como uma alternativa.

Sabe-se que, na ausência de uma política ou medidas estruturais que corrijam a distorção alarmante entre ricos e pobres, o que somente seria possível com a transformação radical do modelo de produção, a alternativa, embora signifique a monopolização do território, a vulnerabilidade da produção de alimentos, assim como o aumento da perda da autonomia camponesa, para aqueles trabalhadores, aparece como uma possibilidade de se manter no campo.

1 – QUANDO A NATUREZA GANHA VALOR DE TROCA: O ESPAÇO TORNADO MERCADORIA

*No processo de trabalho,
os seres humanos tratam os materiais naturais como
objetos exteriores do trabalho a serem
transformados em mercadorias.
Os produtos põem as “artes mecânicas” entre si
mesmos e os objetos do trabalho com a finalidade
de aumentar a produtividade do processo de
trabalho.*

(Neil Smith)

1 – QUANDO A NATUREZA GANHA VALOR DE TROCA: O ESPAÇO TORNADO MERCADORIA

O contexto em que o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel foi criado nos faz buscar como se iniciam as discussões sobre as “energias alternativas”. É necessário compreendermos o conceito de natureza assim como da sua apropriação, pois são fundamentais para percebermos o uso desmedido dos elementos naturais para atender a reprodução e manutenção do sistema do capital. A exploração exacerbada desses recursos como a água e energia, tem ameaçado drasticamente as reservas de matérias-primas e das fontes de energia. Desta forma, é de suma importância entender a relação homem-natureza, pois serve como alicerce na análise e compreensão das políticas e programas adotados pelo Estado para atender as crises energéticas oriundas da exploração da natureza.

A natureza enquanto natureza científica é compreendida num dualismo sendo ao mesmo tempo universal e externa. Esta última é entendida quando é externa à sociedade, pois existe independente da existência da sociedade, logo a natureza aparece como a matéria-prima. Ao mesmo tempo é universal porque está intrínseca à natureza humana e ao seu comportamento. Smith afirma que “a natureza exterior e a universal não são inteiramente conciliáveis, pois ao mesmo tempo em que a natureza é considerada exterior à existência humana, ela é simultaneamente tanto exterior quanto interior.” (1988, p.28).

O homem tanto é natureza como faz parte da natureza, pois de acordo com Moreira, “a natureza está no homem e o homem está na natureza, porque o homem é produto da história natural e a natureza é condição concreta, então, da existencialidade humana.” (1982, p. 81). Então, a natureza enquanto objeto a ser dominado e manipulado é externa à sociedade, quando essas são consideradas separadamente. Como afirma Smith (op. cit, p. 32) “...No processo de trabalho, os seres humanos tratam os materiais naturais como objetos exteriores do trabalho sendo transformados em mercadorias.”.

Essa apropriação da natureza pelos homens se efetiva desde o surgimento da sociedade, a partir do trabalho e dos instrumentos (técnica). O trabalho é o meio

que permite ao homem fazer uso da natureza. Logo, o trabalho “faz o homem estar na natureza e a natureza estar no homem” (MOREIRA, op. cit, p. 81).

De acordo com Smith “o sertão é a antítese da civilização; ele o estéril, terrível, até mesmo sinistro, não tanto por ser a morada do selvagem, mas por ser seu habitat natural.”. (1988, p. 36). Aqui, a natureza é igualada à condição de selvagem, pois o selvagem e o natural se fundem e devem ser superados para que se alcance o progresso e a civilização. É importante ressaltar que a natureza é construída histórica e socialmente.

Moreira, também corrobora com esta afirmativa ao destacar que, “com a natureza socializada não desaparece a natureza primeira. O que temos é a mudança da forma-natureza para a forma-sociedade” (1982, p. 80). Temos que a história da natureza está intrinsecamente atrelada à história da constituição da sociedade.

Assim, o homem é parte integrante da natureza, numa relação de interação metabólica, o homem é naturalizado e a natureza humanizada.

Ou seja,

Nessa relação metabólica, a natureza fornece ao trabalho tanto seu Sujeito quanto seu Objeto – o trabalhador (com suas capacidades naturais e uma intenção propositada) de um lado, e o objeto do trabalho (material a ser transformado), de outro. (SMITH, 1988, p. 51)

Moreira (1982) chama atenção para os diferentes relacionamentos homens-natureza nas sociedades que ele denomina de “sociedades naturais” ou pré-capitalista, e “sociedades históricas” ou capitalista. Ou seja, aparece aqui a distinção entre o modo pré-capitalista e o modo capitalista de produção. Este último caracteriza-se pela separação entre homem-natureza e o primeiro pela unidade orgânica em que se constituem. Em ambas as sociedades o trabalho é o meio pelo qual o espaço é produzido e/ou reproduzido. Marx em *O Capital*, afirma que o trabalho é antes de tudo,

Um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercambio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. (2004, p. 211).

Nas sociedades pré-capitalistas a terra é o meio pelo qual o homem realiza seu trabalho, logo extrai os meios de sobrevivência, mas são as condições naturais que regem o ritmo do trabalho, conseqüentemente, a vida do homem. Nesse sentido, em relação a esse período da história, Moreira (1982, p. 76) destaca que “o espaço geográfico é o próprio espaço natural”, visto que não havia um domínio de técnicas adequadas para desenvolver atividades como a agricultura, de forma independente das condições naturais.

Desta forma, afirma-se que o homem nas sociedades naturais vive em maior harmonia com a natureza. Nessa direção, a afirmativa de Marx (2004, p. 214), de que “o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz.”, ao tempo em que corrobora para nos levar a reflexão das interações diferenciadas na relação homem-natureza, permite observar que os diferentes modos de produção se constituem a base dessas interações. Quer dizer, as condições de realização da natureza são dadas pelo modo de produção.

Nesse viés Smith (1988, p. 96), afirma que toda superfície terrestre, a atmosfera, os substratos geológicos e o oceano estão sujeitos à transformações para atender as necessidades do capital. Desta forma, os objetos extraídos da natureza são apropriados pelo homem e a eles, atribuídos uma utilidade. De acordo com Marx, “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (ibid, p. 45). Porém essa utilidade independe da quantidade de trabalho necessário para a sua obtenção, pois possuem um valor de uso, ou seja, constituem um bem.

O surgimento da sociedade capitalista ancorada na indústria eleva a apropriação e/ou exploração da natureza e da força de trabalho ocasionando transformações na sociedade. O homem e a natureza são convertidos em mercadorias. Funde-se o “valor de uso” ao “valor de troca”. Conforme Oliveira:

Apesar de originalmente o homem viver em uma unidade harmônica com a natureza no estabelecimento de suas necessidades, na atividade e produção dos seus instrumentos, com o advento do capitalismo e a generalização da relação capital-trabalho o valor de uso do trabalho, das técnicas e assim da natureza, é subvertido pelo valor de troca, tudo se transforma em mercadoria. (2007, p.36)

Assim, o homem e a natureza fazem parte do mesmo processo e do mesmo espaço. A natureza é universal, pois os fenômenos que a compõem devem ser compreendidos em sua essência, ou seja, para além de sua aparência. Conforme Smith (1988, p. 45), a natureza possui duas funções: hostil e ideológica “...Essas funções vieram juntas. O efeito é da conquista – ou mais precisamente, o controle – e a meta é ainda o comportamento social.” O domínio e o controle sobre a natureza é essencial para atender as necessidades da sociedade, que produz um determinado espaço.

As transformações estruturais da sociedade e do espaço, em que os conflitos e as contradições estão presentes no decorrer de um tempo histórico, confirmam a assertiva de Godoy, quando nos informa que:

O espaço revelava no conteúdo de suas formas as mesmas contradições que o produziram. Essas, por sua vez, geravam também as condições de reprodução das relações sociais. Nesse sentido, o espaço é resultado e, ao mesmo tempo, condição da reprodução social. Em outras palavras, o espaço consiste em um “efeito” que se transforma em “causa”, ou, um resultado que se transforma em processo. (2004, p. 31)

A produção do espaço ocorre a partir dos movimentos da totalidade social. O espaço apropriado torna-se produto, ou seja, dá origem ao que se denomina de espaço territorializado, em que os recursos naturais transformam-no e são intensificados pelas relações sociais.

O espaço produzido seria desta forma produto do trabalho humano, pois a produção, baseada no pensamento de Marx está intrinsecamente ligada ao trabalho, sua organização e aos meios necessários a sua realização. Segundo Marx, o processo de trabalho é

Atividade dirigida como fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercambio material entre o homem e a natureza; é a condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. (2004, p. 218).

O trabalho é então meio pelo qual o homem produz e reproduz o espaço para atender suas necessidades.

1.1 – Espaço, apropriação e controle: território de uso e subordinação no campo

Se nessa pesquisa o cerne do debate está no domínio do espaço transformado em território para a produção do girassol, beneficiamento e transformação em agrocombustível considera-se que o espaço continua a ser central para as análises da produção econômica. Nesse ponto coloca-se a questão na centralidade que o espaço ganha, como fonte primária de qualquer ação resultante da relação homem-natureza e entre homens.

A produção do espaço, segundo Fernandes (2005, p.26) ocorre “por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento”. Isso é consequência da intencionalidade de um indivíduo ou grupo, que pretende usufruir de um determinado fragmento do espaço.

A apropriação de frações do espaço atrelada a uma gama de intenções qualifica o espaço enquanto um território, que se mantém a partir do poder. Na obra, *Por uma Geografia do Poder*, Raffestin (1993, p. 144) afirma que, “o espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, “dado” como se fosse uma matéria-prima. Preexistente a qualquer ação”.

Nesse viés o território é uma “produção a partir do espaço”, que se inscreve num determinado campo de poder (Ibid). Assim, o espaço representado, aquele cujo domínio se realiza com fins na produção econômica de qualquer natureza, mas que

seja controlado por algum grupo, passa a ser o território. Nas palavras de Marcelo Mendonça

O processo de domínio e controle dos territórios que apresentam recursos naturais que interessam ao capitalismo, se dá de forma rápida e eficiente entre as sociedades ainda não totalmente integradas ao circuito produtivo; fato que não seria mais possível nas sociedades de tipo capitalista industrial e financeiro. (2004, p.69).

Em sua tese intitulada “*A Urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudoeste Goiano*”, o autor mostra como o capitalismo se apropria de novos espaços objetivando dominá-lo para extrair intensivamente os recursos naturais, além de explorar a força de trabalho humana. São notórias as estratégias que o capital utiliza no Sudoeste Goiano para alimentar o sistema vigente, pois a construção da Estrada de Ferro na região levou uma nova organização produtiva e possibilidades de reprodução e manutenção do capital, conforme destaca Mendonça:

A construção da Estrada de Ferro alterou a dinâmica societal em Catalão e no Sudeste Goiano, pois a cidade se beneficiou da condição de “ponta dos trilhos” e organizou a produção agrícola e industrial em função da posição privilegiada para os investimentos do capital. (ibid, 2004, p. 157).

Nessa mesma direção Lisboa afirma que as idéias de dominação/apropriação se estabelecem na conquista de novos espaços que possibilitem a acumulação de capital. Logo, “o capital os torna territórios de uso e exploração em função de seus fins.” (ibid, 2007, p. 149). Em seu estudo Lisboa mostra como através dos Arranjos Produtivos Locais (APL) o capital se apropria das potencialidades locais como mais uma válvula de escape encontrada para se reproduzir mantendo altas taxas de lucratividade.

Ainda de acordo com Lisboa, os APLs no estado do Ceará tiveram início com a identificação das atividades presentes nos diversos municípios e localidades, com o objetivo de levantarem as atividades produtivas presentes que pudessem ser exploradas. Como podemos confirmar no trecho abaixo,

O interesse na identificação e localização dos arranjos produtivos está relacionado à presença de atividades que aparecem na pauta

de exportações, o que levou os planejadores a entenderem que existem potencialidades a serem exploradas por estratégias e políticas de desenvolvimento, tornando-se opção de investimento para auxiliar no combate à pobreza rural. (2007, p. 161).

Nessa mesma lógica temos no caso sergipano, o uso do território para a produção do girassol, como uma das saídas encontradas pelo capital para acumular mais capital a partir da subordinação camponesa. O espaço que compreende o Alto Sertão Sergipano área de estudo desta pesquisa é “controlado” pelo capital, uma vez que os camponeses se engajam em projetos e programas elaborados pelo Estado, como forma de permanecerem no campo. Na medida em que, os camponeses são levados a explorarem as potencialidades presentes na natureza, para a produção do girassol, acabam ao mesmo tempo atendendo a lógica capitalista para a produção de energia.

Nessa conjuntura, o espaço, de fato não é mais espaço e sim um “território”. Nas palavras de Milton Santos, o território usado são “objetos” e “ações”, ou seja, o “espaço humano” ou “espaço habitado”.

Assim o território usado é o espaço geográfico. Ou seja, o território é o espaço apropriado pelo homem e transformado para atender as suas necessidades. Território definido a partir das necessidades de grupos sociais, necessidades essas que se diferenciam no decorrer do tempo. Milton Santos em *O retorno ao território* afirma que,

Antigamente, sobretudo, antes da existência humana, o que reunia as diferentes porções de um território era a energia, oriunda dos próprios processos naturais. Ao longo da história é a informação que vai ganhando essa função, para ser hoje o verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território. (1994, p. 17)

Assim, o território possui funcionalidade de acordo com os interesses do grupo que se apropria de uma determinada fração do espaço. É importante destacar que existe uma diferenciação funcional do território, que compõe o grupo. Essa perspectiva se sustenta pela visão de que,

Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio, que contribui para ordenar o

território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações. (Raffestin, 1993, p. 151).

Desta forma, as relações de poder presentes no território revelam simultaneamente as relações de produção, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda.

Mendonça, em seu estudo sobre o Sudeste Goiano mostra como as diferentes atividades econômicas no decorrer da história foram não somente criando territórios, mas sobremaneira, evidenciando as mudanças nas relações de poder, conseqüentemente, nas relações sociais. O autor nos mostra como a crise mineradora, a instalação de uma rede ferroviária e a expansão das atividades agropecuárias expropriaram os camponeses e ampliaram o poder dos coronéis latifundiários fazendo surgirem novos atores denominados como *novos ricos*.

Esse processo fez com que surgissem “novos ricos”, principalmente comerciantes, atravessadores, que passaram a controlar, em aliança com os proprietários de terras tradicionais, o poder. É a emergência de uma elite urbana que se apropria do excedente na circulação, mas que quase sempre possuía investimentos em propriedades fundiárias. (2004, p. 157).

Na realidade do Ceará, Lisboa observa que só é possível desvelar as relações de poder no território apropriado, se levamos em consideração que o território é regulado com o intuito de ser explorado ao máximo para atender o mercado. Essa exploração do território ocorre por diferentes atores, sejam privados empresariais ou sociedade civil. Desta forma, para a autora, seria necessário perceber a atuação desses diferentes atores no processo de dominação e controle do território, a partir dos APL.

Ainda nesta mesma lógica o espaço é resultante da luta das classes sociais, portanto, este espaço torna-se um território. Então, Raffestin afirma que “falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço.” (1993, p.153).

É importante ressaltar que o território é construído historicamente e surge com o aparecimento da propriedade privada, onde o espaço é apropriado

individualmente. É em Ratzel que há a associação entre o território e o espaço vital. Aliás sua ideia de espaço vital advém do que para Ratzel representa a necessidade de solo.

Em todos esses casos nos encontramos diante de organismos que estabelecem com o solo uma ligação mais ou menos durável, em consequência da qual o solo exerce a sua influência sobre os organismos e aqueles sobre este. Quando se trata de um povo em via de incremento, a importância do solo pode talvez parecer menos evidente; mas pensemos, ao contrário, em um povo em processo de decadência e verificar-se-á que este não poderá absolutamente ser compreendida, nem mesmo no seu início, se não se levar em conta o território. (RATZEL, 1990, p. 74).

Conforme assinala Lucas Lima (2010, p. 110), “O território nasce indissociavelmente vinculado ao advento de apropriação individual do espaço, na forma de propriedade privada”. É evidente na história da sociedade capitalista o avanço cada vez mais intenso da conquista/apropriação de novos territórios tanto nos espaços agrários como urbanos, reforça essa compreensão. Sobre esse aspecto, Manuel Correia de Andrade afirma que,

Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (1994, p. 213)

Ao mesmo tempo, na correlação de forças a disputa por territórios assegura os ganhos para os grupos de poder mais fortes. Nessa direção, os grupos empresariais capitalistas vão assegurando riquezas, ao tempo em que expropriam os interesses dos mais fracos.

Desta forma, o território é o espaço de poder, em que a disputa entre as classes sociais é visível, em que cada grupo social disputa interesses.

Esse processo é evidente no espaço brasileiro, principalmente no que tange ao espaço agrário. O Brasil está inserido nessa dinâmica de busca por novos territórios. O país serve como uma rica fonte de expropriação da natureza e da força de trabalho. Nesta direção, o campo brasileiro encontra-se na lógica de apropriação das matérias-primas que compõem a natureza a fim de garantir a reprodução e

manutenção do modo de produção capitalista, com a presença de propriedades monocultoras onde de acordo com Harvey (2005, p. 64), “para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação”.

É no campo, onde a busca de novas áreas de expansão se faz de maneira intensiva. A grande extensão de terras e variedade climática presente no território brasileiro permite a prática de diversas culturas, além de viabilizar a instalação de empresas beneficiadora dessas culturas. Isso eleva a exploração da natureza presente no campo, pois os grandes produtores retiram recursos da natureza, além de reutilizar as terras para produção de culturas que possibilitam extrair riquezas com a exploração do trabalho e da submissão dos camponeses que desejam permanecer no campo. A produção dos agrocombustíveis é uma forma encontrada pelo capital de explorar o campo brasileiro e diversificar as fontes de energia do Brasil.

1.2 - O campo na esteira da dominação capitalista

Nota-se que foi via industrialização da agricultura que o processo de controle do espaço rural brasileiro se intensificou. A partir dos anos 1960/1970, buscou-se maior investimento financeiro para a aquisição de novas técnicas, conseqüentemente, ocasionando “o endividamento dos agricultores ao sistema bancário” (GUIMARÃES 1979, P. 95). Tal fato levou alguns pequenos produtores a desfazerem-se de suas propriedades para quitar suas dívidas.

Para Passos Guimarães,

A industrialização da agricultura abriria seu caminho, portanto, sem fugir às regras do processo evolutivo da produção mercantil, ativando, de um extremo, a concentração da propriedade agrária, e de outro extremo, a fragmentação ou a eliminação das explorações economicamente débeis. (1979, p.104)

Isso evidencia que a perda da propriedade por alguns pequenos produtores leva não somente a perda dos meios de produção, mas também ao aumento da concentração de terra. Nesse viés, tem-se de um lado a fusão do proprietário de

terra e o capitalista, e de outro a subordinação camponesa. Oliveira (1991, p. 11) destaca que ao mesmo tempo em que o capitalismo avançou no território brasileiro, as relações não capitalistas também avançaram.

Logo o capitalismo agrário é caracterizado pelo antagonismo das classes sociais. De um lado os donos dos meios de produção e de outro os que possuem apenas a força de trabalho. Nesse sentido afirma Amin:

...a) todo o produto social (e não só uma fração do excedente, como no caso dos modos tributários) toma a forma de mercante; b) a própria força de trabalho é mercadoria (o trabalho é móvel); o capital que é uma relação social cristaliza-se em equipamentos que são também mercadoria (o capital é móvel).” . “... é o economismo, porque a extração do excedente – fruto do sobretrabalho dos proletários – que é aqui a mais-valia,... (1997, p. 11)

Nota-se assim que a conquista do território vem ocorrendo principalmente pelos detentores de capital, que tendem a expandir sua área de influência, assegurando mais poder, ou seja, ampliando o seu território. De acordo com Fernandes (2008, p. 296), “a expansão e o refluxo dos territórios são resultados de conjunturas econômicas e na nova onda da agroenergia, há a tendência de expansão principalmente do território capitalista.”. O autor também chama atenção para o fato de que diante do *boom* da produção do agrocombustível, no modo de produção vigente é o capital que tende a se territorializar mais rapidamente.

Na especificidade do nosso objeto de estudo, considera-se que os agrocombustíveis necessitam de grandes extensões de terra tanto para ampliar a área da produção de oleaginosas quanto para a instalação de usinas produtoras de biodiesel. Dessa forma nota-se que a ampliação de terras destinadas à implantação dos agrocombustíveis pelos grandes detentores de capital que buscam se monopolizar objetivando alargar as margens de lucros, vem se consolidando, inclusive dentro do território do campesinato.

1.2.1 - O Agronegócio x a produção camponesa

O espaço agrário é compreendido enquanto um espaço de conflitos de classes, onde ocorre o confronto entre os representantes do agronegócio e o campesinato representado pelos trabalhadores rurais. De acordo com Fabrini (2010), o campo brasileiro deixa de ser um “complexo rural”, para ser um “complexo agroindustrial”, ou seja, de uma agricultura dependente das condições naturais, pautada na lógica do campesinato, passa-se a uma agricultura dependente de pacotes tecnológicos.

De acordo com Calaça (2009) o agronegócio provocou transformações sócio-espaciais (migração campo-cidade, concentração de terra e renda, crescimento da população urbana, desarticulação da produção camponesa) com a presença dos “Pacotes tecnológicos” (insumos, fertilizantes, máquinas...) frutos da “Revolução Verde”.

Essa modernização do campo aumentou a produtividade, mas paralelamente ocasionou a saída de camponeses que não possuem acesso a essa lógica produtiva, o que gerou a expropriação camponesa, cuja produção é baseada na família, no trabalho e na terra. Caso contrário, ocorre com o agronegócio que busca explorar ao máximo a força de trabalho e a natureza (mercadorias), logo sua produção tem como base o lucro e a renda.

Sobre a lógica do agronegócio afirma Silva,

Enquanto a lógica do agronegócio é avançar a fronteira agrícola e explorar e extrair ao máximo os potenciais produtivos dos territórios, numa perspectiva simplificadora dos ecossistemas (terra-mercadoria) e poupadora de mão-de-obra, a lógica camponesa é de enraizamento territorial (terra para viver, hábitat), portanto, agregadora de trabalho e fixadora da mão-de-obra familiar. (2004, p. 339)

O agronegócio “envolve um complexo de compra e distribuição de suprimentos agrícolas, a produção, o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos acabados” (CAVALCANTE e FERNANDES, 2008, p. 20). Trata-se de um modelo produtivista, que coloca uma determinada área para atender as necessidades de uma determinada região ou localidade, apresentando-se como um modelo *homogeneizador, imediatista e insustentável* (ibid, p.18).

Isto exemplifica a concentração fundiária a partir da entrada maciça do agronegócio no campo. Cavalcante e Fernandes afirmam que no caso da produção de soja em Mato Grosso, “fez com que empresários agrícolas se apropriassem de inúmeras propriedades de agricultores falidos” (ibid, p. 20), expressando a territorialização do capital, com a intensificação das formas de exploração e desapropriação dos pequenos produtores. O intuito é ampliar as terras dos proprietários capitalistas.

O agronegócio no Brasil ganha fôlego nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2003), com o incentivo à produção de grãos, milhos e soja principalmente, porém não abrangeu terras improdutivas. Esse incentivo foi ampliado no governo Lula (2004-2007), a partir da aliança entre Estado e o agronegócio configurando na atual questão agrária brasileira.

Neste ponto, destaca-se o descaso com modificações na estrutura agrária, que atualmente se coloca em prol da consolidação de empresas alimentícias em nível mundial, como a Nestlé, Perdigão, Seara, etc. Destacam-se ainda, o do cultivo da soja, cana-de-açúcar e milho, destinados à produção do biodiesel (FERREIRA e GOMES, 2006, p. 09).

Além disso, essa lógica reduz as áreas voltadas para o cultivo de gêneros alimentícios realizado pela produção camponesa, já que existe uma demanda cada vez mais crescente de grandes extensões de terras para a monocultura do agronegócio (CLEPS JUNIOR, 2010).

O trabalho do camponês difere do trabalho assalariado, pois o camponês exerce certa autonomia, diferente do que ocorre com o trabalhador assalariado, cuja força de trabalho vendida é condição de sobrevivência. O camponês tem como “produto excedente”, o produto final de seu trabalho na sua propriedade, realizado com o auxílio da família. Apesar de possuir uma relação com o modo de produção capitalista, não é dependente. Conforme Martins,

Na sociedade capitalista, o camponês deve ter algum vínculo com o mercado, com o dinheiro e, portanto, com o capital. Mas, ao mesmo tempo, ao não ser empregado, assalariado, de outrem, aparece como a pessoa que trabalha para si mesma, com a sua família. O seu trabalho é independente, mas sua vida está residuamente articulada com a trama de relações do mercado. (2002, p. 65)

Desta forma, a lógica de organização do camponês não se enquadra no modo de produção capitalista, mas a uma sociedade pré-capitalista.

No capitalismo, o desenvolvimento agrícola se dá com o desenvolvimento industrial, a partir do surgimento de novas tecnologias, as quais a produção familiar possui acesso limitado.

Parafrazeando Amin, o mercantilismo é a primeira etapa do desenvolvimento agrário, um período de acumulação primitiva do capital e do proletariado, além da desagregação das relações feudais e a mercantilização da agricultura. Na segunda etapa, a realização do modo de produção na indústria. Por fim temos uma agricultura industrializada em que há uma troca de mercadorias (insumos e manufaturas) com a cidade.

Com a expansão do modo de produção capitalista no campo, o camponês é separado dos meios de produção e convertido em força de trabalho, o que Martins (2002) chama de “acumulação primitiva”. Por fim, temos uma agricultura industrializada em que há uma troca de mercadorias (insumos e manufaturas) com a cidade.

O camponês difere de um lugar para outro a depender do contexto no qual está inserido. Nessa perspectiva, Shanin afirma que:

A heterogeneidade dos camponeses é indubitável. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral; e o mesmo é válido para o contexto histórico. (1980, p. 44)

Este camponês está sempre à procura de formas de sobrevivência, ou seja, em todo o tempo ele se recria, pois, “os camponeses nessas circunstâncias nem desaparecerão completamente, nem permanecerão estruturalmente como antes, nem se tornarão proletariados...”. (ibid, p. 55).

Ainda segundo Shanin,

...sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante que pervade suas vidas. (ibid, p. 58)

A essência do camponês consiste na captura constante dos bens necessários a sua sobrevivência e permanência no campo. O camponês busca garantir a reprodução do grupo familiar. A busca por se recriar, e conseqüentemente, a necessidade da *autonomia* é notória a esse sujeito, que vem se engajando nos programas de incentivo à produção para se manter no campo.

Essa é a busca constante do camponês pela sua liberdade. Liberdade esta que se assemelha a liberdade proveniente na filosofia posta pelo sistema socialista, “onde a ação do indivíduo não se subordina, assim, nunca a interesses e vontades estranhas, e sua liberdade, portanto, nunca é sacrificada ou coarctada” (Prado Junior, 1985, p.22). Na constante luta em conquistar a tão desejada liberdade dentro do atual modelo de sociedade, o princípio de liberdade difere, logo tem interferindo no modo de viver dos camponeses.

A liberdade na democracia burguesa é a igualdade jurídica, onde prevalece a liberdade individual, ao mesmo tempo direitos iguais para todos. É importante destacar “as limitações que o direito de uns indivíduos traz para a liberdade de outros.”(ibid, p.10). Ou seja, o domínio ou não dos meios de produção pelos indivíduos, no contexto da democracia burguesa é o que conduz a liberdade.

Nesse viés, a adesão do camponês ao PNPB, no Alto Sertão Sergipano tem evidenciado a busca dos camponeses em garantir sua permanência no campo a partir da produção do girassol que serve não somente para atender as exigências do programa, mas também para a apicultura e alimentação animal. Ao mesmo tempo, em que esta produção “garante” a permanência do camponês no campo, mostra a perda em parte, da autonomia do camponês, devido a sua dependência com a empresa a qual realiza o beneficiamento da oleaginosa, pois é a mesma que define quando, quanto e como produzir o girassol.

Isso deixa evidente de com a luta do camponês pela permanência no campo assemelha-se como a luta diária do operário e demais trabalhadores inerentes ao capitalismo “de permanecer no emprego que ocupa, e o temor do risco inerente a toda mudança” (Prado Junior, 1985, p. 52). O camponês do Alto Sertão Sergipano tem vivido com o medo de mudanças em seu modo de vida, que ocorra alteração em seu equilíbrio básico de sobrevivência.

O equilíbrio básico na unidade camponesa de acordo com Paulino é “onde a produção possui um limite, que é o da satisfação das necessidades da família, sendo desinteressante qualquer esforço maior.” (2010, p. 34). Ou seja, equilíbrio

entre força de trabalho, terra e capital, caso qualquer um desses elementos sofra e/ou passe por qualquer alteração, conseqüentemente altera-se o equilíbrio na unidade econômica camponesa. Daí surgir em algumas unidades camponesas a realização de atividades não agrícolas como forma de garantir a sobrevivência da família, denominadas de trabalho acessório.

A força de trabalho da unidade camponesa é realizada pelos membros da família. Quanto maior for a família maior será a necessidade de terra e dos bens para sobreviver.

A terra para o camponês representa não só o meio de reprodução e manutenção de sua família, mas também “*morada da vida*, lugar dos animais de estimação, do pomar, da horta e do jardim, é a terra da fartura, onde o grupo familiar se reproduz por meio do auto-consumo.” (PAULINO, 2010, p. 40). Desta forma, a terra para o camponês é parte integrante da família, é mais um membro a ser cuidado e zelado.

Então, o camponês para satisfazer suas necessidades e poder continuar se mantendo no campo é submetido a adentrar na lógica dos agrocombustíveis, produzindo oleaginosas e atendendo a regras impostas pelos detentores de capital que tem monopolizado o território em prol da produção da agroenergia.

1.3 – A monopolização do território e o lugar do camponês no jugo da lógica capitalista

A terra enquanto recurso natural não possui valor em si mesmo, mas é um meio de produção universal. Assim a terra é um recurso limitado ao mesmo tempo inesgotável, ou seja, mesmo que ocorra um desgaste haverá formas e caminhos para torná-la cultivável novamente. Paulino afirma, “que não se pode perder de vista o fato de a terra ser fonte de todos os elementos que alçam a condição de bens de uso, conforme a valorização atribuída” (2010, p. 69).

Nessa lógica, a terra para o camponês não gera renda, ou melhor, é inexistente a renda da terra para os camponeses. Visto que renda pressupõe rendimento econômico, ou seja, “sua obtenção se daria após a dedução dos custos

materiais de produção, dos salários e juros sobre o capital, elementos ausentes da economia camponesa.” (Paulino, 2010, p. 42). Logo, o rendimento econômico sobre a terra, ou a renda da terra não é objetivado pelo camponês.

Para o camponês,

Numa situação de renda econômica favorável, a unidade familiar terá um nível de consumo maior; uma melhor condição de formar capital com menor intensidade no uso da força de trabalho. A apropriação da renda aparece convertida em bem-estar. Assim, ela é responsável por uma reelaboração do equilíbrio entre o esforço exigido para realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades familiares. (Paulino, 2010, p. 43)

A terra para o camponês representa vida e trabalho necessário para sua sobrevivência. É a terra que dá ao camponês a liberdade, a qual se diferencia da liberdade burguesa, pois a terra possibilita ao indivíduo saciar seus sonhos/desejos. A perda da liberdade e/ou autonomia do camponês para o grande capital, este representado, ora pelos latifundiários ora pelas multinacionais, se dá em virtude de dois movimentos distintos, podendo acontecer de forma associada: a monopolização do território pelo capital e a territorialização do capital.

Na realidade do campo sergipano, encontramos tanto a territorialização do capital como a monopolização do território. Esses dois processos ocorrem em todo território sergipano. Na região produtora da cana-de-açúcar tem-se a territorialização do capital, pois os proprietários das usinas e os proprietários dos latifúndios se fundem em uma só pessoa. Esse processo é confirmado quando Shimada observa que:

A agroindústria sucroalcooleira vem se expandindo cada vez mais, através do trâmite do Estado como articulador de uma política voltada para o crescimento econômico, investindo através de programas de beneficiamento às empresas particulares. (2010, p. 129)

O processo de monopolização também é marcante na zona canavieira, pois os camponeses que vivem nas proximidades dos canaviais acabam se sujeitando a lógica imposta pelos produtores e beneficiários da cana. Esse processo tanto ocasiona a subordinação à medida que os camponeses acabam produzindo a cana

para ser vendida para os usineiros quanto leva a expropriação e/ou a venda de sua força de trabalho.

A monopolização do território também é marcante na região Agreste do estado. De acordo com Lima, num estudo realizado no município de Ribeirópolis,

A produção agrícola de Ribeirópolis com base na plantação de milho, mandioca e feijão, ao longo do tempo perdeu espaço para a pecuária que exige áreas de pastagens cada vez maiores, alimentando a contraditória concentração fundiária responsável pela expropriação e o empobrecimento dos pequenos produtores. Estes, por sua vez, estão subordinados às propriedades maiores fornecendo produtos de subsistência, força de trabalho e até a própria terra para a expansão do capital o que reflete no conjunto da estrutura agrária municipal. (2012, p. 63).

O autor mostra que os camponeses do município, apesar de não participarem das relações capitalistas de forma marcante, mas dependente do mercado para a realização das relações de troca, perdem sua autonomia e liberdade, pois produzem aquilo de que o mercado necessita.

Na região do Vale do São Francisco também é notória o processo de territorialização e monopolização do capital. Marleide Maria Santos nos chama a atenção para a atuação da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) e de outras empresas na expropriação e subordinação camponesa nessa região. Os conflitos passam a ser constantes e violentos, e os camponeses são apoiados pela Diocese de Propriá para lutarem pela permanência no campo.

Os casos se estendem por todo o Vale do São Francisco, provocados pela CODEVASF, e/ou por empresas que se instalaram em áreas ocupadas por posseiros, que se tornam alvo da expulsão e violência indiscriminada. A reação dessas populações passou a ter articulação da Pastoral da Terra – CPT, incumbida de visitar essas regiões e discutir o problema com o pessoal. A comissão desmembrou em vários núcleos, unindo-se em algumas lutas aos Sindicatos Rurais de municípios do Alto Sertão. (Ibid, 2008, p. 108).

Podemos perceber que o processo de monopolização e territorialização do capital há tempos já ocorre no estado de Sergipe, assim como no Alto Sertão

Sergipano, área de estudo dessa pesquisa. A concentração de movimentos sociais de luta pela terra e por sua permanência no Alto Sertão mostra o quanto esse território sofre com a urdidura do capital.

No Alto Sertão Sergipano também podemos destacar o processo de monopolização do capital pela atuação da Parmalat na década de 1990 que controlava o resfriamento e pasteurização do leite, após a retirada quando a empresa do incentivo da produção leiteira dos camponeses, pelo Estado. De acordo com Miguel Souto, “com a liberação do setor, a Parmalat adquiriu todas as unidades de resfriamento. Além da CSL, essa multinacional também adquiriu as unidades do grupo Dugiba/Betânia.”. (1998, p.34)

É importante ressaltar que quando o capital não se territorializa, ele monopoliza. Ou seja, quando o capital não se instala via indústria no campo, manter, em que segundo Oliveira (1991, p. 24) “capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura tem um só nome, são uma só pessoa”, ele busca a monopolização do capital.

A territorialização do capital ocorre quando o capital se fixa no campo, ou seja, quando as indústrias se instalam na área produtora. Neste processo em que o latifundiário também é o industrial, ocorre a retirada do camponês do campo, expropria-os, expulsando-os para a cidade, em seguida, trazendo-os de volta para o campo na forma de trabalhadores assalariados. É dessa maneira que o capitalista extrai o lucro tanto da atividade agrícola, quanto da industrial, concretizando assim, a reprodução ampliada do capital, como nos assinala Oliveira.

O capital se territorializa, ele varre do campo trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para as indústrias, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por essa atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. (2004, p.42)

Diferentemente, a monopolização do território pelo capital não ocasiona a expropriação camponesa, pois de acordo com Paulino a monopolização “se dá no

interior de relações não tipicamente capitalistas, em que os trabalhadores não estão despojados dos meios de produção”. (2010, p. 103). A monopolização do capital ocorre quando o capitalista tira dos pequenos produtores e proprietários de terras, a produção, pois dominam a produção e a circulação de mercadorias.

A propósito da monopolização do território por empresas, Cavalcante e Fernandes destacam que:

As relações contratuais de produção e compra efetuadas entre produtor e empresa são uma forma de apropriação do território. Essa relação não é relacionada tão somente aos contratos fechados entre pequenos produtores com empresas como a Sadia, a Parmalat e a Elegê. Ela também é efetuada com médios e grandes produtores capitalizados com empresas como Amaggi, Cargill e Bunge. (2008, p. 21)

Percebe-se que a concentração fundiária se dá não somente pelo grande proprietário, mas, sobretudo, pelas grandes corporações que vem intensificando seu poderio no campo e na cidade, monopolizando todo o sistema produtivo. Este panorama se dá num cenário globalizado, em que o Brasil adota o agronegócio, que vai possuir não somente o papel de “especulador, mas na ocupação produtiva.” O agronegócio vai se fundar e sustentar com a integração corporativa de produtores, e vai ter as empresas como líderes desse processo apoiadas pelo poder do Estado.

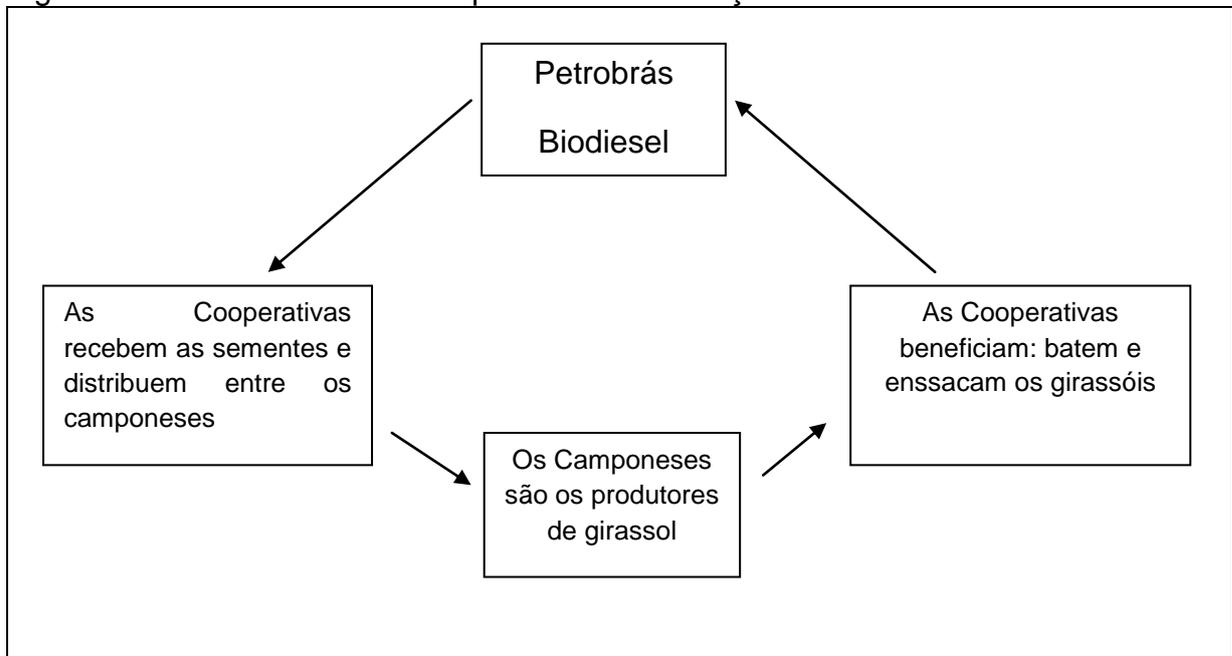
O capital no processo de monopolização do território cria as condições necessárias para que o camponês produza a matéria-prima adequada para as grandes empresas. O capital busca recriar ou redefinir as relações de produção dos camponeses, eliminando a relação de trabalho e de produção familiar para gerar capital objetivando o não pagamento de mão-de-obra assalariada.

Nessas condições, o capital sujeita a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, realizando a metamorfose da renda da terra em capital. Portanto, a produção do capital nunca é gerada por relações especificamente capitalistas de produção. (Umbelino de Oliveira, 2008, p.478)

A apropriação do fruto do trabalho dos camponeses pelo capital é convertido em mercadoria que, após a comercialização é convertida em renda destinada ao capital.

No campo sergipano a partir da implantação da atual política energética, o capital tem subordinado o camponês com a monopolização do capital via controle da produção e da circulação da mercadoria, sem, no entanto, o capital se territorializar. A figura 01 apresenta o ciclo reprodutivo do girassol produzido pelos camponeses do Alto Sertão Sergipano:

Figura 01: Cadeia Produtiva Simplificada da Produção do Girassol



Org. Jamile Rodrigues, 2013.

Observa-se a partir do quadro acima que o processo de monopolização do território pelo capital na cadeia produtiva do biodiesel no estado de Sergipe concretiza-se sob domínio da Petrobrás Biodiesel, que controla todo o processo produtivo sem instalar qualquer tipo de sede (indústria ou escritório) no campo. A Petrobrás Biodiesel fornece as sementes de girassol para Cooperativas e associações, que em seguida fornecem para os produtores interessados. Após colhido o girassol, os produtores levam para as cooperativas que retiram os grãos. Ao final de todo esse processo, a Petrobrás Biodiesel recolhe os grãos para a produção do agrodiesel.

Desta forma, é verificado que a renda da terra é extraída através da monopolização do território que subordina a produção de girassol realizada pelos camponeses.

Essa lógica só é possível, porque o capital para assegurar-se das condições da sua reprodução se volta para a superfície do solo, como Smith (1988) chama atenção. Ele vai atrás dos recursos transformando a natureza em um campo de produção. O capítulo que segue nos coloca diante da discussão da produção da escassez, fenômeno necessário para a transformação da natureza em valor de troca.

2 - O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A POLÍTICA ENERGÉTICA

*Não existe desenvolvimento sem energia.
Eis a razão pela qual essas duas realidades se
fundem numa,
já não podemos descrever a história de uma sem
abordar a história da outra.*

(François Houtart)

2 - O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A POLÍTICA ENERGÉTICA

“Privar é tornar um bem escasso e, assim, numa sociedade que tudo mercantiliza, um bem só tem valor econômico se é escasso.” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 289). As palavras de Carlos Walter Porto Gonçalves expressam bem a lógica perversa em que a natureza está submetida. Os recursos têm sido apropriados e deslocados de acordo e a partir das relações econômicas e de poder que promovem uma brusca separação entre os homens e a natureza. Desta forma, o valor dos recursos da natureza tem sido medido com base no grau de escassez, logo quanto mais escasso for o recurso maior será o seu valor de troca.

É importante destacar que, ainda de acordo com Porto-Gonçalves, riqueza e escassez são ideias opostas visto que a escassez tem sido associada ao grau de apropriação dos recursos e a riqueza a disponibilidade dos recursos que todos devem ter acesso. Tem-se então um grande desafio no que se refere à questão ambiental, quando a análise é feita pelo viés da escassez.

O capitalismo sempre constrói relações de poder na medida em que define o destino dos recursos, o que exige que haja um pensar e agir de forma totalizadora e não apenas local. A afirmativa abaixo corrobora com esse entendimento:

Assim, sob o capitalismo, haverá, sempre, relações espaciais de dominação/exploração, tirando *dos lugares* e, mais, tirando *dos do lugar*, o poder de definir o destino dos recursos com os quais vivem. Desta forma, é preciso não só agir localmente como agir regional, nacional e mundialmente, posto que é a sociedade e seu espaço como um todo que está implicada no desafio ambiental. Ao contrário do *slogan* – agir localmente e pensar globalmente – tão difundido nas lides ambientalistas que, como se vê, reduz a ação ao local. (ibid, 2006, p. 290).

As revoluções nas relações sociais e de poder só são possíveis devido a tecnologia, estar relacionada à ciência que se desenvolve a partir da evolução do conhecimento humano sobre a natureza que possibilita ao homem dominá-la. É esse princípio que proporciona “a separação entre o lugar de extração da matéria

bruta, o lugar da transformação da matéria-prima (consumo produtivo) e o lugar do consumo” (ibid, p. 290).

Apesar dos avanços na tecnologia que possibilitam explorar ainda mais os recursos naturais, o homem não se torna menos dependente desses recursos, sendo fundamentais, a diversidade biológica, a água e a energia.

A busca incessante por novos e mais recursos orienta um processo de produção de novos territórios com objetivo de acumular capital, pois como diz Porto-Gonçalves “o capital não tem pátria”. (ibid, p.298).

Nesse contexto, emerge uma lógica discursiva da necessidade de pensar um modelo de desenvolvimento que contemple as necessidades da sociedade do presente sem comprometer a sociedade futura. Teve início, em meados de 1960, o discurso do desenvolvimento sustentável, quando a degradação ambiental já se mostrava visível, porém somente em 1990, ele amplia espaço nos debates internacionais.

O Desenvolvimento Sustentável se apresenta como um modelo de desenvolvimento que não permite que o crescimento econômico seja levado a um processo de engessamento da economia, ou seja, a economia não deve ser paralisada, ao contrário, deve continuar crescendo. O DS é entendido como a utilização de tecnologias que aproveita melhor os recursos presentes na natureza. Isso permite que no modelo de DS continue a explorar a natureza sem desperdiçar esses elementos. É o uso “responsável” e medido da natureza.

A implantação do novo modelo de desenvolvimento e, conseqüentemente, o seu sucesso, precisava da contribuição de diferentes camadas e/ou estratos da sociedade. De acordo com Lisboa, o documento elaborado após Agenda 21 aponta para uma,

Reinterpretação do modelo econômico que deveria ser mais participativo nos níveis local, nacional e global, de modo a contemplar harmonia, equilíbrio, promoção da qualidade e não apenas da quantidade do crescimento na direção de um desenvolvimento sustentável. (2007, p. 189).

A participação de todos os membros da sociedade passa a ser uma alternativa interessante para a administração da crise ambiental e a continuidade do crescimento econômico.

O local como resultado da nova espacialidade imposta pelas condições da dinâmica capitalista alia cooperação e concorrência, incorpora trabalhadores informais (como saldo da crise estrutural), famílias, e empresas. Combina especialização com flexibilidade e trás como elemento central a organização territorial do sistema produtivo baseado em micro, pequenas e médias unidades. (LISBOA, 2007, p. 155).

Diante do exposto temos a espacialização do girassol no Alto Sertão Sergipano como dinâmica imposta pelo capitalismo, com o objetivo de explorar a produção camponesa e, conseqüentemente, ampliar os lucros. Ao tempo que “atende” a lógica do novo modelo de desenvolvimento, pois se faz marcante a busca por fontes de “energias alternativas”.

Esse modelo escolhe o território não pelos interesses da comunidade local, mas pelo seu poder competitivo como mercadoria. No caso da implantação de oleaginosas no Alto Sertão Sergipano ocorre para atender o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, que apresenta em seu discurso a inclusão social.

Essas iniciativas do capital de acordo com Lisboa,

São iniciativas que se colocam na procura de equilíbrio entre produção e consumo com distribuição de riquezas. Insiste-se que o desenvolvimento é possível sem a degradação ambiental e social, ou seja, sem o desenvolvimento desigual. (ibid, p. 191).

Para essa autora, o discurso do desenvolvimento sustentável, conforme proposições oficiais emanadas das agências multilaterais como o Banco Mundial, o FMI, a ONU, entres outros, alimenta a atual estrutura produtiva, se distanciando da perspectiva crítica em torno da natureza do capitalismo e de um novo modelo de sociedade, pois a competitividade e a lucratividade prevalecem na sociedade.

Contudo, é preciso considerar, que um novo modelo de desenvolvimento que garanta a sustentabilidade ambiental, social e econômica, exige a redução do ritmo de exploração da natureza. Sobre esta assertiva Marcionila Fernandes afirma,

Não há, nesse ecologismo supostamente inaugurador de novos tempos, uma negação da ética da competição e do lucro imediato e crescente, determinante dos modos e do ritmo de disponibilidade dos recursos naturais praticados desde o surgimento da Indústria. (2003, p. 4).

O discurso de desenvolvimento sustentável está baseado em princípios biológicos, pois objetiva prolongar a existência e/ou vida dos ecossistemas, para que o mesmo possa ser utilizado pelas gerações futuras e conseqüentemente, perpetue o modelo de sociedade vigente.

O princípio de equidade no Desenvolvimento Sustentável coloca-se apenas como um discurso posto pelos seus defensores, uma vez que não existe intenção real de transformação na sociedade. Corroborando com essa ideia, Marcionila Fernandes afirma,

Tanto a idéia de equidade, quanto o próprio conceito de sustentabilidade são exemplos dos aspectos contraditórios contidos nas principais formulações das políticas ambientais globais e que devam ser visualizadas nas análises sociológicas que abordam a questão ambiental. (ibid, p.7).

A relevância no modelo de desenvolvimento sustentável é dado às questões ambientais. Percebe-se que este modelo em essência, serve primordialmente como gerenciamento e monitoramento dos recursos naturais, mascarado pelo discurso de *eficiência econômica, de equidade e da eficiência ecológica*. Assim, a proposta de Desenvolvimento Sustentável, ainda segundo Marcionila Fernandes,

É, na verdade, a de uma política ambiental global – elaborada e implementada por instituições tradicionalmente responsáveis por assegurar os processos de expansão do capital – de controle, gestão de recursos naturais, somente apresentada como uma alternativa aos estilos de desenvolvimento anteriormente praticados, com referência às estratégias de construção de sua plausibilidade. (ibid, p.11).

De acordo com seus propagandistas, o desenvolvimento sustentável ocasiona mudanças tanto no processo produtivo quanto no método de gestão, pois promove negociação entre organizações sociais, instituições, setores privados e entre os

níveis locais e regionais que facilitam o desenvolvimento local. Lisboa (2007) comenta acerca desse paradigma de desenvolvimento, que essas mudanças no processo produtivo e no método de gestão, para os seus defensores, são ao mesmo tempo, a otimização tanto da linha de produção, como dos avanços na organização da produção, do trabalho, da informação, da qualidade, da comercialização, entre outros. Ademais, todas essas alterações se realizam em um ambiente de estímulo social e cultural que deve ser propiciado pelos diversos agentes sociais, públicos e privados, em cada território.

Tem-se notado que o desenvolvimento sustentável apesar de apoiar-se no desenvolvimento endógeno, na verdade é um mecanismo que o capitalismo utiliza para garantir a reprodução e manutenção do capital. O desenvolvimento, dessa forma, está ligado a promoção de mudanças econômicas e sociais, ou seja, às potencialidades de cada lugar para produzir e se inserir no mercado mundializado.

O desenvolvimento, nesse viés amplia a ação da comunidade a partir de suas necessidades econômicas e sociais. A geração de emprego e a promoção do desenvolvimento passam a ser buscados pela própria comunidade. “Naturalmente, o que se faz é uma transferência de competências e de poder, num contexto de descentralização político-territorial.”. (ibid, p. 158).

Os Organismos não governamentais tem cumprido um papel importante em defesa do Desenvolvimento Sustentável. Um exemplo é a Amazônia que tem tido atuação de ONGs como também de instituições internacionais e nacionais de cunho privado e público apoiando ações como o Projeto de Manejo Florestal e Integral de Florestas Naturais na Amazônia. As principais instituições e organizações envolvidas nesse projeto, de acordo com Marcionila Fernandes são: “Banco Mundial, CTZ, KFW, União Européia, MMA, IBAMA, EMBRAPA, ONGs, Sindicatos de trabalhadores e da indústria e serrarias de madeiras, Prefeituras, Universidades, IMPA, FASE, e outras.” (op. cit, p.22).

Isso nos deixa claro que os principais órgãos e instituições estão sob domínio dos países do Norte, que financiam projetos e programas que visam promover nos países do Sul o desenvolvimento sustentável. Para tanto, a criação do GEF – Global Environment Facility– foi uma maneira que os países ricos encontraram para subsidiar os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos para implantarem um

modelo de desenvolvimento preocupado com a questão ambiental. GEF – é um mecanismo de financiamento que destina recursos na forma de doações para que os países do Sul, chamados de receptores, executem projetos e ações voltados para a preservação do meio ambiente global nas áreas definidas como fundamentais na determinação das mudanças climáticas, biodiversidade, e possuidoras de estoques significativos de águas potáveis. Seu gerenciamento é feito pelo PNUD e PNUMA e o Banco Mundial. (ibid, 2003, p. 22 – 23)

De acordo com a autora supramencionada,

Não há, portanto, um desenvolvimento dando lugar ao outro. O que existe, efetivamente, são atividades de complementaridade entre o desenvolvimento econômico e o que é chamado de Desenvolvimento Sustentável, sendo as experiências de aplicação destes funcionais àqueles.(2003, p. 20).

Marcionila Fernandes e Lemuel Guerra no texto intitulado: “O Desenvolvimento Sustentável: a nova face de uma mesma lógica” observam que o desenvolvimento sustentável,

Isso também significou a reconciliação de dois conceitos opostos: de um lado, estava precisamente a atividade humana – especialmente aquela baseada no modelo de produção industrial, sinônimo de “desenvolvimento” – que estava por trás da deterioração do meio ambiente; do outro lado, a concepção de que era impossível não pensar na necessidade de acelerar o desenvolvimento de povos que não tinham tido ainda o acesso a condições de vida decentes.” (2001, p.812).

Então, esse é um dos vieses do nascedouro discurso do desenvolvimento sustentável, pois se fazia necessário saciar os anseios das duas realidades distintas. O modelo de DS necessitava para sua concretização da participação de todos; atender as necessidades imediatas sem comprometer as necessidades futuras; compreender que a pobreza é inevitável e um mal em si mesma e que a atividade industrial é necessária. Isso mostra que há uma compreensão de que não há perspectiva de mudança na sociedade, principalmente nos países do Norte.

Propostas de aplicação de modelos de DS consistem em garantir que, em áreas estratégicas de países do Sul, definidas como fundamentais para o “equilíbrio do planeta”, sejam mantidas as formas “atrasadas” e “tradicionais” de produção, em outros tempos, consideradas obstáculos ao desenvolvimento e, portanto, à erradicação da pobreza. (2001, p. 816).

A mudança no modelo de desenvolvimento deveria refletir e abordar a forma como as pessoas se relacionam entre si e com a sociedade, a partir de uma visão desafiadora que leve a compreensão do conceito de desenvolvimento numa construção histórica e cultural. O modelo de Desenvolvimento Sustentável que tem como princípios fundamentais as crises ecológicas e econômicas, além da permanência da vida na verdade objetiva alimentar e conservar o atual modelo de sociedade.

Para tanto, utiliza-se do “discurso da ética e da moral das condições ecológicas e valores ambientais e do crescimento econômico.” (CONCEIÇÃO, 2004, p. 7). O DS não alterou os hábitos da sociedade, pois o consumo desenfreado somado ao baixo tempo útil de vida dos produtos permanece, tornando este modelo *insustentável*.

Sobre essa assertiva Conceição afirma,

O alicerce da sustentabilidade do desenvolvimento deve ser cristalizado na capacidade e na universalidade da apropriação dos recursos naturais e do trabalho. É a necessidade que deve regular a sustentabilidade do desenvolvimento. Admitir o desenvolvimento a partir do que define o mercado é afirmar a condição determinante da insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. (2004, p. 12).

Percebe-se que o DS é insustentável, pois não objetiva alterar os hábitos de consumo da sociedade. Desta forma, torna-se um discurso camuflado dos interesses do capital que visa sempre a lucratividade a partir da exploração dos elementos da natureza e do trabalho. Isso se dá pela lógica regida pelo mercado. Ao mesmo tempo, como acreditam que a produção de agrocombustíveis prevê a sustentabilidade do desenvolvimento, quando se nota o processo de monopolização do território e de aumento da vulnerabilidade do camponês?

2.1 - A agroenergia como uma estratégia da atual política energética mundial

É no contexto de debate sobre o nível acelerado de destruição da natureza que surge a discussão sobre o papel das fontes de energia alternativas para o processo de “desenvolvimento” da humanidade. Contraditoriamente, é imprescindível destacar que entre os interlocutores dessa proposta, novas fontes de energia devem permitir um capitalismo menos destrutivo.

As fontes de energia são fundamentais, quando atreladas às técnicas, que possibilitam o funcionamento dos meios de produção e de transporte, os quais foram potencializados a partir da abertura das relações de troca na chamada fase neoliberal do capitalismo.

O modo de produção capitalista se expande e se consolida a partir das revoluções industriais. A primeira Revolução Industrial, no final século XVIII e início do XIX, marcada pelo surgimento do carvão mineral como fonte de energia, da máquina a vapor e da locomotiva, facilitou o deslocamento de matérias-primas, de pessoas e de produção, permitindo que o ciclo produtivo do capital pudesse ser realizado.

A partir desse momento é que a indústria ganha dinamização e passa a constituir-se pólo de atração de empregos. Altera-se dentro desse contexto, a configuração do espaço, com a localização da indústria na cidade, que faz crescer a população urbana, em detrimento da população rural.

Durante a Primeira Revolução Industrial o carvão era a fonte de energia que movia a produção e alimentava a manutenção e reprodução do modo de produção capitalista.

A utilização da máquina a vapor exigiu como fonte de energia o carvão, ao tempo que elevou a produção e o nível de produtividade tanto nas minas como nos transportes. O carvão passou então a ser “utilizado para gerar de calor, luz e potência para o transporte e a indústria, principalmente”. (DATHEIN, 2003, p.4). A descoberta do carvão como fonte de energia possibilitou a construção de estradas de ferro, além de barcos para o escoamento da produção e de pessoas.

A disponibilidade de recursos naturais e financeiros, além da infraestrutura, se apresenta de forma diferenciada em inúmeros países. Isso reflete na Revolução Industrial, e conseqüentemente, na transição energética. Desta forma, a transição energética não ocorre da mesma forma em todo o espaço mundo.

Outras questões foram levadas em consideração para que ocorresse a transição energética. De acordo com Rio,

Foram, portanto, características como facilidade de transporte e armazenamento a menores custos e conteúdo energético mais elevado quando comparado àquele do carvão que agilizaram a segunda transição energética. Não se pode perder de vista, contudo, que a transição não é exclusivamente tributária dos avanços das fronteiras científicas e de inovações tecnológicas,... (2011, p.30).

No caso brasileiro, esta transição aconteceu com a expansão e modernização do parque industrial que necessitava substituir a lenha por uma fonte de energia mais eficiente, o petróleo. Essa fonte de energia iria acelerar o ritmo de produção para acompanhar a demanda do mercado, o que leva ao uso desmedido do petróleo em território brasileiro, pois,

Continuou crescendo em razão dos níveis de investimentos na ampliação do parque industrial, da extensão das redes de energia elétrica, assim como da própria consolidação do Sistema Integrado Nacional, e de elevadas taxas de urbanização, a mudança na matriz antecipou as pressões dessa demanda. (RIO, 2011, p. 32).

Isso mostra como o Brasil a partir da criação do parque industrial passa a necessitar de grandes quantidades de fontes de energias para entender e ampliar a capacidade produtiva e abastecimento da crescente população.

A atual proposta de produção de energia do Governo Federal que visa ampliar sua matriz energética, inserido no discurso da inclusão social, evidencia que a necessidade cada vez maior de consumo, e conseqüentemente, de produção, interfere em diferentes extratos da cadeia energética. Nessa linha, há necessidade não somente de buscar por energias alternativas, mas também envolver um número cada vez maior e diversificado de agentes na produção de energias fósseis ou na agroenergia, que gere a inclusão social, além da preocupação com a questão ambiental.

Contudo, a produção da agroenergia possui alguns desafios que Rio aponta como:

O desigual acesso às fontes consideradas modernas, às redes de distribuição, aos equipamentos mais eficientes e às condições de inserção de pequenos produtores familiares na produção de biocombustíveis permanecem como desafios que dão contornos específicos à questão energética em suas diferentes escalas. (2011, p. 33)

A necessidade de buscar avanços tecnológicos que ampliassem o setor produtivo industrial, aumentando a produção e, conseqüentemente, o lucro, a partir da expropriação da natureza e da força de trabalho serviu como estímulo para buscar novas matérias-primas que aumentassem a produção e a diversidade de produtos.

Esta realidade é decorrente da lógica de expansão do capitalismo. Sobre esse aspecto, Harvey afirma que “em geral, as crises periódicas devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional (2005, p. 47)”.

É nesse cenário de meados do século XIX, que surge o petróleo como fonte de energia e de matéria-prima para a indústria, uma fonte de energia revolucionária com um maior potencial energético, dando origem a chamada Segunda Revolução Industrial.

O desenvolvimento da eletricidade durante a Segunda Revolução Industrial transformou a economia (indústria) e a vida da população. A eletricidade possui notáveis vantagens se comparada ao carvão. Segundo Datheïn,

Esta energia possui muitas vantagens, como a transmissibilidade, sem perda de muita energia, e a flexibilidade, podendo ser facilmente convertida em movimento, luz, calor e som. A energia a vapor exige que os geradores estejam situados na própria fábrica, e mesmo dentro desta a transmissão consome muita energia. (2003, p. 5-6)

A facilidade de transmissão e o baixo custo de produção permitiram que a eletricidade fosse consumida por camadas mais amplas da sociedade, proporcionando o desenvolvimento de pequenas indústrias. A utilização primordial da eletricidade ocorreu no ramo das comunicações, porém a elevada produção só

se fez necessária quando a eletricidade serviu como instrumento de iluminação e logo em seguida nos transportes, na indústria química e na metalúrgica.

Essa nova fonte de energia, o petróleo, também apresentou vantagens com relação ao carvão, uma vez que produz duas vezes mais trabalho por unidade de peso e ocupa a metade da área.

De acordo com Dathein (2003, p.7), “Isto, no caso de navios, por exemplo, permite economia de espaço e mão-de-obra, resultando em maior capacidade de carga. Além disto, o petróleo permite alimentação mecânica e limpa, com controle automático.”. Tal fato levou a utilização do petróleo como fonte de energia no setor naval, depois se expandindo para as ferrovias e indústrias.

O avanço do modo de produção capitalista repercutiu em alterações profundas na sociedade. Os grandes beneficiados foram os capitalistas, que tem na indústria uma rica fonte de extração da mais-valia a partir da exploração da força de trabalho, por via da transformação dos recursos presentes na natureza. A descoberta do petróleo como matriz energética, que trouxe o aumento da produção industrial devido ao alto teor energético, acarretou o agravamento de problemas na relação sociedade-natureza.

De acordo com Moreira,

A face negativa desse modelo fica transparente com o advento, na passagem da Primeira para a Segunda Revolução Industrial e a era dos sintéticos que vem com ela, do emprego da química nos processamentos produtivos, engendrando uma crise socioambiental de escala mundial que cedo se globaliza. (2007, p. 48)

As crises do petróleo, nas décadas de 1970 e 1980, levaram a sociedade a buscar fontes de energia alternativa, pois se fazia necessário garantir a continuidade das atividades produtivas que até então dependiam da atual matriz energética (petróleo). Além da garantia de que as atividades econômicas permanecessem em atividade o momento exigia das autoridades a descoberta de fontes energéticas que trouxessem menos danos ecológicos e sociais. Conforme Houtart,

E isso não somente por causa do esgotamento de algumas de suas fontes, mas principalmente em função de seus nocivos efeitos ecológicos e sociais. O “grito da terra” juntou-se então ao “grito dos excluídos” e, aos poucos, esta gritaria foi se tornando insuportável, impossível de não ser ouvida. (2010, p. 17)

Nesse contexto é que são criadas as biomassas. A demanda pelo uso do petróleo faz utilizá-lo desmedidamente, trazendo problemas de ordem política e social.

Outro fator que deve ser destacado é o fato do Petróleo ser uma matéria-prima finita e a localização das jazidas estarem em áreas de conflitos religiosos, políticos, e econômicos (Oriente Médio), além dos elevados custos da sua extração, o que acarreta ainda mais o aumento do seu preço.

2.2 – O Brasil no contexto da atual política energética

A vasta extensão territorial do Brasil permitiu que no início do século XIX até início do XX, a lenha fosse um recurso energético suficiente para atender a sociedade da época, “tanto no âmbito das atividades de produção como para atender aos requisitos residências” (LEITE, 2007, p. 48). Além da lenha, o Brasil utilizava os animais, como fonte de energia para o escoamento da produção e de pessoas. A energia eólica também já era utilizada no funcionamento da navegação, a iluminação pública e residencial ocorriam à base de matéria-prima proveniente de animais, tais como o azeite de peixe e o sebo.

Isso mostra que,

As energias renováveis provenientes da biomassa e dos ventos, das quais tanto se fala hoje como esperança para o futuro, eram, portanto, as que se destacaram no País, embora empregadas com tecnologias diversas das que se espera possam vir a ser desenvolvidas. (LEITE, 2007, p. 48).

Durante o Império, indústrias movidas à lenha foram sendo instaladas em terras brasileiras. Entre elas haviam indústrias que necessitavam de uma fonte de

energia com maior potencial. Nesse contexto, tem-se a inserção do carvão vegetal e a energia hidráulica a partir de rodas de água como recursos energéticos. Por volta de 1854, a iluminação pública passa a ser feita através do carvão mineral, o que fez com que ele se tornasse a principal fonte de energia da época.

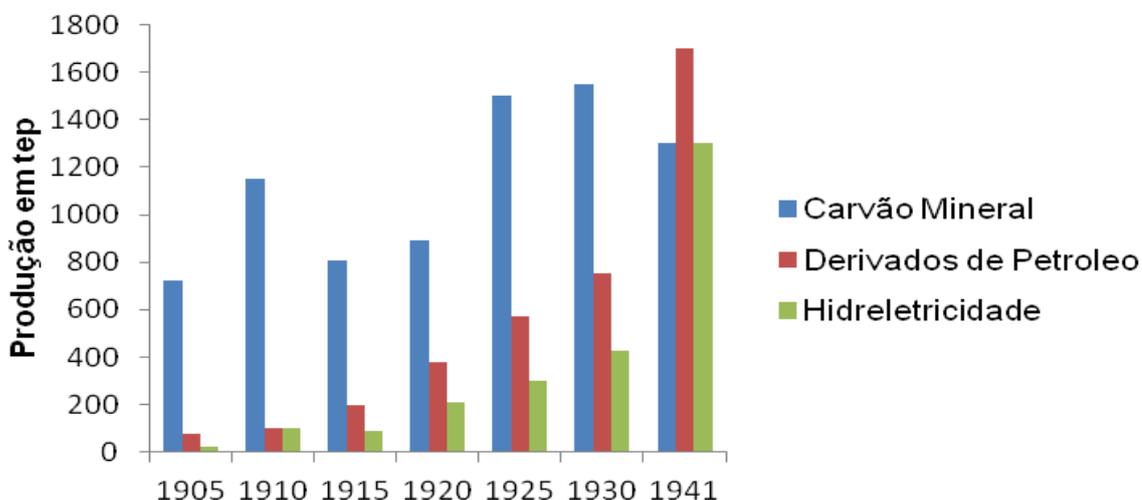
Entre 1879 e 1890 a eletricidade foi descoberta, e com ela, “várias instalações de pequeno porte foram executadas para a geração e utilização de energia elétrica (iluminação pública, força motriz e tração urbana).” (LEITE, 2007, p. 51). Apesar da relativa melhoria nas fontes de energia não ocorreu uma acessibilidade dessas fontes por toda a sociedade.

De acordo com Leite,

Apesar da limitada dispersão dos benefícios e do conforto propiciado pelas formas novas de energia, não parece ter havido, à época, significativos movimentos de reivindicação popular pela extensão imediata dos serviços de gás e eletricidade. (2007, p. 53)

Somente a partir de 1892, o gás passou a ser utilizado para fins domésticos acoplado em fogões para o cozimento dos alimentos. A querosene passou então a substituir o azeite de peixe e o sebo, em seguida, veio a descoberta do petróleo que passou aos poucos a ganhar destaque pelo seu potencial energético. O gráfico a seguir expõe um quadro que especula sobre a produção de energia no Brasil ao longo da primeira metade do século XX:

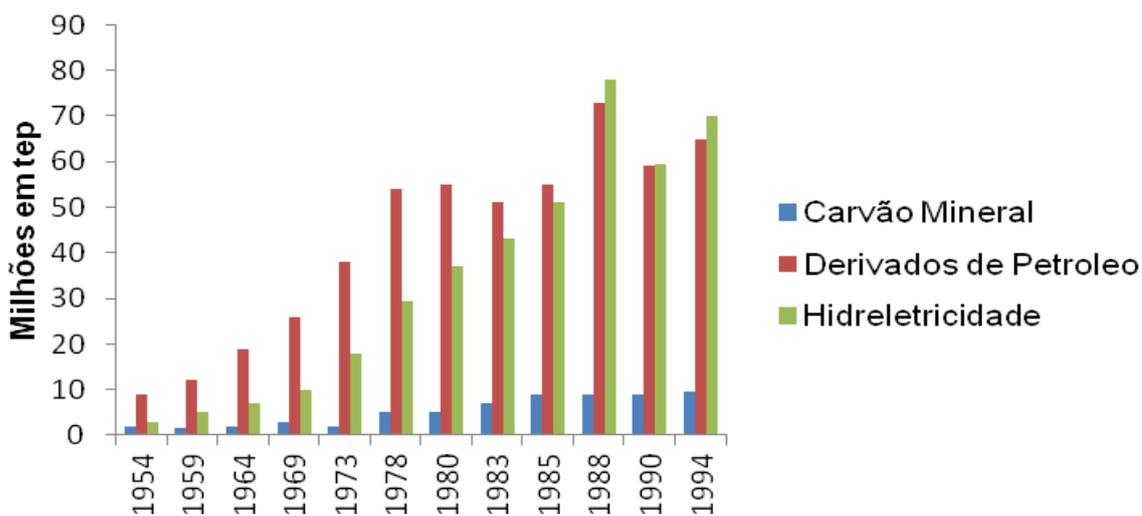
Gráfico 01: Estimativa da Produção de Energia, Brasil, 1905 - 1941



Fonte: A Energia do Brasil, 2007.
Org.: Jamile Rodrigues, 2013.

A partir da figura 01 pode-se perceber que a produção de derivados de petróleo cresce no período de 1905 a 1941. O gráfico 02 vem confirmar:

Gráfico 02: Estimativa da Produção Energética no Brasil, entre 1954 - 1994.



Fonte: A Energia do Brasil, 2007.
Org.: Jamile Rodrigues, 2013.

Percebe-se que além do progressivo aumento da produção do petróleo existe também o crescimento considerável da produção energética via hidrelétrica e uma pequena queda na produção petrolífera entre anos os 1983 a 1985, isso se deve principalmente a políticas adotadas pelo Estado com o objetivo de minimizar os efeitos do choque do petróleo e da balança comercial. Esses fatores atrelados ao discurso de Desenvolvimento Sustentável faz surgir no mundo e no Brasil políticas e programas de produção de energias renováveis ou alternativas.

Nesse contexto, o Brasil se apresenta com uma logística favorável para a produção de agrocombustíveis, pois, possui terras férteis, o que o torna propício ao cultivo de uma elevada gama de oleaginosas, além de uma agricultura relativamente moderna e da presença considerável de vias de escoamento da produção e tecnologia que possibilitam a realização da cadeia produtiva dos agrocombustíveis. Pois como afirma Harvey,

A racionalidade geográfica do processo produtivo depende, em parte, da estrutura mutável dos recursos de transporte, das matérias-primas e das demandas do mercado em relação à indústria e da tendência inerente à aglomeração e à concentração da parte do próprio capital. (2005, p. 52)

Desta forma, o discurso da busca por fontes renováveis de energia, dentro da lógica de substituição do petróleo favorece uma fração e/ou camada da sociedade, visto que apesar das fontes de energia serem essenciais para a humanidade, ao mesmo tempo, garantem a reprodução e manutenção do capital, que se encontra concentrado nas mãos de uma minoria da sociedade. Para Houtart, a procura por fontes renováveis de energia,

Não é o simples resultado de uma lei natural ou o preço a ser pago pelo progresso. Ela corresponde aos interesses pontuais de algumas classes sociais ligadas à acumulação do capital que desfrutam de todas as vantagens de manter elevada a taxa de acumulação e pouco preocupadas com aquilo que costumamos chamar de bem comum. (2010, p. 18)

As energias alternativas tem a matéria-prima extraída da natureza de forma equilibrada e tem um grande poder de renovação, uma vez que não são finitas, como por exemplo: a hidráulica, a eólica, a geotérmica, a solar, a nuclear e a bioenergia.

A bioenergia (caso dos agrocombustíveis), que neste estudo aparece como central, é a fonte de energia utilizada na perspectiva de substituição do petróleo. A bioenergia, também conhecida como biomassa, ocorre com a matéria-prima proveniente de materiais orgânicos, como vegetais e animais que estão disponíveis na natureza de forma renovável e dão origem ao biogás, biodiesel e o bioetanol (Terán, 2008). Dessa forma, passa então a ser cobijada pelos diversos países (europeus e EUA) que tinham o objetivo de se tornarem menos dependentes do petróleo, além de apresentarem alguns benefícios, como diminuição da produção de gases maléficos à camada de ozônio e melhorar a qualidade e visibilidade do ar atmosférico, ou seja, a possibilidade de agredir menos a natureza e ainda atendendo o discurso de conservação ambiental proposto pelo modelo de Desenvolvimento Sustentável.

O Brasil inserido nessa lógica cria em 1975 o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Álcool), para o qual incentiva a produção do bioetanol da cana-de-açúcar e da mandioca, tendo como principal objetivo tornar o Brasil menos dependente do petróleo, o que de fato não ocorreu, pois cresceu ainda mais a demanda por combustível.

O PROALCOOL surge no contexto em que a balança de pagamento brasileira encontrava-se desfavorável, pois o “petrodólares”¹ elevou bastante o seu valor, além dos choques do petróleo que ameaçava o país na aquisição do petróleo. Esses fatores serviram como estímulo para que o governo brasileiro adotasse medidas que diminuíssem os valores do petróleo. De acordo com a COPERSUCAR² as medidas adotadas pelo governo brasileiro foram:

- elevação do preço interno da gasolina, a fim de inibir seu consumo;
- elevação das exportações de bens e serviços para compensar os maiores gastos com o petróleo;

¹ Termo utilizado para representar as relações comerciais estabelecidas entre um país comprador de petróleo, que paga em dólar, e outro que vende o petróleo, principal fonte energética do mundo. O termo pode ser definido também como os capitais obtidos pelos países exportadores de petróleo.

²COPERSUCAR - Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar, e Álcool do Estado de São Paulo.

-adoção de política externa priorizando relações com países produtores de petróleo, para garantir o suprimento deste produto e ampliar o mercado para as exportações brasileiras;

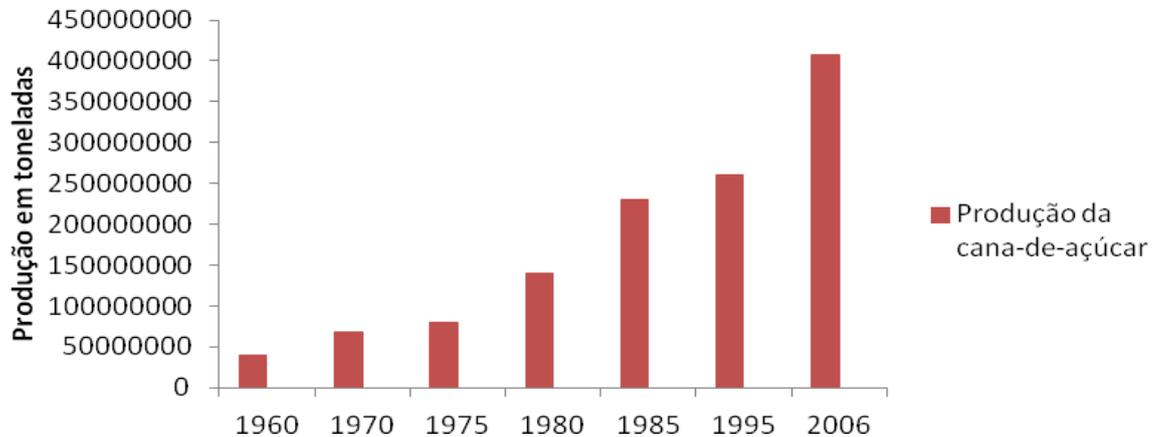
-elevação da produção nacional de petróleo e produção de álcool para substituir a gasolina. (1989, p.4)

A produção do álcool para substituir a gasolina foi a medida que o governo utilizou para reduzir tanto a vulnerabilidade do país ao mercado de combustíveis líquidos quanto amenizar os problemas na balança de pagamento. Porém, outros objetivos foram elencados pelo PROALCOOL, tais como: “redução das disparidades regionais e individuais de renda; crescimento da renda interna e expansão da produção de bens de capital.” (COPERSUCAR, 1989, P. 5).

A produção de etanol em território brasileiro é extraída principalmente da cana-de-açúcar que passa a ser o sustentáculo da produção alcooleira. Tendo a cana-de-açúcar como base fundamental para a produção do etanol o PROALCOOL, sem sombra de dúvidas, elevou a produção da cana-de-açúcar no campo brasileiro através dos grandes latifúndios, que já produziam a cana para o beneficiamento do açúcar desde o período colonial. Este fato justifica o sucesso do PROALCOOL, pois o Brasil já possuía condições favoráveis para a implantação do programa, uma vez que disponibilizava de abundante quantidade de trabalho excedente, terras aptas, clima favorável, um setor açucareiro desenvolvido, disposição do governo em canalizar recursos e experiência na produção de álcool.

Essas condições pré-existentes fizeram parte da primeira fase do PROALCOOL, em que o governo utilizou a estrutura existente. O sucesso da produção como podemos verificar no gráfico abaixo, fez surgir outra fase iniciada em 1979, com o aumento de destilarias autônomas, além de reformar os objetivos da proposta inicial. O gráfico a seguir é ilustrativo:

Produção da cana-de-açúcar, Brasil, 1960 - 2006



Fonte: SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática.
Org. Jamile Rodrigues, 2013.

Podemos perceber que após a implantação do Programa Nacional do Álcool, a produção da cana-de-açúcar teve um crescimento considerável. Entre os anos de 1995 a 2006 a produção praticamente duplicou devido a introdução dos demais programas e da retomada da discussão de buscar diversificar as fontes de energia.

Nesse contexto, outros programas foram criados e executados no Brasil, a exemplo do Proóleo (Programa Nacional de Óleos Vegetais para Fins Energéticos) em 1980, que incentivava a produção de óleos de origem vegetal e animal, objetivando substituir 30% do óleo diesel mineral por óleo proveniente de oleaginosas (canola, girassol, soja e amendoim), incentivar a pesquisa tecnológica para expandir a produção em todo território brasileiro, e então substituir por completo o óleo diesel por óleo vegetal.

Contudo, os preços dos óleos vegetais não eram favoráveis para incentivar a produção, tornando-o economicamente inviável. Tal situação se agravou diante da queda no preço do petróleo, que servia como base quantitativa para calcular o preço do óleo vegetal, isso acarretou no enfraquecimento do Proóleo, porém não levou a extinção do programa.

É importante considerar que, ao tempo em que o governo lança o Proóleo também cria o Programa Nacional de Alternativas Energéticas Renováveis de

Origem Vegetal (OVEG), que teve como objetivo central comprovar tecnicamente o uso dos óleos vegetais em motores ciclo diesel³.

O Programa Brasileiro de Biocombustível, o Probiodiesel, foi criado em 2002. Segundo Francisco Mattei, o Probiodiesel objetivava,

...reduzir a dependência do petróleo; expandir os mercados das oleaginosas; impulsionar a demanda por combustíveis alternativos; e reduzir a emissão de gases poluentes, visando atender as regras do Protocolo de Kyoto, do qual o Brasil é signatário. (2010, p. 6)

O Programa Brasileiro de Biocombustível durante o governo Lula sofreu algumas transformações de caráter social que deram origem em 2004, ao atual Programa Nacional de Uso e Produção do Biodiesel, o PNPB, que tem como objetivo a produção de biodiesel a partir de óleos vegetais (mamona, soja, girassol, dendê, etc.). De acordo com documento oficial do PNPB, o governo federal apoiou-se

Na crescente demanda por combustível de fontes de energia renováveis e no potencial brasileiro para atender parte expressiva dessas necessidades, gerando empregos e rendas na agricultura familiar, reduzindo disparidades regionais e contribuindo para a economia de divisas e melhorar as condições ambientais. (BRASIL - BIODIESEL, p. 1).

Tais fatores servem como alicerce para o discurso do governo em atender as questões sociais, econômicas e ambientais.

De acordo com Fabrini (2010) a produção de diversas oleaginosas pode ser realizada em diferentes regiões brasileiras o que torna este programa “não excludente”, já que a grande extensão territorial, a diversidade de clima e solo presentes no território brasileiro faz com que cada região possua oleaginosas que se adéquem às suas necessidades.

³ Ver texto em <http://www.biodieselbr.com/biodiesel/historia/oleos-vegetais-biodiesel-brasil.htm>

A proposta do programa é direcionada, sobretudo, à produção realizada pelos camponeses, pois objetiva aumentar a renda e gerar mais emprego via inclusão social. Estes fatores atrelados à diminuição dos gases poluentes, e principalmente a diminuição da dependência com a atual matriz energética e a própria escassez do petróleo fazem com que este programa venha a ser alvo de políticas públicas em diferentes regiões brasileiras. Desta forma, o PNPB tem como objetivos viabilizar a produção e o uso do agrodiesel, diversificar a matriz energética, fortalecer as potencialidades regionais e promover a inclusão social.

Diante do breve histórico sobre os programas de produção de diesel a partir de óleos vegetais implantados no Brasil, podemos apresentar o seguinte quadro síntese.

Quadro 01: Síntese dos Programas de Produção de Agrocombustíveis no Brasil.

Ano	Programa	Objetivo
1970	PROALCOOL - Programa Nacional do Álcool	Tornar o Brasil menos dependente do petróleo, redução das disparidades regionais e individuais de renda; crescimento da renda interna e expansão da produção de bens de capital.
1980	Proóleo - Programa Nacional de Óleos Vegetais para Fins Energéticos	Substituir 30% de óleo diesel mineral por óleo vegetal, incentivar a pesquisa tecnológica para expandir a produção em todo território brasileiro, e então substituir por completo o óleo diesel por óleo vegetal.
	OVEG - Programa Nacional de Alternativas Energéticas Renováveis de Origem Vegetal	Comprovar tecnicamente o uso dos óleos vegetais em motores ciclo diesel.
2002	Probiodiesel - Programa Brasileiro de Biocombustível	Reduzir a dependência do petróleo, expandir os mercados das oleaginosas, impulsionar a demanda por combustíveis alternativos e reduzir a emissão de gases poluentes.
2004	PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel	Viabilizar a produção e o uso do biodiesel, diversificar a matriz energética, fortalecer as potencialidades regionais e promover a inclusão social.

Org. Jamile Rodrigues, 2013

Percebe-se que de modo geral os programas elaborados foram alicerçados no discurso da busca de diversificar a matriz energética brasileira e tornar o país menos dependente dos derivados do petróleo, além de diminuir as disparidades

regionais e promover a inclusão social. Essa tarefa, no entanto, vem sendo acompanhada de medidas modernizantes. Entre as quais, a criação do Selo Combustível Social – SCS, que se coloca como uma ferramenta de gestão correlacionada ao toyotismo e à qualidade total, que busca a participação do trabalhador nos diversos momentos, fomentando a competitividade e criatividade para alcançar melhorias (SILVA, 2008, p. 5), a partir da ideia de certificação como discutiremos no item a seguir.

2.3 – A imagem do promotor da inclusão social através do Selo Combustível Social

A elaboração de selos e certificados atendem diferentes aspectos da sociedade, desde as questões ambientais e econômicas até socioculturais. A criação dos selos tem iniciativa com a França e a Itália, que objetivavam proteger seus produtos artesanais alimentícios carregados de traços culturais das concorrências já existentes, como por exemplo, os EUA.

O selo Appellation d’Origine Contrôlée (AOC), francês, é concedido pelo Ministério da Agricultura da França, que tem como objetivo garantir a permanência da tradição artesanal na produção dos queijos, ao tempo que permite facilitar a circulação da mercadoria.

Em estudo realizado sobre a produção de queijo artesanal em Sergipe, Menezes mostra que os países investem em lógicas produtivas contrárias à produção artesanal objetivando ampliar e/ou conquistar mercados consumidores. Então o processo de padronização da produção levaria a homogeneização dos queijos acabando com a concorrência dos queijos artesanais em escala global. “Dessa forma, com a retirada desses concorrentes, poderiam os produtos padronizados alargar o seu mercado consumidor.”. (2009, p. 277).

O surgimento do selo AOC é um instrumento construído na perspectiva de resguardar os traços culturais na produção dos queijos, mas em sua essência ele atende à lógica do modo de produção capitalista.

Nesse mesmo contexto, diante da crise ambiental oriunda da apropriação desenfreada dos recursos da natureza ao longo do desenvolvimento da sociedade, ocorreram sérios problemas ambientais que são legitimados com a criação dos diversos selos de garantia. A devastação da vegetação, a poluição hídrica, a contaminação dos solos e a emissão de gases na atmosfera são exemplos de consequências da exploração ambiental, que desde o início do século XX tem mostrado a crise ambiental e econômica que assola o planeta.

As instituições e organismos governamentais e não governamentais tem constituído e concedido certificados e selos. Esses por sua vez, garantem às grandes corporações e empresas o direito de continuar a explorar a natureza a partir do discurso de preocupação ambiental.

A Certificação Florestal é um exemplo de alianças entre variados organismos, como: *World Wildlife Fund*, *Greenpeace*, *Friends of Earth*, *Banco Mundial* e *International Timber of Tropical Organization*. Esse quadro de alianças mostra a junção entre grandes empresas capitalistas e organismo que demonstram que querem transformações sociais e ambientais, devido a sua preocupação com a sociedade.

Porto-Gonçalves, em relação à Certificação Florestal afirma que,

A certificação é, assim, um mecanismo baseado na existência de um nicho de mercado, mercado esse que, diga-se de passagem, foi criado a partir de movimentos sociais e procura deslocar ou complementar outras ferramentas e políticas que também tentam promover o manejo florestal, como as exigências de planos de manejo e aproveitamento florestal ou os estudos de impacto ambiental que fazem parte da legislação de quase todos os países, exigências legais e políticas públicas, quase sempre instituídas como respostas a demandas postas pelos movimentos sociais. (2006, p. 359)

No cenário do Neoliberalismo ambiental, o surgimento desses certificados tem significado o direito de explorar os recursos da natureza, ao tempo que alimenta o mercado e permite a reprodução e manutenção do capital. Porém a exploração ocorre com o discurso da preocupação, o que torna essa apropriação justa e legal diante da sociedade.

O Selo Combustível Social (SCS) possui uma perspectiva diferente dos exemplos mencionados anteriormente, na medida em que faz parte de um subprograma do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel que busca garantir a inserção do pequeno produtor na cadeia produtiva dos agrocombustíveis.

No caso desse programa, a concessão e a gestão do Selo Combustível Social:

É a identificação concedida pelo MDA ao produtor de biodiesel que cumpre os critérios estabelecidos pelo Programa e que confere status de promotor de inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). (Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2004, p. 8)

O selo é um instrumento criado pelo Estado para garantir a adesão das empresas ao PNPB, a partir dos incentivos na redução tributária e a inserção dos camponeses pela “inclusão social”. Torna obrigatório às empresas, pois as mesmas só podem participar dos leilões, que são realizados pela ANP⁴ para a compra de agrocombustíveis, se possuírem o selo de combustível social.

Conforme o disposto pela Secretaria de Agricultura Familiar,

Por meio deste selo, o produtor de biodiesel tem acesso a alíquotas de PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados e a melhores condições de financiamentos junto aos agentes financeiros. Também pode usar o selo para fins de promoção comercial de sua empresa. O selo será concedido aos produtores de biodiesel que compram matéria-prima da agricultura familiar” que beneficiará às empresas, com redução de impostos, que derem preferência a compra de oleaginosas produzidas pela agricultura familiar. (Ministério de Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar, 2010)

Portanto, para que uma empresa produtora de agrodiesel possa adquirir o Selo Combustível Social é necessário que atenda algumas regras na parceria com os camponeses. São elas:

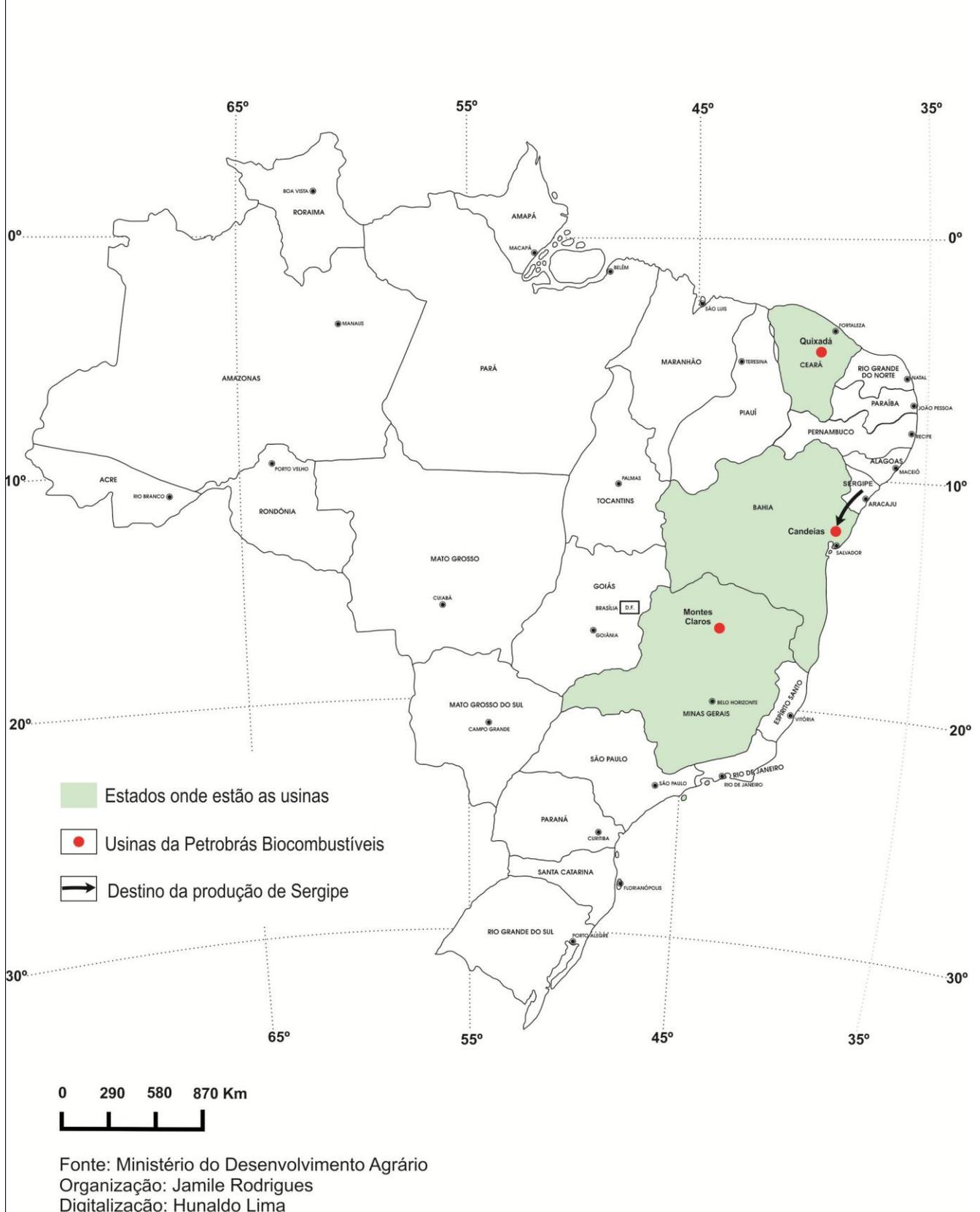
⁴ ANP - Agência Nacional do Petróleo

- Firmar contratos com os agricultores familiares negociados com a participação de uma entidade representativa dos mesmos (sindicatos, federações). A agricultura familiar organizada na forma de sindicatos ou federações terá que dar anuência por meio de carta para validar o que foi acordado entre as partes;
- Repassar cópia dos contratos devidamente assinados pelas partes para o agricultor familiar contratado e para a entidade representativa (sindicato, federação, outros);
- Assegurar assistência técnica gratuita aos agricultores familiares contratados:
- Capacitar os agricultores e agricultoras familiares para a produção de oleaginosa(s), de forma compatível com a segurança alimentar da família e com os processos de geração de renda em curso, contribuindo para a melhor inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel e para o alcance da sustentabilidade da propriedade.
- Repassar ao agricultor familiar assistido pelo técnico, cópia do laudo de visita devidamente assinado;
- Adquirir um percentual mínimo de matéria prima da agricultura familiar, que varia de região para região, de acordo com a normativa vigente. (Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2004, p. 10)

Diante de tais critérios o selo foi concedido a diversas empresas presentes em diferentes estados, conforme figura 02.

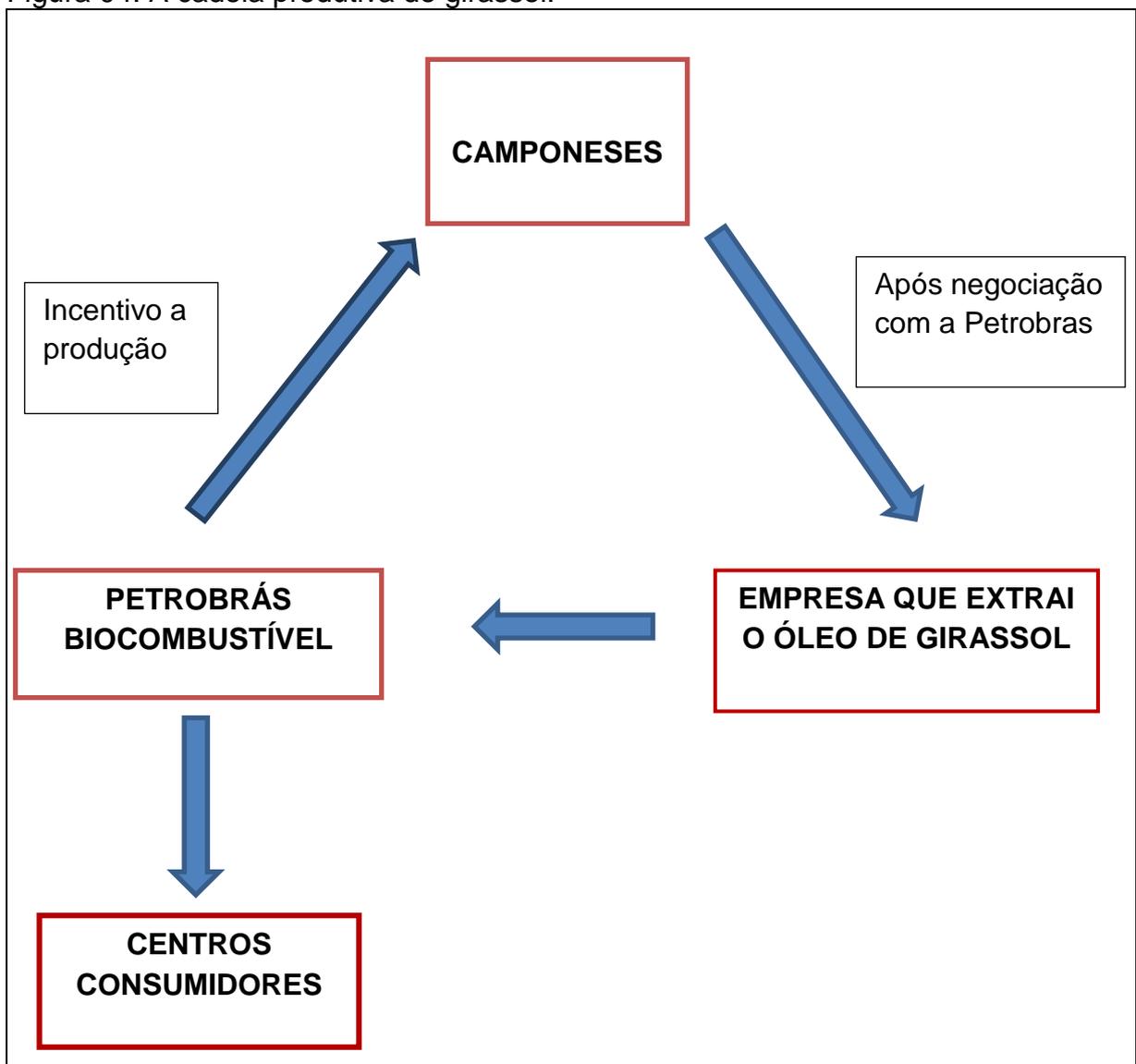
A distribuição das usinas concentram-se em Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Sul. Essa concentração está relacionada com a elevada produção de soja. A Petrobrás Biocombustível ou PBio, subsidiada pela Petrobrás, é uma das empresas produtoras do agrodiesel e esta possui três usinas, são elas: Montes Claros, Quixadá e Candeias localizadas nos estados de Minas Gerais, Ceará e Bahia respectivamente. A Petrobrás Biocombustível de Candeias é a empresa que utiliza a matéria-prima proveniente dos camponeses do estado de Sergipe. Conforme figura 03, a usina de Candeias é a que está localizada mais próximo da área produtora.

Figura 03: Localização das usinas da Petrobrás Biocombustíveis, 2013.



É importante destacar que a Petrobrás Biocombustível não extrai o óleo do girassol, apenas produz o óleo diesel. A Petrobrás compra os grãos de girassol provenientes dos camponeses, envia-os para uma empresa que extrai o óleo, que envia este óleo para a usina da Petrobrás Biocombustível. No caso em estudo, a cadeia produtiva ocorre conforme o esquema na figura 04:

Figura 04: A cadeia produtiva do girassol.



Organização: RODRIGUES, Jamile Oliveira. 2013.

Diante desse processo percebe-se a existência do fluxo na cadeia produtiva do girassol para a produção de agrocombustível na área em estudo. As sementes vão para os camponeses representados pela cooperativa, após o plantio, colheita e comercialização com a Petrobrás. Daí, vão para a empresa que extrai o óleo, localizada em Feira de Santana no estado da Bahia, após a extração, o óleo então é encaminhado para a Petrobrás Biocombustível, que irá transformar em óleo diesel, que será então repassado para os centros de consumo.

Apesar da obrigatoriedade da Petrobrás em atender as exigências do SCS que estão elencadas nas normativas da Petrobrás Biocombustível, a PBio não está cumprindo com essas exigências, o que se confirma na passagem abaixo, extraída da entrevista realizada com o presidente da COOPRASE em setembro de 2012:

Pelas normativas da Petrobrás Biocombustível, para ela ter o Selo Combustível Social é obrigado que tenha convênio com as cooperativas. Trabalhe o plantio do girassol e também dê assistência técnica. Só que nós tivemos assistência técnica durante 2 anos, no 3º ano aí já fugiu a assistência técnica, aí assinamos os contratos com a PBio. A gente chegou há 70 funcionários entre engenheiro e técnico com 5 mil agricultores. (Sr. J. G, trabalho de campo, setembro de 2012).

O papel da PBio não tem sido realizado em sua plenitude. A empresa tem descumprido algumas regras postas pelo PNPB.

Os camponeses, por sua vez, também precisam atender algumas exigências que possibilitem as empresas de se inserirem no SCS. É preciso que o camponês possua a DAP, uma Declaração de Aptidão do PRONAF. A DAP, segundo ARACRI, só pode ser emitido por instituições e órgãos oficiais e autorizados e para os agricultores que atenderem os requisitos que seguem:

- i. exploração da terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Produção de Reforma Agrária;
- ii. residência na propriedade ou em localidade próxima;
- iii. posse de até quatro módulos fiscais para a agricultura e de seis para a pecuária (em Mato Grosso os módulos variam entre 30 e 100 ha segundo a região);
- iv. a base de exploração do estabelecimento é o trabalho familiar;

- v. renda bruta familiar anual entre R\$ 2.000 e R\$ 60.000. (2011, p. 81).

Desta forma, para que haja a aquisição do SCS é necessário que as empresas que produzem o biodiesel comprem a matéria-prima oriunda dos pequenos produtores, além de lhes dar toda a assistência técnica. Os agricultores para fazerem parte dessa cadeia produtiva devem possuir a Declaração Aptidão do Pronaf – DAP.

Embora o SCS, a DAP e as certificações destacadas por Porto-Gonçalves e Menezes, apareçam como instrumentos legais que legitimam a aparência de uma produção limpa, ecologicamente correta, e ética, podemos associá-las a ideia de Controle de Qualidade própria do Toyotismo. Mecanismo utilizado, no contexto da última reestruturação produtiva do capital, responsável por mudanças nas legislações dos Estados, que obriga grandes e pequenas empresas a se adequarem as normas de qualidade, segurança, etc, considera-se que esses mecanismos mascaram interesses de domínio e fragilização dos pequenos que não conseguem se adequar.

No caso dos camponeses da área de estudo ocorre uma produção de girassol orientada pela Petrobrás que busca atender uma das exigências do PNPB em adquirir matéria-prima proveniente dos pequenos produtores. Esse incentivo faz da Petrobrás uma empresa promotora da inclusão social, ao mesmo tempo mostra como esse Estado que quer se mostrar beneficiador, aquele que está acima dos interesses de classes, na realidade traz o camponês para o circuito da produção do agronegócio brasileiro corroborando com a monopolização do território pelo capital.

3- O ESTADO, O PNPB E O LUGAR DA PRODUÇÃO CAMPONESA

O Estado burguês não nasce como reflexo automático do crescimento das relações sociais capitalistas. As instituições estatais têm de ser arduamente construídas e, em cada etapa do percurso, o poder pode ser (e era) exercido através dessas instituições, ajudando a criar relações reais que, no fim, as instituições estatais refletem.

(David Harvey, 2005)

3- O ESTADO, O PNPB E O LUGAR DA PRODUÇÃO CAMPONESA

Mesmo considerando que não há impedimento legal para a produção de oleaginosas pelo agronegócio, o incremento da produção de agrocombustíveis via produção camponesa apresenta implicações importantes. É preciso dessa forma, realizar uma discussão acerca da natureza do Estado como implementador do Programa, de como esse Estado vem alterando a lógica camponesa, inclusive denominando-o de agricultura familiar, e de como a inserção do camponês no PNPB acaba implicando na sua integração à cadeia do agronegócio.

3.1 - O Estado e a formatação da cadeia produtiva dos agrocombustíveis

A noção de Estado difere no decorrer do tempo histórico e de acordo com a concepção de mundo que se tem. Na literatura acessada pelo povo em geral, o Estado é colocado como um poder político exercido sobre um determinado território e povo, estando acima dos interesses de classes.

Para Gruppi (1984, p.7), “no Estado estão presentes três elementos: poder político, povo e território”. Nesta visão, para compreender o Estado é fundamental que esses três elementos estejam presentes.

Na perspectiva de Machiavelli, o Estado é representado por um poder absoluto, e possui suas próprias características. Desta forma,

Os Estados que são governados por um príncipe e servos, têm aquele com maior autoridade, porque em toda a sua província não existe alguém reconhecido como chefe senão ele, e se os súditos obedecem a algum outro, fazem-no em razão de sua posição de ministro e oficial, não lhe dedicando o menor amor. (MACHIARELLI, 2000, p. 15)

Isso mostra a preocupação que Maquiavel tem em tratar da política e suas leis na construção do Estado que se apresenta como uma unidade. Nessa linha o poder é fundamental para definir o Estado. Logo se constitui de autonomia e

soberania. Para os estudiosos Hobbes, Locke e Rosseau, o Estado se forma a partir de um contrato, o que revela para esses autores a necessidade de sua existência para as relações sociais burguesas. Dessa forma, Gruppi afirma,

Mas os pactos, sem espadas, não passam de palavras sem força: por isso o pacto social, a fim de permitir aos homens a vida em sociedade e a superação de seus egoísmos, deve produzir um Estado absoluto, duríssimo em seu poder. (1984, p. 13)

A formação do Estado a partir de um contrato tem a concepção burguesa como sustentáculo. De acordo com Rosseau,

Renunciar à própria liberdade é o mesmo que renunciar à qualidade de homem, aos direitos da Humanidade, inclusive aos seus deveres. Não há nenhuma compensação possível para quem quer que renuncie a tudo. Tal renúncia é incompatível com a natureza humana, e é arrebatada toda moralidade a suas ações, bem como subtrair toda liberdade à sua vontade. Enfim, não passa de vã e contraditória convenção estipular, de um lado, uma autoridade absoluta, e, de outro, uma obediência sem limites. (2006, p. 7)

Nessa perspectiva Rosseau corrobora com a ideia que a sociedade nasce de um contrato, tendo a mesma mentalidade comercial e individualista, típicas de um burguês. “Enfim, não passa de vã e contraditória convenção estipular, de um lado, uma autoridade absoluta, e, de outro, uma obediência sem limites.” (Ibid, p. 7)

No liberalismo, o Estado busca se separar ao máximo da sociedade civil. Desta forma, a liberdade do homem é significativa na esfera do privado, e limitada no público. Para se alcançar a liberdade dentro da concepção liberal é necessária a desigualdade. Enquanto concepção democrática, a liberdade exige igualdade, mas principalmente a igualdade jurídica. Porém, Gruppi afirma que:

Após as décadas de 1860 e 1870, teremos regimes liberais; teremos fusão de liberalismo e democracia, isto é, uma ampliação do sufrágio universal, da igualdade, jurídica. Uma mistura de liberalismo e democracia que, no entanto reafirma sempre o direito da propriedade, tutela sempre a iniciativa econômica e o desenvolvimento capitalista. (1984, p. 23)

Apesar de o liberalismo demonstrar se fundir com a concepção democrática, na verdade é pensamentos contrários, isso em meados da década de 1930. O Estado em Hegel é fundamento da sociedade e da família e não ao contrário, ou seja, o Estado que origina o povo e a sociedade, além de deter a soberania. Então de acordo com Hegel apud Gruppi (1984, p. 24), “é o Estado que triunfa sobre a sociedade civil e absorve esta.”.

Ao contrário de Hegel, Marx defende a ideia de que a sociedade civil é que origina o Estado, ou seja, que é a partir das relações econômicas, que são a anatomia da sociedade civil, que se tem o Estado. Nessa perspectiva, o Estado é determinado pela estrutura econômica. Isso significa que o Estado é parte essencial da estrutura econômica, pois a garante. Gruppi exemplifica que:

O Estado escravista garante a dominação sobre os escravos, o Estado feudal garante as corporações; e o Estado capitalista garante o predomínio das relações da produção capitalistas, protege-as, liberta-as dos laços de subordinação à renda fundiária absoluta (ou renda parasitária), garante a reprodução ampliada do capital, a acumulação capitalista. Portanto, é um elemento que faz parte integrante das próprias relações de produção capitalista, mas é determinado por estas. (1984, p. 29)

O desenvolvimento econômico é um dos fatores que levou à diferenciação entre os homens nas relações de produção, e conseqüentemente, originou a divisão da sociedade em classes. Essa divisão ascende a luta de classes sociais, e é nesse contexto que o Estado nasce. Assim, para Engels,

Com os progressos da indústria e do comércio, se havia aprofundado mais e mais a divisão do trabalho entre os diferentes setores da produção – a agricultura e os ofícios manuais – e entre estes últimos (os ofícios manuais) uma infinidade de subdivisões, tais como o comércio, a navegação, etc. A população se dividia agora, segundo suas ocupações, em grupos bem definidos, cada um dos quais não havia lugar na gens ou na fratria, levando à criação de novas funções que, precisamente, zelassem por eles. (2009, p. 142 e 143).

As diferenças sociais, conseqüentemente, de divisão de trabalho fazem surgir diferentes classes sociais que são levadas a buscarem por melhores condições de

vida. Para alcançar essas melhorias foram dando origem a organismos que defendessem os interesses particulares de cada grupo social.

a constituição gentílica ia chegando ao fim. A sociedade, crescendo a cada dia, ultrapassando o marco da gens; não podia conter ou suprimir nem mesmo os piores males que iam surgindo à sua vista. Enquanto isso, o Estado se desenvolvia sem ser notado. Os novos grupos, formados pela divisão do trabalho (primeiro entre a cidade e o campo, depois entre os diferentes ramos de trabalho nas cidades), haviam criado novos órgãos para a defesa dos seus interesses, e foram instituídos ofícios públicos de todas as espécies. (ibid, 2009, p. 143).

Desta forma, temos que o Estado nasce das classes, sendo a expressão das relações presentes na sociedade a fim de manter essas relações. Daí o Estado ser fundamental na manutenção e reprodução do modo de produção capitalista, pois se configura como uma enorme máquina composta por leis e lógicas internas.

O Estado oferece e/ou subsidia necessidades básicas, como; escola, saúde, infraestrutura, etc, que na aparência, asseguram benefícios sociais, ao tempo em que em essência, estão para a garantia da expansão do capital.

A atuação do Estado classista, este que protege as relações capitalistas de produção, fortalecendo os capitais privados, não difere naquilo que diz respeito à lógica de produção dos agrocombustíveis, pois, ao criar o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel objetivando garantir a elevada produção energética de grandes empresas produtoras de energia, conseqüentemente, garante a continuação de grandes monopólios energéticos. Nessa direção, o Estado firma parcerias com instituições de pesquisa, órgãos federais, estaduais e municipais e com empresas ligadas a produção de energia.

O Estado subsidia o acesso do camponês aos agrocarburentes através do financiamento que ocorre via PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -, que busca na produção dos agrocombustíveis diversificar a matriz energética do país. Ao diversificar as fontes de energia, o Estado tem beneficiado empresas capitalistas, pois são elas que dominam a cadeia produtiva dos agrocombustíveis.

Segundo Harvey (2005, p.79), este “Estado desempenha, necessariamente, certas tarefas básicas mínimas no apoio do modo capitalista de produção”. Ainda de acordo com Harvey,

O Estado capitalista deve, necessariamente, amparar e aplicar um sistema legal que abrange conceitos de propriedade, indivíduo, igualdade, liberdade e direito, correspondente às relações sociais de troca sob o capitalismo. (2005, p. 83)

Em relação ao apoio a produção dos agrocarburentes pelos pequenos produtores camponeses, é isso que se observa. Na aparência do subsídio e incentivo à produção e a reprodução familiar, a essência aponta para a expansão do agronegócio no campo e da subordinação camponesa à lógica que se anuncia, o que somente pode ser compreendido a partir da leitura das contradições.

O PNPB tem a participação do Estado, que no plano oficial, auxilia a produção camponesa, mas também garante vias para a realização da produção e o escoamento, principalmente dando incentivos fiscais para as empresas capitalistas beneficiadoras da matéria-prima. Esse papel do Estado de subsidiar o capital é notório há muito tempo em diferentes momentos da história. Como afirma Harvey (2005, p. 71), “...ele sempre esteve presente; apenas suas formas e modos de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia.”.

Assim, a cada novo empreendimento do capital, novas estruturas são realizadas para dar o suporte necessário ao incremento que está sendo implantado. Isso é o que está ocorrendo com a cadeia produtiva dos agrocarburentes.

Conforme Houtart,

É necessário acrescentar a importância dos investimentos públicos para as infraestruturas necessárias à nova indústria: rodovias, ferrovias, portos, depósitos necessários não somente para a produção, mas inclusive para a distribuição dos agrocarburentes. Despesas consideráveis são feitas nesses domínios, geralmente elas mesmas, por sua vez, privatizadas. (2010, p. 239)

Como se vê o Estado está a serviço de interesses particulares, deixando de lado os interesses coletivos, ou de uma classe em detrimento de outra.

O PNPB tem mostrado a subordinação do campesinato ao capital empresarial, que deixa a unidade de produção familiar refém deste capital. Nesta perspectiva, o programa pode acirrar a luta de classes já existente. Segundo Harvey, o Estado se utiliza da “criação de leis”, do “poder de tributação” e coação para manter e garantir a manutenção e reprodução do capital.

É observado no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, que o discurso usado pelo Estado é de beneficiar a sociedade como um todo, a partir da diminuição de dióxido de carbono emitido na atmosfera, da diversificação da matriz energética, além da inserção dos camponeses na cadeia produtiva. Porém, existe paralelamente, um acréscimo financeiro às empresas capitalistas, a partir de financiamentos e redução ou aniquilação de impostos, além dos diversos abatimentos para a vida dos camponeses e para a produção de alimentos no campo brasileiro.

3.2 – O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

A criação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, o PNPB, foi posto em prática em 2004, possui apoio da Ação do Biodiesel da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O governo criou uma cartilha intitulada “Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel: inclusão social e desenvolvimento territorial”, objetivando expor informações do referido programa para os interessados.

O Ministério de Desenvolvimento Agrário define que o Biodiesel

é um combustível biodegradável derivado de fontes renováveis, que pode ser produzido a partir de gorduras animais ou de óleos vegetais, existindo dezenas de espécies vegetais no Brasil que podem ser utilizadas, tais como mamona, dendê, girassol, canola, gergelim, soja, dentre outras. Por esse motivo a energia gerada pelo biodiesel é chamada de “energia renovável”. (2004, p. 5)

Trata-se de um tipo de energia que pode substituir total ou parcialmente o óleo diesel de petróleo, além de possuir vantagens como:

- i. é um vetor de redução das emissões de diversos poluentes;
- ii. ajuda a combater o efeito estufa;
- iii. permite a diversificação da matriz energética;
- iv. contribui com a redução da compra de óleo diesel derivado do petróleo;
- v. contribui para a diminuição da exportação de grãos in natura;
- vi. gera trabalho e renda no campo e na fábrica; (Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2004, p. 5).

Contudo, a utilização do agrocombustível apresenta desafios a serem superados, pois é necessário ter um padrão de qualidade, buscar formas de aproveitar os subprodutos da matéria-prima, uma tributação diferente a depender da região, e de uma logística tanto na origem da oleaginosa quanto a distribuição do agrocombustível. Essas vantagens e desafios foram elencados por um Grupo de Trabalho Interministerial (ibid, 2004, p. 6).

Desta forma,

O Programa nasceu com o compromisso de viabilizar a produção e o uso do biodiesel no país, com foco na competitividade, na qualidade do biocombustível produzido, na garantia de segurança de seu suprimento, na diversificação das matérias primas, no fortalecimento das potencialidades regionais para produção, e, prioritariamente, na inclusão social de agricultores familiares. (Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2004, p. 6).

O PNPB tem como objetivo a implementação da cadeia de produção do biodiesel que, de acordo com a proposta apresentada pelo MDA, possui como principais diretrizes:

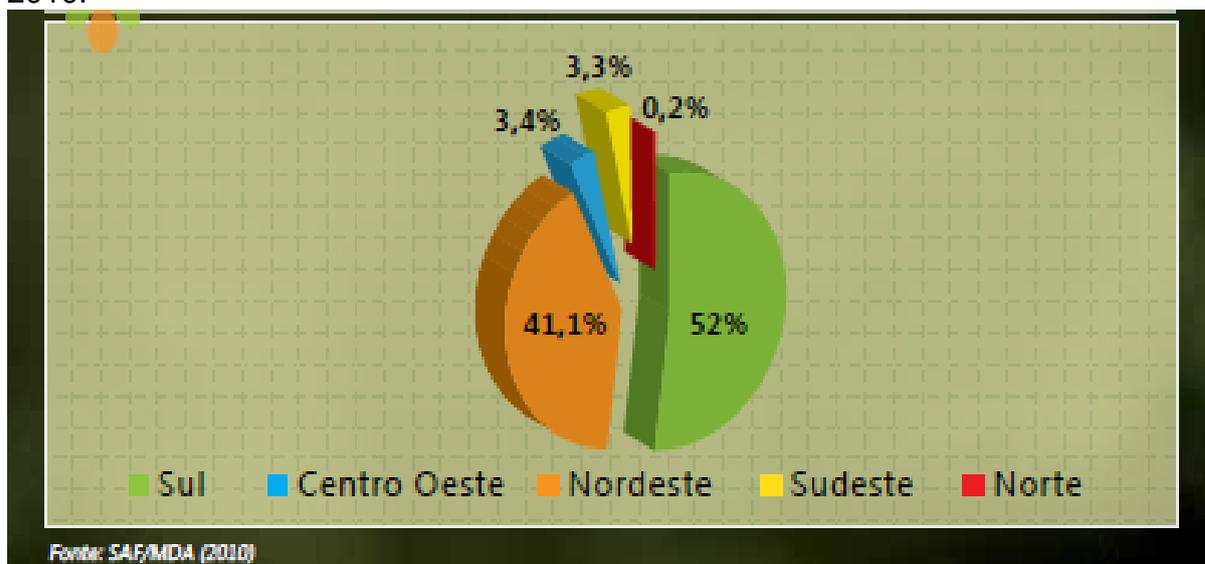
- i. implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social através da geração de renda e emprego;
- ii. garantir preços competitivos, qualidade e suprimento;
- iii. produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas, fortalecendo as potencialidades regionais para a produção de matéria prima.

Para a elaboração, execução, monitoramento, avaliação, análise e possíveis alterações do programa foi constituída a Comissão Executiva interministerial (CEIB) e o Grupo Gestor, além de ser coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e demais ministérios que possuem membros na CEIB, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Petrobrás e Embrapa.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário ficou com a responsabilidade de projetar e operacionalizar estratégias que garantissem a função social do programa, que assegurassem a inserção da produção camponesa na cadeia de agrocombustíveis. Para tanto, o Ministério criou o Selo Combustível Social⁵ que é selo concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário ao produtor de agrocombustíveis, que obedecer aos critérios do Programa e, ao mesmo tempo, promover a inclusão social dos produtores no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004, p. 8), cuja intenção será discutida no item 3.3.

Nessa perspectiva, o PNPB objetiva articular a produção camponesa e demais atores estaduais e territoriais envolvidos na proposta de agrocombustíveis. Apesar do incentivo à pequena produção e as potencialidades regionais, a adesão do pequeno produtor ao PNPB tem se dado de forma diferenciada nas diversas regiões. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2004), existe uma maior adesão nas regiões Sul e Nordeste, porém vem se ampliando a quantidade de agricultores que aderem ao programa, conforme se pode visualizar pelas figuras que seguem, com informações do próprio MDA:

Figura 05: Participação de estabelecimento de agricultura familiar no PNPB em 2010.



Org: Ministério de Desenvolvimento Agrário⁶, 2010.

⁵ Selo Combustível Social que foi apresentada no capítulo 2 item 2.3.

⁶ Figuras 05 e 06 extraídas da cartilha do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: inclusão social e desenvolvimento territorial desenvolvida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Figura 06: Evolução de número de estabelecimentos da agricultura familiar participantes do PNPB por Região, de 2005 a 2010.

UF/Região	2005	2006	2007	2008	2009	2010
TOTAL	16.328	40.595	36.746	27.858	51.047	100.371
SUL		8.736	27.928	8.767	29.150	52.187
NORDESTE	15.000	30.226	6.850	17.187	17.711	41.253
CENTRO OESTE		1.441	1.690	1.662	2.550	3.388
SUDESTE	914	7	55	27	1.457	3.297
NORTE	414	185	223	215	179	246

Fonte: SAF/MDA (2010)

Org: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2010.

De acordo com o exposto nas imagens se percebe que a participação dos pequenos produtores na cadeia produtiva dos agrocombustíveis vem aumentando, tendo a região Sul e Nordeste como regiões onde a participação tem sido maior. Contudo, é importante destacar que a região Centro-Oeste tem tido um aumento considerável, pois é uma região onde há o predomínio de monocultura da soja, que por sua vez, é realizada pelos grandes proprietários de terra.

Diante do exposto no programa é fundamental a participação do camponês na cadeia produtiva dos agrocombustíveis que deve acontecer em diversas etapas, enumeradas abaixo:

- 1º) produzindo sementes e mudas de oleaginosas;
- 2º) fornecendo os grãos das oleaginosas (mamona, dendê, girassol, soja, etc.) para as indústrias processadoras;
- 3º) extraíndo o óleo vegetal dos grãos e separando-o do farelo. Neste caso, quando comercializam apenas o óleo bruto, além de agregar um valor maior, os agricultores familiares podem utilizar o farelo para ração dos animais ou para adubação, obtendo mais vantagens no uso da produção;
- 4º) organizando suas próprias usinas para a produção do biodiesel.

O camponês em Sergipe tem se mostrado refém das diretrizes da Petrobrás, uma vez que não possui autonomia para assumir as diferentes etapas da cadeia produtiva do agrodiesel, ou mesmo, considerando suas condições reais, não conseguem resistir ao programa. Os camponeses cultivam o girassol, não possuem

o domínio do processo de esmagamento da semente para a extração do óleo e do farelo, além de não produzirem o biodiesel propriamente, nem de realizarem sua comercialização. Todo esse processo é realizado pela Petrobrás Biocombustível, o que denota uma ruptura com a ideia de autonomia que perpassa a identidade camponesa. Apesar disso, esse sujeito, por trabalhar com a família, ter o controle da sua propriedade, optar por trabalhar na terra com o propósito de se reproduzir, mantém as características do ser camponês.

3.3 A metamorfose do camponês em agricultor familiar: no discurso da inclusão social do PNPB, a subordinação ao mercado

A implantação do PNPB em Sergipe vem sendo incentivada por instituições que atuam em parceria com o pequeno produtor familiar, o que Aracri denomina de “sistema de “equivalência-produto”” (2011, p.85). Isto significa que a empresa fornece um pacote de produtos e serviços em troca de uma determinada quantia da produção. No caso da área de estudo, o Sertão sergipano, o “sistema de “equivalência-produto”” ocorre entre a Petrobrás e cooperativas, a partir da produção do girassol.

De acordo com Bernardes,

Enquanto as políticas do PNPB beneficiam os empresários com melhores condições de financiamento e favorecem a redução das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS, o acesso da agricultura familiar se limita aos escassos recursos do PRONAF. Trata-se, neste caso, da articulação de grupos com distintos níveis de recursos, de acesso a técnicas e produtividade, a escalas de produção, a crédito, ao armazenamento, ao conhecimento do funcionamento do mercado, significando diferentes níveis de rentabilidade e de poder, o que acentua e aprofunda as desigualdades. (2011, p. 69)

Desta forma, o programa atende a questão social no discurso de “inclusão social” gerando emprego e renda, que contará com o auxílio do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Nesse cenário, o camponês, para ser inserido na nova política de desenvolvimento rural do governo brasileiro, que se coloca para ampliar a produção, a competitividade e a rentabilidade da terra, passa a receber o rótulo de agricultor familiar. Essa nova *categoria* surge para atender a política de mercado vigente, e participar dos programas e políticas de acesso a incentivos e investimentos.

De acordo com Gómez e Thomaz Junior,

Esta categoria incorporaria as demandas do mercado, as transformações da matriz produtiva e tecnológica, melhores patamares de educação e saúde, maior aptidão para competir por uma parcela do mercado onde pode colocar seus produtos, também reuniria a flexibilidade e a formação suficientes para diversificar suas fontes de ingressos (realizando alguma transformação do seu produto, desenvolvendo atividades de turismo na sua propriedade, etc.). (2005, p.79).

É preciso destacar, entretanto, que as políticas implantadas no campo brasileiro atendem as exigências do Banco Mundial, principalmente a partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2002), limitando a atuação do Estado, e buscando reduzir o conflito existente no campo. Ao mesmo tempo, o Estado fomenta e acompanha a iniciativa privada, além de tentar reparar as lacunas deixadas pelo mercado com finanças públicas.

O PRONAF, criado no governo de Fernando Henrique Cardoso tem como objetivo integrar a pequena produção familiar na cadeia do agronegócio. É um programa que subsidia à pequena produção familiar, objetivando atender também aqueles produtores que estejam concretizando o PNPB. Este subsídio ocorre a partir do programa ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural, adotado pelo MDA que se constitui como subprograma de assistência para esses produtores. Porém, existe limite de acesso a estes “benefícios”, pois só podem ser favorecidos aqueles produtores que tiverem a Declaração de Aptidão ao PRONAF.

É importante destacar que entre os produtores de girassol da área em que estamos realizando este estudo não ocorre a utilização do Pronaf. A população entrevistada destaca que ainda não necessitou da aquisição de empréstimos para a produção do girassol devido ao baixo custo dessa atividade, que não demanda o

uso excessivo de produtos químicos comuns na produção agrícola. Ao mesmo tempo, o trabalho de campo realizado entre os meses de setembro a novembro de 2012, denota que a inadimplência entre os assentados tem dificultado o acesso a empréstimos. O agricultor, Sr. J. A. afirma que:

Minha filha, a gente até quer. Você sabe que sempre se precisa de dinheiro para investir na terra e ter boa produção. Tanto é bom para a gente plantar o que comer, como pra a gente aumentar aquilo que a gente vende. A questão não é querer, é poder. (Entrevista realizada com o Sr. J. A, em outubro de 2012).

Ou seja, o acesso ao crédito é dificultado já pela condição de endividamento ou empobrecimento daqueles assentados. As condições ambientais, como o caso típico das secas que assolam a região levando a perda dos cultivos, dificulta a aquisição de alimentos e a venda dos excedentes. Dessa forma, os camponeses não podem quitar empréstimos tomados anteriormente ficando inadimplentes sem possibilidades de adquirir novos empréstimos.

Ainda assim, não se pode negar que a escolha pelas áreas de produção camponesa implica na perda da autonomia dos produtores para as grandes empresas produtoras do biodiesel. As empresas detentoras de capital definem o que, quanto e como produzir. Para Bernardes (2011), a não participação desses produtores na elaboração do Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel, ou seja, na participação do camponês em todo o processo de implantação dos agrocombustíveis como fonte de energia nas implicações faz com esses camponeses percam a sua autonomia. A autora afirma que:

A autonomia quer dizer entendimento do projeto, e o agricultor familiar só entende o projeto quando é sujeito da ação, quando o projeto se relaciona com o sentido da vida dele. Na medida em que o pequeno produtor familiar não participou da concepção do selo social do PNPB, não foi sujeito da ação, não tem entendimento da ação, também não pode ter autonomia. Consequentemente, não tem autonomia para impor o preço, para decidir sobre a matéria-prima que vai utilizar, sobre as formas de produzir etc. (ibid, p. 72 - 73)

Pode-se afirmar que a introdução da cultura do girassol, a partir da imposição da Petrobrás, denotando um processo de controle do território para uso econômico, como afirmaria Santos (1994) leva a uma redução da autonomia daqueles trabalhadores, expondo-os a uma vulnerabilidade.

Outro fato observado na área em estudo é a produção consorciada, ou seja, os produtores plantam o girassol em consórcio com outras culturas, como: abacaxi, laranja, feijão, milho, entre outros, como se pode observar pela figura 07 e 08. Essa técnica de plantio ocorre principalmente nos assentamentos, onde a Petrobrás fornece as sementes e assistência técnica, e em troca, ela exige certa quantidade de grãos, que depende da quantidade de sementes que foi “doada”.

Figura 07: A produção consorciada do girassol com a laranja.



Foto: RODRIGUES, Jamile Oliveira, Pesquisa de campo. 09/2012.

Figura 08: Produção de girassol consorciada com o feijão.



Foto: Avelange Técnico/Coopraxe, 2012.

A produção obedece a instruções técnicas da Petrobrás ao tempo que busca atender o exposto no PNPB.

O plantio consorciado tem sido orientado pelas Cooperativas que buscam mostrar e conscientizar os produtores de que a sua adesão ocorre por terem o cultivo do girassol como um complemento de renda e não como única cultura geradora de renda. Desta forma, o cultivo de outras culturas não deve, em nenhuma hipótese, ser descartada e/ou desprezada, pois são elas que permanecem garantindo a sobrevivência da família.

Sobre esta afirmativa o presidente da COOPRASE⁷ observa que,

Aconselho sempre que o girassol seja produzido consorciado, porque isso é para aumentar a renda familiar, então se você aconselha plantar só o girassol você tá fazendo com que ele deixe de plantar o milho, o feijão. A Petrobrás passa pra gente, não aconselhar ele só plantar o girassol, diga para plantar o feijão e o milho junto porque isso vai ajudar na renda familiar. Um rapaz aqui plantou o girassol

⁷ Cooperativa Regional de Assentados de Reforma Agrária do Alto Sertão Sergipano.

junto com o feijão, em um hectare ele tirou 1200 kg de girassol e deu 200 kg de feijão. (Presidente da COOPRASE, Trabalho de campo 2012)

A produção consorciada é fundamental. É preciso que o camponês continue a plantar o milho, feijão, macaxeira, abacaxi, entre outras culturas. No caso do exemplo exposto pelo presidente da COOPRASE, ele revela que o camponês adquiriu uma renda tanto com a produção do girassol, quanto na produção do feijão, pois o feijão, ele pode armazenar para o consumo da família e também vender o excedente.

Apesar disso, ocorre um processo de apropriação do capital agroindustrial que se apropria da produção camponesa a fim de acumular mais capital. Os agentes detentores do capital dentro da lógica dos agrocombustíveis impõem ao camponês como a oleaginosa deve ser produzida, quanto deve ser produzido, além do valor dessa produção. É importante destacar que este controle não ocorre somente na esfera das oleaginosas, mas em todas as cadeias produtivas.

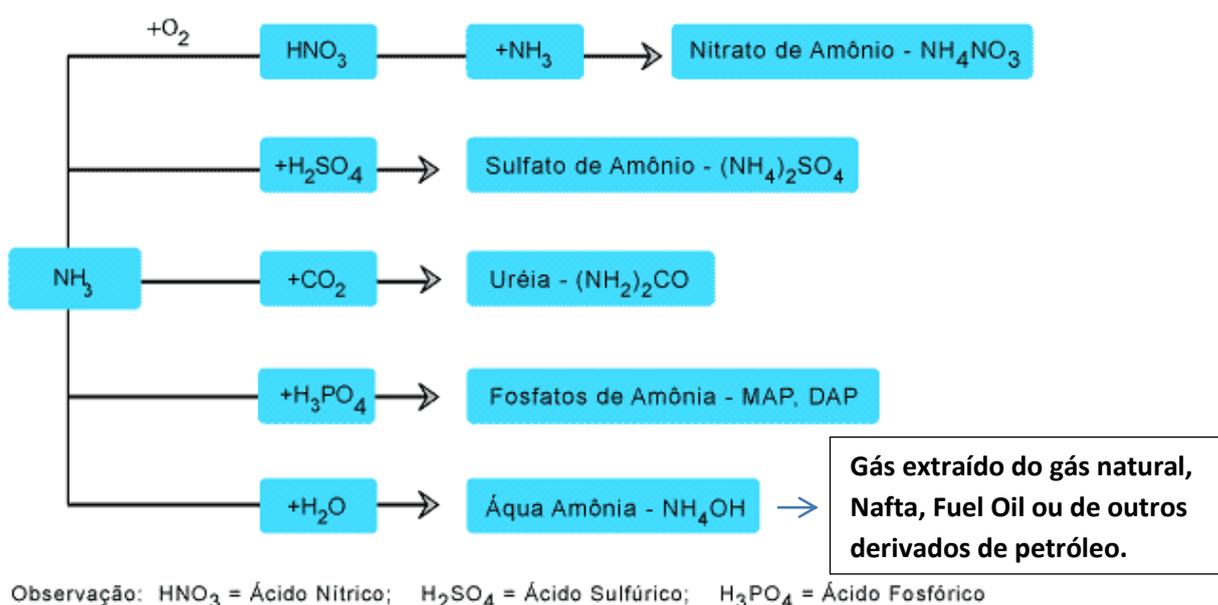
Essa apropriação também se concretiza a partir da doação de sementes, assistência técnica, na venda de fertilizantes e pesticidas, além dos baixos preços pagos após a colheita. Isso se soma a sua inserção na cadeia do agrocombustível buscando uma produção na qual o valor de troca está embutido. As usinas influenciam na forma de organização desses pequenos produtores, ou seja, o princípio da coletividade vai se rompendo e sendo definidas formas de organização úteis para assegurar o controle do camponês, que vai sendo subsumido pela lógica do mercado. Ocorre aqui um processo de subordinação do camponês ao capital. O que Ariovaldo Umbelino chama de monopolização do território no campo.

O processo de monopolização do capital visualizado na área de estudo nos revela como o capital se apropria da produção camponesa quando tira dos pequenos produtores e proprietários de terras a produção, pois dominam a produção e a circulação de mercadorias sem se fixar no território.

3.4 – Na manutenção da dependência da matriz energética, os rebatimentos para o espaço agrário

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel propaga o aumento do agrodiesel com fins econômicos, objetivando diminuir a dependência com o petróleo, e “*garantir*” a continuidade das atividades econômicas, principalmente industriais, além da diversificação na matriz energética brasileira. Contudo, é importante destacar que a maioria dos fertilizantes e pesticidas químicos possui em sua composição derivados de petróleo como uma das matérias-primas necessárias a sua confecção, conforme figura 09, o que faz da produção de agrocarburentes, uma fonte de energia dependente dessa matriz energética.

Figura 09: Rota de Produção de Alguns Fertilizantes Nitrogenados Comercializados no Brasil



Fonte: FERTIPAR Fertilizantes⁸; ano de 2013. O quadro com formato diferenciado e em negrito é nosso.

A partir da imagem fica clara a necessidade dos derivados do petróleo na produção dos fertilizantes, pois as substâncias apresentadas em sua composição necessitam de um gás que tem o petróleo como fonte de extração. Então, uma questão que vem à tona é como dizer que a produção da agroenergia irá de fato diminuir a dependência com o petróleo?

⁸ FERTIPAR Fertilizantes

A produção dos agrocombustíveis deve ocorrer em maior escala pelo agronegócio que se utiliza de elevada quantidade de insumos químicos objetivando ampliar a produtividade. Isso devido ao poder de investimentos e a própria lógica do agronegócio que difere da produção camponesa, já explicitada no capítulo 1, tópico 1.3.

Conforme Marques e Ramos Filho,

... o modelo do agronegócio, além de petrodependente na sua forma de produção e logística de distribuição em escala planetária, está associado a impactos ambientais e sociais que, em última análise, inviabilizam a produção e distribuição descentralizada de alimentos e de energia, mais eficiente e mais saudável ao ser humano e ao ambiente. (2010, p. 13 – 14).

O relatório final do grupo de trabalho interministerial (2003), mostra a preocupação com a questão ambiental, a partir da “significativa diminuição das emissões de diversos poluentes...”, além da produção de culturas em áreas já degradadas e de proporcionar a aquisição de créditos de carbono pelo protocolo de Kyoto em 1997. Contudo, de acordo com Houtart,

... de fato, elas prolongam um consumo destruidor do meio ambiente, mesmo se as proporções são menores e que, além do mais, uma grande parcela de suas vantagens são absorvidas pelo aumento das necessidades energéticas. (2010, p.234)

O ciclo produtivo dos agrocarburentes não resolverá o que está posto no PNPB com relação à diminuição dos gases que agravam o efeito estufa. Para que os agrocarburentes tenham o mesmo potencial energético que os combustíveis fósseis terão que emitir, seja de forma direta ou indireta, a mesma quantidade de CO₂ que os fósseis emitem na atmosfera. Isso evidencia que a produção de agrocombustíveis não irá resolver o problema do clima no mundo, pois a demanda por energia continua ampliando.

Nessa perspectiva Houtart afirma que,

Efetivamente, seu rendimento é relativamente menor, e é necessário, portanto, produzir mais para obter o mesmo resultado. Além disso, de forma direta ou indireta, a emissão de CO₂ não parece ser inferior àquela proveniente da energia fóssil, se considerarmos a produção-transformação-distribuição. Mesmo que esses fatores possam ser aprimorados pelos avanços tecnológicos, parece bastante claro que os agrocarburentes não contribuem com uma parte minoritária da solução. (2010, p. 233)

No espaço agrário, o problema está relacionado com a expansão da monocultura, que compacta o solo, reduz o lençol freático e degrada a biodiversidade na medida em que busca novas áreas para produção, destruindo assim grandes reservas ecológicas. O uso desmedido de pesticidas para o combate a praga e fertilizantes químicos para o preparo da terra, são graves problemas, pois estes contaminam o solo e os corpos d'água próximos às áreas cultivadas.

Além disso, apesar dos camponeses serem orientados a realizarem a produção de girassol consorciada a outras culturas existe aqueles que realizam a monocultura do girassol, por este apresentar na concepção deles um grau de rentabilidade satisfatória. Essa realidade denota a necessidade que esses camponeses têm, inclusive de mais terra, já que consideram que reduzir a produção de girassol implica a redução de renda para reprodução familiar. Expressa ainda que a produção de alimentos, da forma como está é desvalorizada no Brasil, tem aprofundado a pobreza no campo.

Pode-se constatar em campo a rotação de culturas que apesar de ser uma técnica realizada há muitos anos não se encaixa na proposta de produção do programa.

Outra questão de grande importância está relacionada ao uso de sementes geneticamente modificadas, pois estas se proliferam com certa facilidade através do vento e da água ultrapassando a área de utilização. Contraditoriamente, todos esses problemas, conforme Houtart, “Numa conjuntura de preços ascendentes, o aumento da produtividade graças ao emprego de novas tecnologias permite evidentemente um aumento dos lucros, o que se encaixa perfeitamente na lógica da acumulação capitalista.” (2010, p. 237).

O aumento da demanda por energia não cessa. No modelo de desenvolvimento vigente é sempre mais e mais necessário consumir cada vez mais energia. Este consumo de energia ocorre de forma indireta ao ingerirmos água ou qualquer tipo de energia que necessitou de uma quantidade x de energia para termos acesso. Ou de forma direta, no funcionamento de um automóvel ou de uma lâmpada. Daí termos constantemente que depender do uso da energia para concretizar o desenvolvimento das atividades. O uso de energia dentro desse contexto tem crescido, pois o fetiche do consumo tem crescido, o que se reflete drasticamente na sociedade.

O consumo desenfreado de objetos (mercadorias) é alimentado pelos valores massificados produzidos na/pela sociedade. A produção da ideologia do consumo via mecanismos de ideologização é determinante para essa realidade. Nessa direção, a ideologia acaba por ditar a regra do jogo, pois “impõe” a aquisição de bens que, na maioria das vezes são supérfluos. De acordo com Althusser, “a ideologia é, aí, um sistema de ideias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (1985, p. 81).

Através da ideologia cria-se necessidade de adquirir os objetos, o que caracteriza a lógica do capitalismo que busca incessantemente instrumentos para sua manutenção e reprodução. Conforme Harvey,

O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos. (2005, p. 43)

Nessas suas reformas, os capitalistas individuais vão produzindo novas/velhas formas de exploração. Na especificidade do uso dos agrocombustíveis, vê-se que carrega consigo o estigma da inclusão social e de amenizar os problemas ambientais, enquadrado no contexto das políticas sociais como forma de compensação.

De acordo com Houtart,

Ainda que a crise energética e climática pareça sempre mais claramente marcar o fim de um modelo, o imaginário é aquele de uma continuidade. Buscam-se soluções que não afetam em nada a relação de poder sobre as decisões econômicas, nem a maneira de produzir, nem a forma como as riquezas mundiais são repartidas, nem o modo de consumo. (2010, p. 244)

O Programa Nacional de Uso e Produção do Biodiesel traz em seu conteúdo transformações do espaço agrário brasileiro, pretendendo, no plano discursivo favorecer principalmente ao camponês, pois deve não somente produzir oleaginosas, mas também associar a produção a outras culturas de subsistência como, por exemplo, o feijão e o milho. Corroborando o que afirma Silva,

Entretanto, todas essas iniciativas governamentais e não-governamentais não lograram inverter a lógica do modelo hegemônico. Ou seja, a proliferação de trabalhos e políticas voltados para a agricultura familiar e para a reforma agrária não fez do campesinato o sujeito central de um novo modelo de desenvolvimento rural no Brasil. (2004, p. 339)

É evidente que em diferentes momentos históricos foram implantados diversos programas nacionais em todo território brasileiro com o intuito de levar o “desenvolvimento” ao país. Os Programas Nacionais, assim como as políticas públicas resultantes desses programas elaboradas pelo Estado, estão presentes em diferentes esferas da sociedade, e se colocam para atender desde as classes privilegiadas até os menos favorecidos.

Contudo, o cenário do campo no Brasil não sofreu transformações significativas, pois ainda prevalece a lógica do “desenvolvimento” associado à expansão do modo de produção capitalista, que tem o agronegócio como principal foco das políticas públicas e responsável pelo “desenvolvimento” do PIB. Como afirma Silva:

A força acumulada pela agricultura patronal (hoje, melhor identificada na noção de *agribusiness* ou agronegócio) no período da modernização conservadora não foi afetada e, ao contrário, vem crescendo nos últimos anos por conta do reforço da ênfase aos produtos de exportação. (2004, p. 339)

A concentração de terras sempre foi e ainda é marcante na estrutura agrária

brasileira, em que a produção é destinada para o mercado externo, o que se configura num modelo de produção agroexportador. Conforme Oliveira “esta concentração é resultado também da histórica concentração de terra no país” que busca produzir para atender o mercado mundial, pois “o que o Brasil fez em toda sua história, agora virou participar do agronegócio” (2003, p. 137). Nessa lógica, o autor deixa claro que o campo brasileiro desde sempre esteve a serviço do mercado mundial e que não teve uma preocupação em reverter esta situação.

O agronegócio possui grandes vantagens para operacionalizar o projeto de biodiesel no Brasil, devido ao seu poder competitivo e eficiente de produção. Retomando ao PROALCOOL, pode-se lembrar que, a produção de álcool era realizada pelo agronegócio da cana, e que não levou ao desenvolvimento do interior do Brasil. Como afirma Fabrini,

O Programa não tinha como objetivo a distribuição da renda, pois as lavouras de cana eram realizadas em base na monocultura e concentradas em algumas regiões (Sul e Nordeste), não favorecendo o desenvolvimento do interior do Brasil. (2010, p. 68)

Nesse sentido, a concentração de terra faz do campo brasileiro um palco de contradições, um espaço de conflitos. De um lado o agronegócio com o propósito de expandir as áreas cultivadas, em que a terra passa a servir para a produção das mercadorias consideradas rentáveis, num dado momento da acumulação, logo se agrega o “valor de troca”. E de outro, os camponeses representados pela produção camponesa fixadora de mão-de-obra e renda, e a terra como seu habitat agregando-se “valor de uso”.

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel apesar de trazer como prioridade a utilização da matéria-prima proveniente da pequena produção familiar, não é garantia da não formação da monocultura, pois a soja é a principal matéria-prima a ser utilizada e, no entanto, é produzida por grandes propriedades monocultoras.

A produção de agrocarburentes vem ocorrendo tanto pela pequena produção, como principalmente pelo agronegócio, apesar da existência de programas de assistência para que o campesinato possa participar da cadeia produtiva dos agrocombustíveis. A produção de oleaginosas ocorre principalmente no Centro-

Oeste com o cultivo da soja, que concentra a produção dos grandes latifundiários. De acordo com a tabela, a soja foi a oleaginosa que obteve um maior rendimento tanto na produção destinada a indústria como para a alimentação.

A explicação da soja ser o *carro-chefe* é por apresentar uma cadeia produtiva consolidada, pois dispõe de produção, armazenamento, transporte, processamento e consumo estabelecidos, além de ser commodity no mercado internacional. “Isto representa para a grande maioria dos produtores de biodiesel, nacionais ou estrangeiros, uma redução considerável de custos operacionais e logísticos.”. (ARACRI, 2011, p. 83). A infraestrutura já existente para a produção da soja diminui os custos da produção uma vez que não se faz mais necessário organizar toda a cadeia produtiva para sua implantação.

O PNPB, por sua vez, busca a participação da produção camponesa, sendo a mesma responsável em abastecer a mesa da população. Decorrente disto, a soberania alimentar pode ser afetada, pois a produção não é feita apenas para abastecer a população com os gêneros básicos de sobrevivência, mas, sobretudo, para suprir a lógica mercantilista, que subverte a importância do valor de uso dos gêneros alimentícios, para garantir a produção de mercadorias, enquanto elas forem consideradas importantes para a reprodução capitalista.

4 - A PRODUÇÃO DE ENERGIA ECOLOGICAMENTE CORRETA E A VULNERABILIDADE DA PRODUÇÃO CAMPONESA

*Finalmente,
vencido o turno do discurso ecológico e mesmo
aquele que poderíamos denominar “mentira verde”,
consistindo em mostrar a que ponto as tecnologias
industriais,
as melhorias trazidas pelo consumo dos veículos e
até mesmo as novas misturas feitas na gasolina e no
diesel contribuem na proteção da natureza e no
melhoramento do clima...*

(François Houtart, 2010)

4 - A PRODUÇÃO DE ENERGIA ECOLOGICAMENTE CORRETA E A VULNERABILIDADE DA PRODUÇÃO CAMPONESA

Diante da escassez da matriz energética atual e, conseqüentemente, a sua substituição a partir de fontes de energias renováveis, o potencial natural brasileiro assegura ao nosso país vantagens comparativas favoráveis para a produção de energia. O território brasileiro apresenta três condições fundamentais – sol, terra, vento e água –, além de mão-de-obra e tecnologia. Essas condições somadas possibilitam a exploração da atividade agrícola, corroborando com a assertiva de Harvey (2005), quando chama atenção para a realidade de que, para manter níveis mínimos de desenvolvimento, os diversos territórios, comunidades tradicionais, municípios, estados, países, em quaisquer escalas, estão buscando mostrar-se aos empreendedores públicos e privados com vistas a atrair investimentos.

4.1 - A energia que se planta e a soberania alimentar

O Brasil apresenta as condições naturais adequadas para a produção de agrocombustíveis, tendo no espaço rural as possibilidades de sua concretização. A natureza, através da agricultura, se apresenta como saída para a produção de energia renovável. Para Paulino, “ao que parece, a melhor resposta a ela virá, ou melhor já está vindo da agricultura, que se depara com redefinições produtivas (2007).

A apropriação do/no espaço agrário expõe a lógica a que o espaço vai sendo submetido. É possível perceber que o espaço vai sofrendo as intenções dos homens no sentido de transformá-lo e colocá-lo a serviço da produção de mercadorias. De produto do trabalho humano, dirigido para a criação de valores-de-uso, a apropriação dos recursos naturais, passa a se relacionar a necessidade da produção de mercadorias. O espaço apropriado torna-se produto, originando o espaço territorializado, pois suas condições naturais foram transformadas ao bel prazer dos interesses dos donos do capital.

Contudo, a descoberta do carvão e do petróleo como fontes de energia, embora, indiscutivelmente, sejam essenciais para a humanidade, não reduzem a importância do alimento como fonte de energia. O alimento merece tanta relevância quanto às fontes de energia, pois como afirma Porto-Gonçalves (2006, p. 214), “... o alimento é, rigorosamente, a energia que move todo ser vivo, inclusive a espécie humana.”.

O alimento produzido no campo é um direito comum a todos, pois é fundamental para a existência humana. A produção camponesa é a garantia da produção de alimentos e da Soberania Alimentar. Isso mostra que a soberania alimentar está relacionada com a capacidade dos camponeses produzirem suas necessidades alimentares e de gerirem sua produção. Dessa maneira, o país que assegura sua soberania em relação a produção de alimentos, tem a possibilidade de atender a necessidade mais crucial do seu povo, que é o direito à alimentação.

Nas palavras de Fernandes, ter soberania alimentar é exigir a “divisão de poder para tomada de decisão sobre o que produzir e onde produzir” (2010, p. 13). Ou seja, ter soberania alimentar é ter autonomia do produtor em decidir o que produzir e na quantidade desejada.

Diferentemente é o que ocorre com a segurança alimentar defendida pelo agronegócio, que de acordo com Fernandes,

Defender a soberania alimentar significa defender a produção local, o que choca com os interesses da produção agroexportadora. Então, compreende-se bem porque o agronegócio defende a segurança alimentar. Porque esta é tão-somente uma política compensatória que garante parcialmente alimentos industrializados para as populações pobres, mas não garante a população faminta, o direito de produzir seu próprio alimento. (ibid, p. 13)

Essa questão é polêmica, pois defender a soberania alimentar significa ir ao encontro da qualidade da saúde pública, com tecnologias menos agressivas ao meio ambiente. Nessa perspectiva, Fernandes afirma que ter soberania alimentar é “respeitar a natureza, o tempo e o espaço da vida” (ibid, p. 12). Essas são características presentes na produção camponesa.

Por não se caracterizar de acordo com os padrões da agricultura capitalista, a pequena produção camponesa se constitui como garantia da soberania alimentar. A forma de reprodução do modelo camponês diferencia-se em sua cadeia produtiva, desse modo, nega as formas de produção voltadas para atender as necessidades das empresas do setor agroalimentício. O entendimento do campesinato no que se refere a produção de alimentos envereda-se por uma lógica diferenciada de preços, venda e qualidade. (ibid, p.125).

A Soberania Alimentar foi elaborada e defendida pelos movimentos sociais que buscam incessantemente garantir a autonomia e a liberdade dos camponeses. Enquanto a Segurança Alimentar surge como justificativa do agronegócio em ampliar a produtividade e, conseqüentemente, a margem de lucro.

Sobre essa assertiva Santos afirma que,

O projeto do sistema dominante está fechado em ciclo que envolve somente os produtores que respondem às expectativas de lucro, enquanto a soberania alimentar adota uma concepção que não comporta privilégios para corporações lucrativas do capitalismo. (2012, p.120).

Contudo, esta problemática da Soberania Alimentar se agrava a cada nova política e/ou programa que incentiva a produção de commodities, conseqüentemente, aumenta a ameaça da Soberania Alimentar. A expropriação camponesa e/ou subordinação às exigências do mercado tem ameaçado a soberania alimentar, uma vez que a liberdade adquirida pelos camponeses é rompida pelo sistema capitalista, pois a produção de gêneros alimentícios dá lugar a commodities.

A atual política energética também pode ameaçar a soberania alimentar. Corroborando com Fernandes, “a soberania alimentar ganha novo sentido com a produção de agroenergia que intensificou disputa territorial e criou problemas de abastecimento de alimentos.” (2010, p. 15).

A produção dos agrocombustíveis é permeada pela questão da fome, sendo esta de grande importância, pois as áreas destinadas para a produção de alimentos vêm perdendo espaço para grandes produções de monoculturas de exportação. Fato que tende a se agravar a partir da introdução e expansão de áreas para a

produção de oleaginosas destinadas à energia. Um exemplo pode ser dado com a produção da soja, que é realizada em grandes extensões de terras no Centro-Oeste do Brasil e que a princípio seria apenas para alimentação tanto humana como de ração para animais. A expansão da soja está associada também a baixa produtividade das demais oleaginosas.

Outro exemplo é a expansão das áreas produtoras de cana-de-açúcar destinadas a produção de álcool, que foi e tem sido um problema para a questão alimentar. Fabrini observa que “esta cultura tem avançado sobre áreas de pastagens e cultivos onde a taxa de renda é menor, atingindo segmentos tradicionais da produção de alimentos da agricultura camponesa.” (2010, p. 70).

Todavia, é importante ilustrar no caso sergipano, a área de pesquisa, qual seja, o Alto Sertão sergipano, que sofre com mudanças impostas a produção camponesa, ao passo em que dialeticamente, os camponeses lutam e resistem territorializando-se por meio de assentamentos de reforma agrária. No Território do Alto Sertão sergipano (TASS), território de planejamento do governo de Sergipe, desde o ano de 2007, quando foi implementada no estado a Política de Desenvolvimento Territorial do governo federal, que recebe o nome de Nova Política de Desenvolvimento Territorial, existe 196 assentamentos de reforma agrária, a maioria oriundos da luta contra a grande propriedade.

O contexto histórico das populações ribeirinhas do São Francisco denuncia essa realidade. Em diferentes trechos do rio a implantação de hidrelétricas, de políticas de irrigação em perímetros irrigados⁹, aponta para desdobramentos ruins para as comunidades pobres. A redução da vazão do São Francisco, devido ao represamento das suas águas para a geração de energia, acarretou mudanças significativas para os ribeirinhos. Conforme Gonçalves e Fernandes de Oliveira,

Os usos múltiplos na realidade se reduzem a poucos, como o uso para fins de produção energética e para irrigação. Os demais usos são ínfimos e muitos deles têm desaparecido devido aos impactos gerados pelos primeiros. Assim, enquanto a pesca, a navegação, as pequenas culturas de inundação perdem força, o agronegócio da fruticultura cresce e com ele novas demandas por energia. (2009, p. 117 - 118).

⁹ Sobre a luta dos trabalhadores ribeirinhos que sofrem rebatimentos do modelo de desenvolvimento do Estado com as políticas de irrigação ler: Renata Sibéria (2011); Suzane Tosta (2008); Claudio Gonçalves, Jamile Rodrigues e David Silva (2009).

No baixo curso do rio São Francisco sergipano, a diminuição da vazão do rio levou a redução das cheias periódicas que ocasionou o fim da produção da rizicultura pelo camponês, afetando diretamente a produção dos gêneros alimentícios, que sofreram redução, fazendo com que esses camponeses buscassem outra atividade, que garantissem condições para a sua sobrevivência.

Em estudos realizados entre 2007 e 2008¹⁰ observou-se que ribeirinhos para se manterem vivos buscavam exercer suas atividades nos pequenos centros urbanos. Utilizavam a aposentadoria adquirida pelos idosos e os recursos provenientes do governo federal, como bolsa família e bolsa escola, pois o rio já não dava as condições de sobrevivência.

A produção do arroz ficou restrita àqueles que detêm certo poder aquisitivo, pois a produção só é realizada através de irrigação. Logo o camponês que não possui recursos suficientes para participar dessa cadeia produtiva, vê sua soberania alimentar ameaçada.

Outro fato que deve ser destacado é a redução tanto da quantidade, quanto da variedade de peixes presentes no rio. O represamento das águas em diferentes pontos do percurso do rio fez aprisionar peixes, o que diminuiu em quantidade, sobretudo, no baixo São Francisco, trecho mais afetado. O avanço do mar também tem gerado problemas, uma vez que, aumenta a salinidade do rio permitindo que peixes de água salgada possam ser encontrados no rio, além de obrigar os camponeses a alterarem sua rotina a fim de sobreviverem. (ibid, p.117).

O peixe, assim como o arroz eram alimentos básicos para a população que vivia e/ou vive nas proximidades do rio, porém com a intervenção do homem na dinâmica natural do rio, a população perdeu a sua soberania alimentar. A diminuição da vazão de acordo com Gonçalves e Oliveira,

Mostra que as demandas pelas águas aumentaram nos últimos anos. Esta evolução no uso das águas do rio São Francisco esteve ligada tanto à necessidade de aumento da capacidade energética, pela via

¹⁰ Estudos realizados a partir da pesquisa intitulada "Desenvolvimento e Ordenamento Territorial no Baixo São Francisco" coordenada pelo Prof.º Dr.º Claudio Ubiratan Gonçalves.

da hidroeletricidade com a construção de grandes reservatórios, como aos grandes projetos de irrigação. (2009, p. 116).

Este fato pode se agravar com a introdução da produção de girassol não somente no baixo São Francisco, mas especificamente, no Alto Sertão Sergipano, área de estudo desta pesquisa.

4.2 – As Políticas Energéticas em Sergipe

O campo sergipano sofre intervenção do Estado desde o final do século XIX e início do século XX. A cultura do algodão e da cana-de-açúcar viveram as intervenções com a criação do Instituto Imperial Sergipano (1860), o Serviço de Inspeção de Algodão (1905), voltadas aos produtores de algodão, e a Coligação Açucareira Sergipana (1923). Houve ainda investimento na cocoicultura, com a instalação de uma usina em Estância (Menezes, 1998).

A seca sempre foi uma preocupação para a agricultura sergipana, pois ao longo da história, o campo passou por diversos períodos de seca, desde o período colonial, o que levou a criação de programas federais e estaduais, que visavam amenizar as sequelas deixadas pela seca, como a perda de culturas e animais. De acordo com Menezes,

Pode-se inferir que quase todos os programas em nível federal e regional que envolve o Nordeste atingiram o Estado de Sergipe em maior ou menor escala. Ressalta-se o PIN, PROTERRA, POLONORDESTE, SERTANEJO, PROHIDRO, PROVARZEAS, PLANASA, PRONASA, PAPP, PISA, PROINE e PROJETO NORDESTE. (1998, p.321)

É importante ressaltar que entre esses projetos no campo sergipano também foram implantados alguns projetos de irrigação que aproveitam as águas do Rio São Francisco. O Projeto de Irrigação Perímetro Califórnia, em Canindé de São Francisco em 1986 é um exemplo que, conforme Menezes (1998) tinha como um

dos principais objetivos “demonstrar a viabilidade técnica e econômica da irrigação no semi-árido do estado”.

A presença de bancos com créditos fundiários, de acordo com Menezes (ibid) foi fundamental para o desenvolvimento da agropecuária de Sergipe, além da presença de outras assistências de crédito através do Banco do Nordeste e Banco do Brasil, demonstrando como o campo sergipano e mais especificamente, o Alto Sertão sergipano foram alvo de ações governamentais.

Santos (2008), em seu estudo intitulado: “Movimentos sociais: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe” faz uma abordagem sobre as lutas camponesas no Alto Sertão Sergipano objetivando apresentar como a proposição do desenvolvimento territorial vem ocultando os interesses das bases. Nesse caminho a autora mostra que os programas e projetos implantados no semi-árido não melhoraram as condições de vida dos camponeses, um exemplo é o Projeto de Irrigação Califórnia que objetivava sanar com a falta de emprego, além de atender a demanda por alimento. Esse fato não foi consumado, pois fortaleceu ainda mais as empresas privadas. De acordo com autora

Pensado para expandir a agricultura empresarial moderna, com possibilidades para investimentos que atenderiam aos interesses e as demandas do mercado frente a competitividade cada vez maior dos países periféricos, gerou conflito que envolveu centenas de famílias camponesas dessa área que tornaram-se “Sem Terra”, reconquistar na luta, parte da terra expropriada. (2008, p.134)

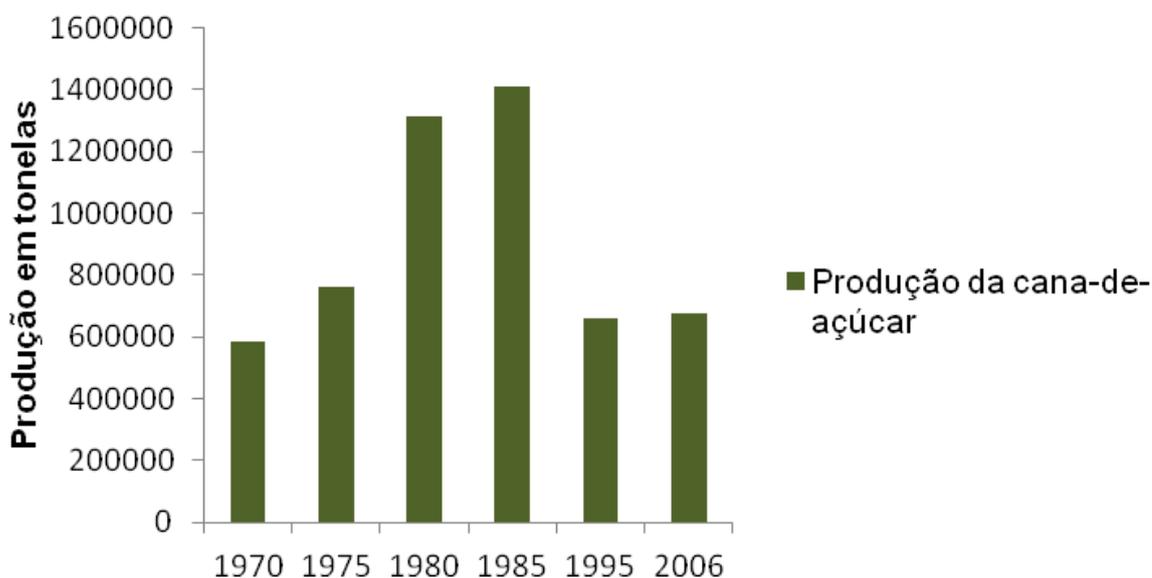
As insatisfações dos camponeses, os levaram a lutar pela retomada de terras. Outros projetos foram criados, estes mantinham os objetivos dos projetos até então implantados: o de acabar com a fome. Diante do exposto percebemos o quanto as ações do Estado beneficiam os mais favorecidos que se apropriam do território para o desenvolvimento de diversas atividades econômicas, ao tempo que expropriam os camponeses.

No que concerne ao uso desse território para a produção de energia, vale destacar a importância do Proálcool em Sergipe, conforme se pode ler no item a seguir:

4.2.1 – O PROÁLCOOL e sua atuação em território sergipano

As políticas energéticas também estiveram presentes na configuração do território sergipano e o PROALCOOL é um exemplo a ser citado. Com a implantação do referido programa ocorreu um aumento na produção de cana-de-açúcar (ver gráfico abaixo) não somente para a produção de açúcar, mas, sobretudo, para a produção do álcool etílico.

Gráfico 04: Produção da cana-de-açúcar no estado de Sergipe, 1970 - 2006



Fonte: SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática
Org. Jamile Rodrigues, 2013

Pelo quadro destacado, é possível observar que desde a implantação do PROÁLCOOL de 1970, a produção da cana-de-açúcar foi se elevando, porém a crise entre 1985 a 1995 fez com que houvesse uma queda significativa na produção devido à retirada do Estado no incentivo aos produtores, conforme assinala Shimada:

Isso aconteceu devido ao avanço inflacionário; a elevação da dívida interna e externa; as taxas de juros no mercado internacional; a redução do preço do barril de petróleo (inviabilizando a exploração econômica do álcool combustível), aliada aos acordos firmados entre o Brasil e o FMI que impunha uma revisão das políticas de subsídio do governo. (2010, p. 79).

Fica evidente que a produção de álcool no estado sofreu mudanças com a crise do PROALCOOL. Ocorreu uma drástica redução da área destinada ao cultivo da cana-de-açúcar, além do fechamento de parte das destilarias no estado, o que provocou a monopolização na geração de energia derivada da cana (Ibid).

A partir de 2006, ocorre um aumento na produção da cana-de-açúcar, pois há o retorno das discursões sobre a diversificação da matriz energética. Logo, há o incentivo da produção do álcool, e conseqüentemente, o aumento da produção açucareira (ver tabela abaixo).

Tabela 01: Produção de cana-de-açúcar no estado de Sergipe, 2006 – 2011

Ano	Produção em toneladas
2006	675.707
2007	2.401.966
2008	2.429.603
2009	2.607.155
2010	2.994.819
2011	3.336.034

Fonte: SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática
Org. Jamile Rodrigues, 2013.

É neste contexto, de necessidade de ampliação da área destinada aos agrocombustíveis para atendimento de matrizes energéticas alternativas, que o estado de Sergipe torna-se um dos palcos de mais uma política energética. O PNPB vem atuando a partir do incentivo a produção do girassol realizada pela pequena produção familiar.

4.2.2 – O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) no Alto Sertão sergipano

A implantação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel no

estado de Sergipe vem ocorrendo a partir da espacialização da produção do girassol, que é uma oleaginosa que possui resistência ao clima semi-árido. O Programa é também apresentado como uma alternativa viável para a unidade de produção camponesa de Sergipe. No discurso, o programa objetiva trazer mudanças significativas para o campo sergipano, buscando gerar renda e emprego, a partir da produção de girassol pelo camponês.

O referido programa deu origem ao PROBIOSE (Programa de Biodiesel de Sergipe), que tem seus objetivos atrelados ao PNPB. A premissa básica do PROBIOSE não destoa das premissas do programa nacional, pois de acordo com o disposto no site do SergipeTec, o PROBIOSE pretende “diversificar a matriz energética de Sergipe, tornando-o autossuficiente em óleo vegetal para a produção de biodiesel em 2012”¹¹ (2010, p.1).

A atuação do PROBIOSE vem sendo realizada desde 2007, com parceria entre o governo federal e estadual, além de instituições públicas e privadas, como a EMBRAPA e a PETROBRÁS, que são responsáveis pelas sementes, beneficiamento, e assistência técnica, respectivamente (FAPITEC/SE, 2008). A Petrobras visa à manutenção do Selo Combustível Social, a partir da difusão da produção do girassol pelo camponês. O Selo Combustível Social, como discutido no capítulo II, é, de acordo com Porto-Gonçalves (2006), um mecanismo que se instituiu dentro da ideia de aproveitamento de nicho de mercado e, mesmo tendo sido criado por demandas dos movimentos sociais, como em alguns casos, acaba se constituindo, instrumento útil para dar às grandes empresas o direito de explorar os recursos naturais com legitimidade.

A emergência desses certificados no contexto chamado de neoliberalismo ambiental tem sido útil para garantir a exploração dos recursos da natureza, como se fosse um procedimento justo diante da sociedade.

No caso do subprograma do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, à medida em que procura garantir que o pequeno produtor entre na cadeia produtiva dos agrocombustíveis, o Selo Combustível Social (SCS) aparece como algo positivo e inquestionável. Sua concessão e gerenciamento, dado pelo MDA ao produtor cumpridor dos critérios estabelecidos pelo Programa, confere à Petrobrás status de promotora da inclusão social.

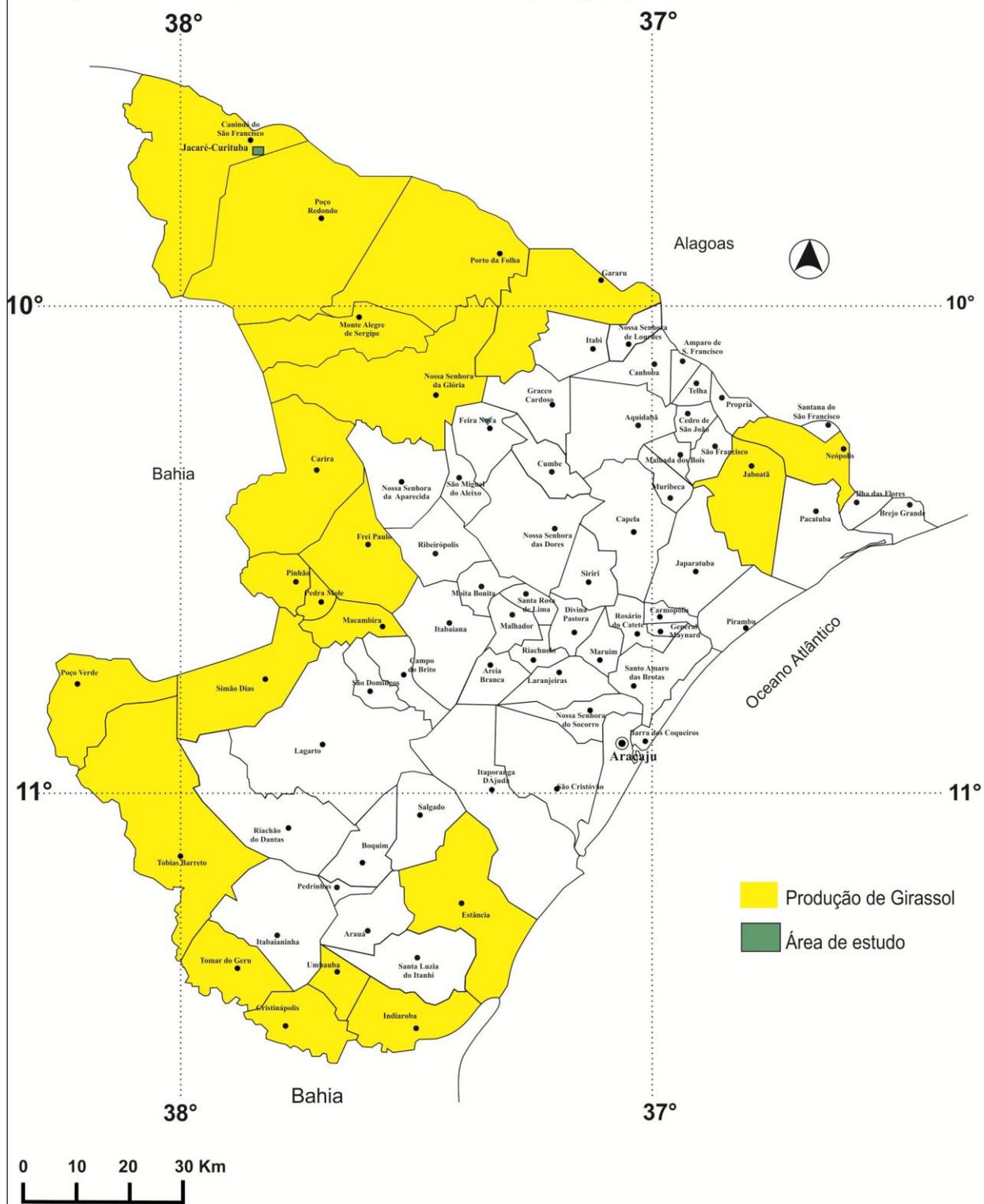
¹¹ www.sergipetec.se.gov.br/imprimir/233/areas: Acesso em 13 de outubro de 2010.

Para as empresas, além da redução tributária, elas só podem participar dos leilões realizados pela ANP para a compra de agrocombustíveis, se possuírem o selo de combustível social¹².

A produção do girassol ocorre em vários municípios do estado de Sergipe, pois se trata de uma cultura que apresenta características adaptáveis as diversas condições morfoclimáticas do estado. A figura 10 apresenta o quadro da espacialização do girassol em vários municípios do estado, deste o Sertão até municípios litorâneos e ribeirinhos.

¹² De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar, com o selo, o produtor de biodiesel tem acesso a alíquotas de PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados e a melhores condições de financiamentos junto aos agentes financeiros, podendo fazer uso dele para fins de promoção comercial de sua empresa. Os produtores de biodiesel que compram matéria-prima da agricultura familiar têm direito ao Selo, que beneficiará às empresas, com redução de impostos. (MDA/Secretaria de Agricultura Familiar, 2010)

Figura 10: Municípios Produtores de Girassol, Sergipe, 2013.



Fonte: SIDRA - Sistema - IBGE de Reprodução Automática, 2010.
 Organização: Jamile Rodrigues
 Digitalização: Hunaldo Lima

O zoneamento agrícola realizado pela Embrapa em ano 2011 constatou que,

O girassol (*Helianthus annuus* L.) apresenta ampla capacidade de adaptação a diversos ambientes, podendo ser cultivado em climas temperados, subtropicais e tropicais, sendo pouco influenciado pelas variações de latitude e altitude. Apresenta capacidade de tolerar temperaturas baixas (5 a 8 °C) durante a germinação, emergência e em estádios iniciais de desenvolvimento. Além disso, o girassol caracteriza-se por apresentar uma boa tolerância ao estresse hídrico. As fases mais sensíveis ao déficit hídrico situam-se entre a formação da inflorescência e o início do florescimento (aproximadamente 20 dias anteriores ao florescimento) e no período de enchimento de aquênios (Portaria Nº 496/2011, 2011, p.01).

Observa-se pelo que destaca o documento que o Alto Sertão Sergipano está apto a produzir o girassol. Mesmo com índices pluviométricos baixos, a cultura da oleaginosa pode se desenvolver.

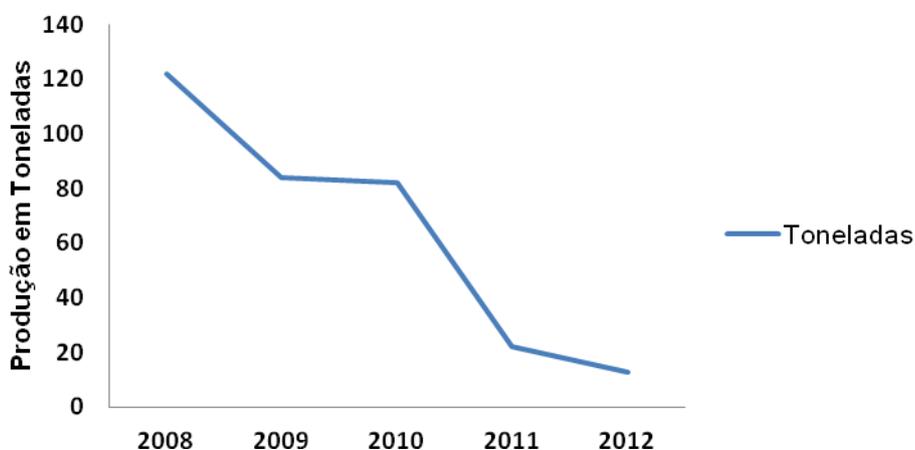
Durante a investigação de campo, realizada nos meses de setembro a dezembro em 2012, constatou-se que, apesar do girassol ser resistente à escassez de água, a água disponível não tem sido suficiente para a germinação da plantinha, e quando o inverno é “ruim”, nas palavras do Sr. J. G., não existe a possibilidade para que o girassol brote se não for pelo sistema de irrigação.

Diante desse cenário, o discurso de que a produção do girassol iria resolver o problema do sertanejo sergipano é questionado. Em 2012, dos sete municípios que integram o Alto Sertão Sergipano apenas Canindé de São Francisco obteve produção. Especificamente, somente alguns produtores do Assentamento Jacaré Curituba, já que nem todos os agricultores possuem acesso à irrigação, pois somente em alguns lotes ocorre a prática da agricultura irrigada.

As condições morfoclimáticas continuam sendo um dos obstáculos para a introdução de culturas no Alto Sertão Sergipano. Esse fato, atrelado a ausência de assistência técnica¹³, tem sido determinante para a diminuição da produção da oleaginosa no Alto Sertão Sergipano, como podemos observar no gráfico abaixo:

¹³ A assistência técnica foi abordada no capítulo 3.

Gráfico 05: Produção de girassol no Alto Sertão sergipano, 2008-2012



Fonte: Dados extraídos de Relatos de Campo, 2012.
Org. Jamile Rodrigues

Entretanto, apesar dessa significativa redução na produção do girassol verificada nos trabalhos de campo realizados nos meses de setembro a dezembro de 2012, de acordo com depoimentos de produtores dessa cultura e de presidentes de associações e cooperativas, há diferentes vantagens em produzir o girassol: ele serve como um rico alimento para o gado, favorece a apicultura, possui mercado garantido, facilita adesão a outros programas como o PNAE – Programa Nacional Alimentação Escolar, além de possibilitar a aquisição de máquinas e equipamentos.

Os camponeses do Alto Sertão Sergipano desejam continuar produzindo o girassol, independente de a Petrobras Biocombustível garantir a compra da oleaginosa. Observou-se que essa compreensão da importância do girassol, por parte dos camponeses, é resultado de se tratar de uma cultura, que apresenta uma poderosa fonte nutricional para o gado e estimula a criação de abelhas, constituindo condições suficientes para atrair o interesse dos camponeses em continuarem produzindo o produto.

Entretanto, não se pode perder de vista a possibilidade de redução da área destinada para a produção de alimentos, como destaca Porto-Gonçalves (2006), que afirma que o alimento é, indiscutivelmente, a principal fonte de energia.

Salienta-se, a partir desse olhar do camponês para a referida cultura, que a atração se deve também a existência de um mercado cativo. Trata-se de uma produção que tem escoamento e comercialização garantidos, assegurando renda certa para as famílias que a produzem. O que se pode concluir que uma alteração no mercado inevitavelmente deixa esses agricultores vulneráveis.

A presença da cooperativa e/ou da associação na relação de compra e venda do girassol é uma das exigências da Petrobrás. Os produtores são orientados a produzirem de forma consorciada, pois a produção consorciada é a garantia de que este produtor é familiar e desta forma, a Petrobrás tem assegurada a redução de impostos.

Apesar das vantagens que a Petrobrás tem ao adquirir a matéria-prima proveniente dos camponeses ela não tem cumprido suas obrigações uma vez que não oferece a assistência técnica destacada no Programa. A assistência técnica tem ocorrido por conta da união de esforços dos produtores para custear as despesas e efetuar o pagamento de dois técnicos agrícolas que visitam periodicamente as propriedades e fazem as observações e orientações necessárias. Em entrevista no Assentamento Jacaré Curitiba, um produtor afirma:

A Petrobrás não manda assistência técnica a gente é que paga dois técnicos agrícolas para orientar a gente durante o plantio do girassol e de outros produtos. Os técnicos também nos orientam na colheita da produção e dos cuidados com os produtos, mas isso sai do nosso bolso e não da Petrobras. É gente que a paga tudo, a gente paga a cooperativa que junta o dinheiro e paga os técnicos. (M. O., Trabalho de campo, novembro de 2012).

O direito ao uso do Selo Combustível Social pela Petrobrás Biocombustível a sujeita a se relacionar com os camponeses através de suas organizações como as cooperativas. PBio deve ainda garantir durante as safras a assistência técnica. Entretanto, interessa destacar que, mesmo não cumprindo com suas obrigações, a Petrobrás envia representante para monitorar todo o processo produtivo com o objetivo de verificar a quantidade de área plantada e sua produtividade. Por sua vez, não há nenhuma medida a partir dessa prática de observação, para melhoramento da produtividade das terras. Desta forma, percebe-se que a empresa monopoliza a cadeia produtiva de agrocombustíveis no estado, à medida em que define a cultura, cede as sementes e em troca exige uma quantidade determinada de produção, além da quantidade de área que deve ser utilizada.

Destaca-se aqui a forma encontrada pela Petrobrás para se expandir buscando maximizar seus lucros. O uso do espaço, enquanto território usado, como lembra Milton Santos são “objetos” e “ações”, ou seja, o “espaço humano” ou “espaço habitado”. O homem se apropria do espaço para atender suas necessidades, logo esse espaço que é geográfico torna-se um território. A correlação de forças a disputa por territórios asseguram os ganhos para os grupos de poder, mais fortes. Nessa direção, os grupos empresariais capitalistas vão assegurando riquezas, ao tempo em que expropriam os interesses dos mais fracos.

Sobre esse aspecto, Harvey corrobora afirmando:

Constantemente, os capitalistas tendem a expandir o volume e o valor total das mercadorias no mercado, enquanto tentam maximizar seus lucros mantendo os salários achatados, o que restringe o poder aquisitivo das massas. (2005, p.45).

A preocupação dos capitalistas, nessa especificidade, a Petrobrás, em responder a um propósito de desenvolvimento rural para essas áreas, não se afirma. O que se nota é o controle do processo produtivo, com alterações nas relações de produção e de trabalho dos camponeses, que atraídos por um ciclo aparentemente favorável de produção de oleaginosa, podem ir se colocando numa posição de vulnerabilidade em relação ao mercado, que no momento atual do regime de acumulação desenvolve interesse pela produção de girassol.

O processo produtivo dos agrocombustíveis se inicia com a entrega da semente à COOPRASE, que depois de distribuída entre os produtores, irá ser plantada e colhida. Na sequência, deve-se bater o capítulo (ver na figura 11), para ser armazenada num depósito localizado no município de Nossa Senhora da Glória, até ser recolhido pela Petrobrás Biocombustível que irá enviar os grãos (ver figura 12) para uma empresa sediada em Feira de Santana no estado da Bahia. Essa empresa extrai o óleo do girassol que será enviado para a Petrobrás Bicomcombustível, localizada no município de Candeias/BA.

Figura 11: Capítulo do girassol



Foto: Jamile Rodrigues, 2011.

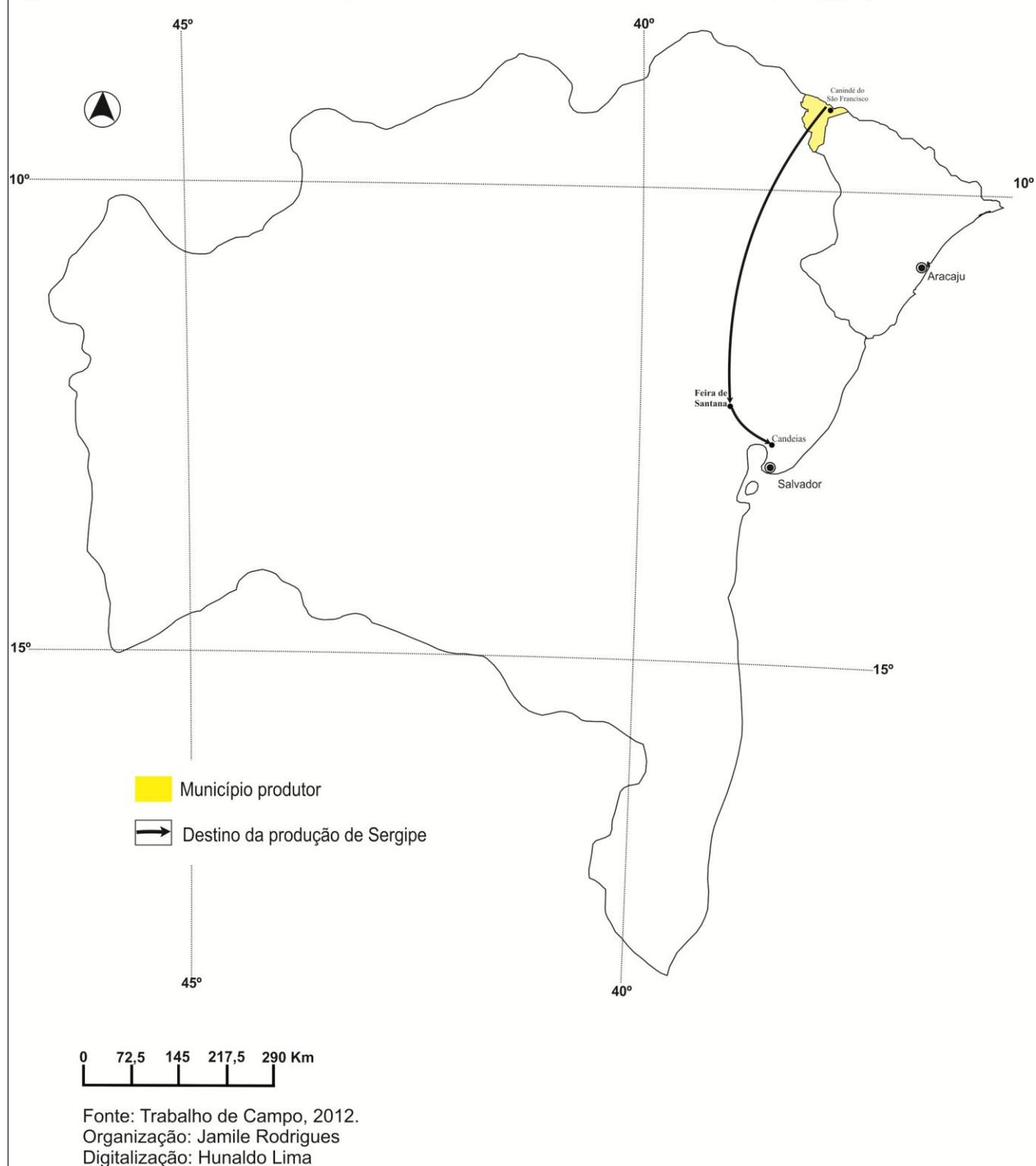
Figura 12: Os grãos de girassol



Foto: Jamile Rodrigues, 2012.

Esse processo de produção pode ser visualizado a partir da figura 13, que mostra todo o percurso necessário para a produção dos agrocombustíveis, desde o plantio do girassol até a produção do agrodiesel.

Figura 13: Caminho do Girassol produzido em Canindé do São Francisco, Sergipe, 2013.



No que concerne às relações de trabalho nessa atividade, podemos mencionar que não há mudanças em relação às atividades produzidas anteriormente, uma vez que eles continuam indo para a roça no mesmo ritmo, frequência e rotatividade. A mão-de-obra continua sendo realizada pela família e os instrumentos utilizados para o plantio do girassol não possui nenhuma exigência, apenas o uso da enxada e plantadeira manual. A única diferença é o cuidado na hora de colher os capítulos do girassol porque ele se apresenta pontiagudo podendo machucar as mãos dos camponeses.

Assim, mesmo considerando as vantagens da produção do girassol, que se constitui alimento forte para o gado, se destacando para a apicultura e pela existência do mercado consumidor, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar, e ainda do interesse que os camponeses demonstraram em continuar produzindo esse produto, independente da garantia do mercado consumidor pela Petrobrás, as pesquisas de campo, mostraram também que há muitos problemas a serem sanados. Há a problemática da redução das terras para a produção de gêneros alimentícios; há a perda de autonomia no processo de produção como um todo. Além disso, observa-se que se trata de uma proposta que não atenta para uma realidade já bastante excludente, na qual os pequenos produtores têm dificuldade até mesmo de produzir o suficiente para o sustento familiar. Com a necessidade de incorporação de suas terras para a produção de uma nova cultura agrícola, suas condições tendem a se tornar ainda mais frágeis.

4.3 – A relação entre o PNPB e o PNAE: desdobramentos para o camponês

A implantação dos agrocombustíveis no Alto Sertão Sergipano permitiu aos camponeses participar do Programa Nacional de Alimentação Escolar, além da parceria com a Petrobrás Biocombustível, que tem fornecido alguns equipamentos para melhorar o rendimento dos camponeses associados a cooperativa, como é o caso da Cooperativa Regional de Assentados de Reforma Agrária do Alto Sertão Sergipano.

Um dos programas em que a COOPRASE encontra-se inserida, após implantação do girassol, via parceria com Petrobras Biocombustível é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este programa, criado em 2007 pelo MDA, determina que os alimentos fornecidos na merenda escolar devam ser oriundos da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural e de organizações de produtores, com prioridade para os assentamentos e comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas).

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário a escola que compra os produtos alimentícios aos agricultores que pertencem ao PNAE não só fortalece e incentiva a organização desses produtores, como também busca uma qualidade nos hábitos alimentares dos alunos, pois o PNAE busca atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula.

Dessa forma, segundo relatos de produtores, o programa trouxe benefícios:

O girassol é uma cultura que a gente trabalha para obter uma renda a mais, mas a gente sabe também que através do girassol se tem incentivos para produzir. A gente busca parceria com a empresa, através do convênio com a Petrobrás, a gente montou nossa fabriqueta (M. S. Entrevista realizada em setembro de 2012.)

A instalação da fabriqueta (ver figura 14) para embalar os produtos agrícolas produzidos pelos cooperados foi um dos benefícios que a COOPRASE conquistou. A aquisição de máquinas seladoras possibilitou o ensacamento dos produtos, logo proporcionou o não desperdício do excedente a partir do escoamento da produção para escolas públicas estaduais e municipais.

Figura 14: Fabriqueta de embalagem de produtos da COOPRASE.



Foto: Jamile Rodrigues, 2012.

No Alto Sertão Sergipano, mais especificamente na sede da COOPRASE, fica evidente a influência não somente da Petrobras Biocombustível, mas, sobretudo, do PNAE. Essa parceria com Pbio, além do engajamento com o PNAE, facilita a compra de máquinas para beneficiamento de produtos alimentícios como a macaxeira, milho para o mungunzá, arroz e feijão produzidos pelos cooperados, conforme se pode ver nas figuras abaixo:

Figura 15: Macaxeira produzida e embalada pela COOPRASE



Foto: Jamile Rodrigues, 2012.

Figura 16: O Arroz produzido e embalado pela cooperativa.



Foto: Jamile Rodrigues, 2012.

Figura 17: Produtos embalados pela COOPRASE



Foto: Jamile Rodrigues, 2012.

Os cooperados além de venderem gêneros alimentícios provenientes da atividade agrícola, também fabricam os bolinhos conhecidos como *bolo bebê*, de diversos sabores. Isso foi possível após adquirirem fornos elétricos, assim como também formas. Outro equipamento foi um refrigerador para o armazenamento da macaxeira após serem embaladas, como pode ser visto nas figuras 18 e 19.

Figura 18: Fornos industriais para a produção dos bolinhos



Foto: Jamile Rodrigues, 2012

Figura 19: Seladora adquiridos pela COOPRASE



Foto: Jamile Rodrigues, 2012.

Assim com o SCS para que os agricultores possam se inserir no PNAE, se faz necessário possuir a DAP.

É importante chamar atenção para a importância da criação de formas alternativas de renda no campo, pela cooperativa. A criação de embalagens, o armazenamento de parte da produção, contribuem para agregar valor ao produto e ampliar a renda. Entretanto, a produção de embalagens pelos cooperados, atende a um número limitado de trabalhadores do assentamento.

É importante que se considere esse tipo de empreendimento positivo. Entretanto, não se pode perder de vista que a investidura no campo, não pode prescindir do fomento às atividades produtivas. A produção agrícola ou pecuária significa a reprodução do trabalho na terra. A terra que é de morar e de plantar e que identifica o campesinato, esse sujeito que vive das atividades rurais e que precisa da terra para sobreviver.

A produção da COOAPRASE é distribuída para escolas da rede estadual e municipal, e atende a rede estadual nos 75 municípios e a escolas de 14 municípios do interior do estado, além de 138 escolas da Grande Aracaju, conforme pode ser visualizado pela figura 20.

A COOPRASE a partir do PNAE tem escoado a produção agrícola dos cooperados para muitos municípios do estado, possibilitando a circulação da produção e o não desperdício. O PNAE, assim como o girassol possui um mercado “seguro”. O ano de 2012, período de realização da pesquisa, marcado por greves nas escolas da rede pública, trouxe prejuízo para o rendimento da cooperativa, que sofreu com a diminuição drástica de compradores. De acordo com relato de um cooperado:

Com a paralização que ocorreu essa semana, e o indicativo de greve novamente, nós entregamos ontem, como maior medo. Assim mesmo rejeitaram muitos produtos nossos. Hoje a gente tá tentando remanejar para outras escolas. Então a gente não vai botar os caminhões para rodar quinta, porque vai sobrar muito produto e aí é prejuízo pra todos nós. (Sr. J. G. Trabalho de campo, setembro, 2012)

Essa situação levou a COOPRASE a buscar urgentemente novos mercados consumidores onde pudesse fazer circular seus produtos. Então, a cooperativa procurou ampliar a comercialização em feiras-livres, além da participação numa feira agropecuária no estado de Alagoas. Esses produtos para serem armazenados necessitam de equipamentos que são adquiridos através da elaboração de projetos, mas também poderiam ser comprados via empréstimos.

Aqui, ganha destaque a importância da cooperativa. Embora não seja objeto desse estudo, merece referência a atuação da COOPRASE na organização dos produtores de girassol na região do Alto Sertão Sergipano, ou o assentamento jacaré Curitiba. A cooperativa tem papel relevante, por que além de organizar e auxiliar os camponeses na produção, ela procura sanar os problemas que surgem no percurso. A busca de mercado é um exemplo dessa atuação.

No que diz respeito às linhas de créditos foi constatado em campo e em documentos oficiais que os agricultores interessados em produzir oleaginosas para a produção de agrocombustível têm direito a buscar financiamentos do PRONAF.

O problema constatado do Alto Sertão Sergipano é que quando há a necessidade do financiamento existem obstáculos, pois muitos dos agricultores contraíram dívidas de safras anteriores na produção de outras culturas e devido ao problema de estiagem comum na área em estudo, a quitação dessas dívidas ficou impossibilitada, tornando esses produtores inadimplentes e proibidos de terem acesso a um novo financiamento. De acordo com o depoimento do presidente da COOPRASE,

Necessidade de crédito tem. Mas no Sertão hoje tem 70% de nossos agricultores estão inadimplentes. O que é inadimplência? É você pegar um financiamento e às vezes em um ano de seca você não pode pagar e aí quando não tem cobertura de seguro, você fica inadimplente, você passa a não poder pegar financiamento nenhum. (Sr. J. G., Trabalho de Campo, setembro, 2012)

Foi verificado o interesse por parte dos produtores de girassol em financiamento para melhorar o plantio, como se pode ver pelo exposto:

Não conseguimos pegar empréstimos, mas temos interesse para a gente aumentar nossa produção. A não consegue porque devemos ao banco por causa de outros empréstimos que fizemos e não conseguimos pagar por causa da seca que a gente perdeu toda a produção, então não pagamos aí ficamos como devedores e não podemos pagar mais. (J. F. Trabalho de campo, outubro de 2012).

Percebemos que o endividamento dos agricultores os impossibilita na aquisição de recursos por empréstimos dos bancos oficiais, principalmente no Alto Sertão Sergipano. No ano de 2010, nenhum agricultor do Alto Sertão Sergipano conseguiu algum tipo de financiamento, apenas 32 agricultores no estado de Sergipe conseguiram financiamento para a produção do girassol.

4.4 - A cadeia produtiva do girassol no Alto Sertão Sergipano

A adaptação do girassol em regiões de clima árido, o baixo uso de pesticidas agrícolas, a demanda de pouco cuidado durante o ciclo produtivo, somado a uma relativa segurança do mercado consumidor, torna a produção de girassol atraente. Porém, a colheita do girassol requer cuidados, pois o capítulo, parte da planta onde

se encontra os grãos e onde se concentra o óleo, possui um formato pontiagudo que machuca as mãos dos colhedores (figura 21).

Figura 21: Agricultor colhendo os capítulos de girassol



Foto: Avelange - Técnico/Coopraxe, dezembro, 2012.

Uma dificuldade encontrada no período de colheita, que ocorre de setembro a novembro é a perda de grãos, pois como a colheita é realizada quando o girassol já está seco, os grãos ficam vulneráveis a ação dos ventos que a depender da intensidade faz com que os grãos se desprendam e caiam sobre o solo. Ao caírem no solo, se torna inviável e complicado o recolhimento desses grãos, pois o produtor depende de tempo que deve ser usado para preparar a terra para outro plantio.

Figura 22: Plantio de girassol no período de colheita



Foto: Jamile Rodrigues, novembro, 2012.

Os pássaros também são ameaças para os produtores, pois os grãos de girassol são alimentos para as aves. Logo, durante o período de colheita as aves “atacam” as plantações de girassol trazendo prejuízo para os produtores. Os capítulos, depois de colhidos e colocados em sacos cedidos pela cooperativa que os recolhem, são encaminhados para sua sede para a retirada dos grãos, como se pode ver nas figuras 23 e 24. Após esse procedimento a produção é destinada para o depósito de alimentos da COOPRASE sediada no município de Nossa Senhora da Glória.

Figura 23: caminhonete para o transporte dos sacos de girassol.



Foto: Avelange Técnico/Cooprase, dezembro, 2012.

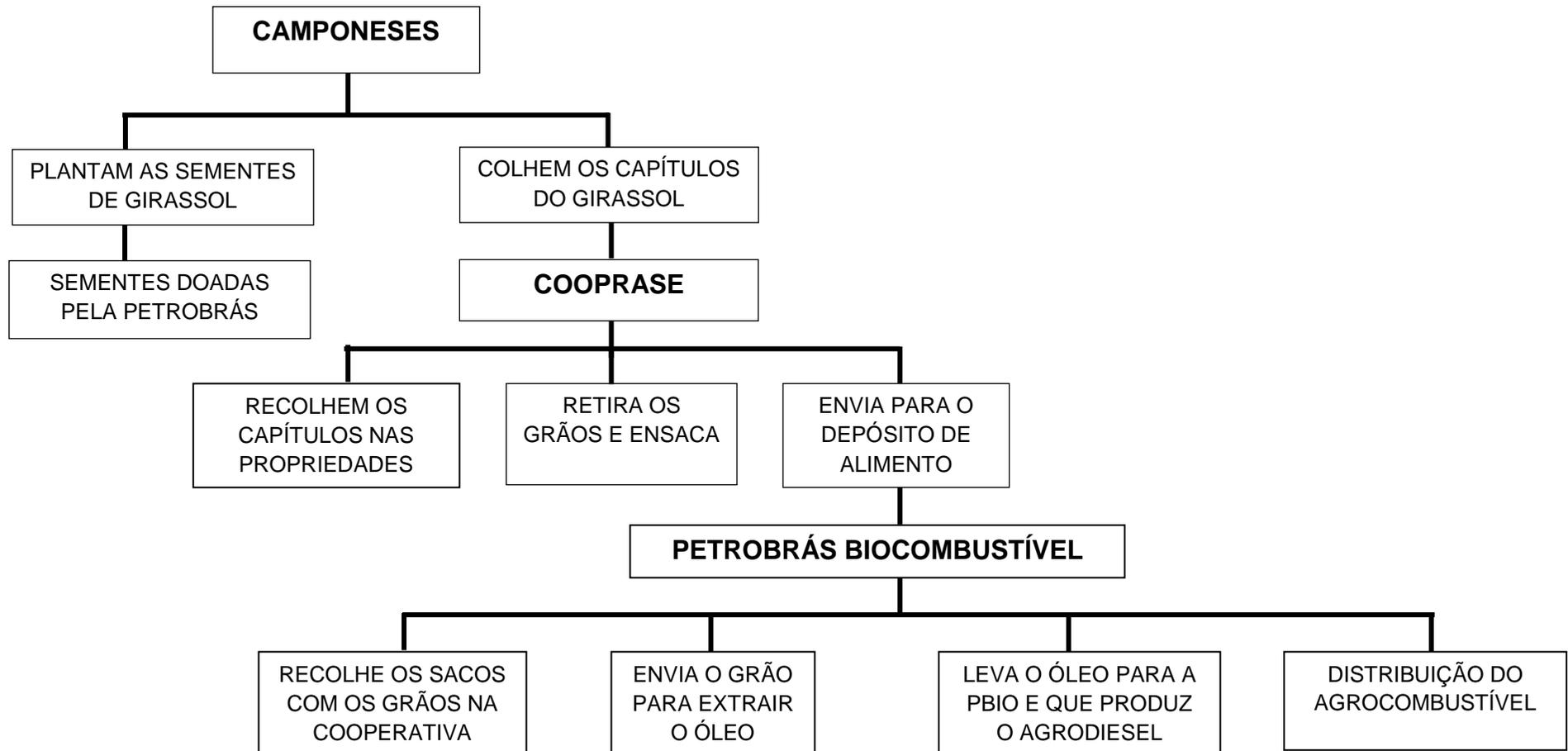
Figura 24: Trabalhadores batendo os capítulos de girassol



Foto: Jamile Rodrigues, setembro, 2012.

Os sacos com os grãos de girassol, ao serem depositados no galpão da COOPRASE ficam aguardando que a Petrobrás Biocombustível envie o transporte que irá recolher a produção e encaminhar para uma empresa que extrai o óleo. A figura 25 apresenta a trajetória do girassol, até ser transformado em biodiesel.

Figura 25: O caminho percorrido do girassol até o biodiesel.



Org.: Jamile Rodrigues, 2013.

A partir do trabalho de campo percebemos que os camponeses do Alto Sertão Sergipano não participam de todos os caminhos e/ou etapas da produção do Biodiesel. A participação do camponês pode ser conferida apenas na produção do girassol.

Não se pode negar que entre aqueles trabalhadores visitados durante a pesquisa de campo realizada em 2012, a atividade do girassol representa uma alternativa que eles gostam e acreditam nas respostas que ela vem dando e poderá continuar assegurando. Renda regular, possibilidade de alimentar o gado, as abelhas, além de agregar, para a sua comercialização, o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

As pesquisas de campo permitiram notar a preocupação por alguns seguimentos dos movimentos sociais da possibilidade de redução das terras para a produção de culturas de subsistência da família, além da ausência de autonomia no processo de produção por parte desses camponeses. O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), pois implica na redução de disponibilidade de gêneros alimentícios. Segundo representante do MPA de Sergipe a falta de assistência técnica, a perda da autonomia ao ter que cumprir as exigências estabelecidas pela Petrobrás e a não participação em todo o processo produtivo, fazem com que o movimento se negue a participar de discussões em torno dos agrocombustíveis e a questão alimentar. A posição do MPA é fundamentada após discussões e análise do Programa e do interesse da Petrobrás em investir na área. Como podemos confirmar no relato abaixo:

Dicutimos algumas coisas que tem nas regras do progrma. Nós dissemos que não temos interesse em participar do debate da fome no estado de Sergipe por que há um grande debate sobre mais uma monocultura na região: a mamona e o girassol. Nós estamos entendendo que temos que trabalhar a produção consorciada e diversificada. Então, nossas famílias não vão participar desse programa. (Presidente do MPA, Trabalho de campo, setembro, 2012).

Desta forma, percebe-se que o movimento não concorda com as diretrizes adotadas pelo programa. Para o MPA trata-se da introdução de mais monoculturas no estado de Sergipe, o que pode levar a perda da variedade de produtos agrícolas. Para o movimento, é de suma importância a prática do cultivo consorciado,

principalmente, que ocorra uma diversidade das culturas plantadas para que possa suprir a necessidades dos camponeses.

Apesar do programa propor a produção consorciada, o MPA teme que ela venha acontecer, visto que alguns produtores já tem destinados uma área maior para a produção de girassol e existem alguns que não querem realizar o cultivo consorciado, pois alegam que não há um rendimento satisfatório. Isso soma-se a ausência de obrigatoriedade e de uma quantidade de área estabelecida fazem com que muitos dos pequenos produtores que produzem o girassol avancem para a monocultura.

Nessa direção nota-se que se trata de uma atitude que reforça a vulnerabilidade desses trabalhadores, uma vez que diminuem a área de produção de alimentos, ao tempo em que ficam a mercê dos interesses do mercado pelo girassol, correndo o risco de em algum momento esse produto venha ser subvalorizado.

Essa lógica incentivada pela garantia da comercialização e do preço definido pela empresa tem mostrado a força do processo de monopolização do território, como observa Maria Santos na atuação da CODEVASF no Baixo São Francisco que junto com outras empresas subordinaram e expropriaram os camponeses. O domínio das diversas empresas no território sergipano é marcante durante toda a sua história, seja no processo de territorialização onde o latifundiário funde-se com o industrial, ou no processo de monopolização em que o capital não se territorializa, mas domina todo o processo produtivo regendo as regras de produção e comercialização dos produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço agrário tem sido produzido a partir da necessidade do homem de explorar os recursos da natureza, o que resulta em conflitos entre grupos distintos, numa conjuntura, em que o espaço passa a ser um “território” disputado.

Em Sergipe, temos o espaço sendo usado para a produção de girassol. Uma atividade que vem sendo apresentada como uma das saídas encontradas pelo capital de explorar o campo brasileiro e diversificar as fontes de energia do Brasil.

O espaço que compreende o Alto Sertão Sergipano, área de estudo desta pesquisa, tem sido alvo de projetos e programas, como medidas elaboradas para a exploração das potencialidades presentes na natureza. A produção do girassol, nessa direção, acaba ao mesmo tempo, atendendo a lógica capitalista para a produção de energia e significando para o campesinato da área onde se territorializa, a alternativa a qual estão tendo acesso.

É no campo, onde a busca de novas áreas de expansão se faz de maneira intensiva. A grande extensão de terras e variedade climática presentes no território brasileiro permite a prática de diversas culturas, além de viabilizar a instalação de empresas beneficiadoras dessas culturas. Isso eleva a exploração da natureza presente no campo, pois os grandes produtores retiram elementos da natureza, além de reutilizar as terras para produção de culturas que possibilitam extrair riquezas com a exploração do trabalho e a submissão dos camponeses que desejam permanecer no campo. A produção dos agrocombustíveis é uma expressão dessa realidade.

Em relação ao apoio a produção dos agrocarburentes pelos pequenos produtores camponeses, é isso que se observa. Na aparência do subsídio e incentivo à produção e reprodução familiar, a essência aponta para a expansão do agronegócio no campo e para a subordinação camponesa, o que é compreendido a partir da leitura das contradições visualizadas no campo.

Nesse estudo constatamos que os camponeses encontram-se subordinados. Logo, ficou evidente a monopolização do território pelo capital, pois não há a expropriação camponesa, mas a exploração da produção camponesa. É importante frisar que a atividade se desenvolve dentro de um assentamento de reforma agrária.

O processo de monopolização do território pelo capital na cadeia produtiva do agrodiesel no estado de Sergipe é realizado sob a égide da Petrobrás Biodiesel, que controla todo o processo produtivo, desde o fornecimento de sementes até o processamento e comercialização do agrodiesel, sem necessariamente instalar qualquer tipo de sede (indústria ou escritório) no Alto Sertão Sergipano, ou seja, sem se territorializar.

Na pesquisa, pudemos perceber a luta diária do camponês em permanecer no campo a partir da constante busca por meios de sobrevivência, o fez acatar o PNPB como possibilidade de permanecer no campo. Ao produzir de forma consorciada, podendo manter uma produção diversificada com gêneros alimentícios garantindo o alimento diário da família, as condições de reprodução se ampliam.

É importante destacar que apesar dos camponeses terem uma produção voltada para priorizar as necessidades da família isso não os impede de terem um excedente na produção, o que pode ser vislumbrado em campo. A comercialização desse excedente vem sendo realizada por meio da COOPRASE, que através do Programa Nacional de Alimentação Escolar, tem tido esse processo facilitado.

O PNPB está inserido na lógica do novo modelo de desenvolvimento, que valoriza as potencialidades no Alto Sertão Sergipano. Ele vem alicerçado no discurso de minimizar o problema da seca a partir da produção de girassol, mas não alterou as condições desfavoráveis em que os camponeses se encontrem, pois a produção só tem ocorrido nas áreas de perímetros irrigados.

Os argumentos presentes no Programa de Produção e Uso do Biodiesel não tem sido respaldados, uma vez que não tem produzido uma fonte de energia limpa, nem tampouco independente do petróleo, já que a atividade agrícola necessita de insumos que possuem derivados do petróleo na sua composição.

Nessa perspectiva, o PNPB possui um discurso impregnado de ideologia, pois o programa busca em sua essência uma saída para uma possível crise energética que o mundo enfrenta. A proposta de inclusão social caminha nessa direção, uma vez que, não promove de fato a participação camponesa em toda a cadeia produtiva dos agrocombustíveis. A participação camponesa se reduz apenas ao plantio do

girassol, sendo as demais etapas da produção realizada por domínio da Petrobrás Biocombustíveis.

Outra falácia que nos deparamos no desenrolar dessa pesquisa foi a participação dos atores que no plano do discurso fazem parte da efetivação do programa, porém não existe uma participação dos sujeitos.

O PNPB tem a participação do Estado, que no plano oficial, auxilia a produção camponesa, mas também garante vias para a realização da produção e o escoamento, principalmente dando incentivos fiscais para as empresas capitalistas beneficiadoras da matéria-prima. Esse papel do Estado de subsidiar o capital é notório há muito tempo em diferentes momentos da história. Como afirma Harvey (2005, p. 71), "...ele sempre esteve presente; apenas suas formas e modos de funcionamento mudaram conforme o capitalismo amadurecia.”.

Assim como a inclusão social que não tem ocorrido, o Selo Combustível Social tem tido um papel de diminuir os custos e, conseqüentemente, ampliar a renda das empresas que produzem o agrodiesel. O selo não tem garantido a participação efetiva do camponês na cadeia produtiva nem assegurado os camponeses de assistência técnica.

A produção da oleaginosa favorece a apicultura, o que tem servido de incentivo para a produção, pois o Alto Sertão é uma área de grande importância na produção de mel. Somado a este fator os camponeses sentem que tem a garantia de compra da produção e de preço, mesmo conscientes que deveriam ganhar mais pelos grãos de girassol. A renda complementar gerada pela produção do girassol é uma garantia de permanência do homem no campo, pelo menos, enquanto a produção interessar ao mercado.

Nota-se que não se trata de uma política que visa erradicar a situação de pobreza no Sertão.

Sabe-se que, na ausência de uma política que garanta a superação das desigualdades sociais, ou uma política que ensine a conviver com a seca, sem assumir o controle da vida camponesa, como vem ocorrendo na área de estudo, com a monopolização do território e a vulnerabilidade da produção de alimentos, com o conseqüente aumento da perda da autonomia camponesa, uma ação que

assegure renda e subsistência, aparece como uma possibilidade para se manter no campo.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado.** Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro; Introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque – 2. ed., Rio de Janeiro: Edição Geral, 1985.

AMIN, Samir. **O capitalismo e a Renda da Fundiária.** In A Questão Agrária e o capitalismo/por/Samir Amin e Kostas Vergapoulos: tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, p. 179.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local.** In: Santos, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 15-2.

ARACRI, Luís Angelo dos Santos. **Limites à modernização da agricultura familiar em Mato Grosso no marco do programa Selo Combustível Social.** In: Novas fronteiras do biodiesel na amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2011, p. 77 - 89.

BERNARDES, Julia Adão. **Políticas Públicas, Selo Combustível Social e Território Usado.** In: Novas fronteiras do biodiesel na amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2011, p. 65 – 76.

BRASIL – BIODIESEL, s/d.

BRASIL – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2011.

Brasil. Ministério de Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar. Acessado 06 de outubro de 2010.

CALAÇA, Manoel. **A Territorialização do Capital no Cerrado: Agro(bio)combustíveis e o Campesinato – Questões para Debate.** Publicado no XI EREGEO – Simpósio Regional de Geografia. UFG – Campus Jataí de 04 a 07 de setembro de 2009. Disponível no site http://eregeo.agbjatai.org/anais/textos/trab_autor.html, acessado em 25/05/2010.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Mançano Bernardo. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Revista NERA Presidente Prudente Ano 11, nº13, p. 16-25. Jul.-dez./2008. Disponível em http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/13/7_cavalcante_e_fernandes_13.pdf

CLEPS JUNIOR, João. **Questão Agrária, Estado e Território em disputa**: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In Geografia Agrária e desenvolvimento; orgs: Marcos Aurelio Saquet e Roseli Alves dos Santos, São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 35 - 54.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Insustentabilidade do Desenvolvimento Sustentável**. Conferência no III Encontro Nacional do Meio Ambiente, 14 de outubro de 2004, Salvador/BA.

COPERSUCAR. **PROÁLCOOL: fundamentos e perspectivas**. Cooperativa de produtores de cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo Ltda – COPERSUCAR, maio de 1989.

DATHEIN, RICARDO. **Inovação e Revoluções Industriais: uma apresentação das mudanças tecnológicas determinantes nos séculos XVIII e XIX**. DECON/UFRGS, Porto Alegre, Fevereiro 2003.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. 3 ed. São Paulo: editora escala, 2009.

FABRINI, João Edmilson. **O campesinato frente a expansão do agronegócio e do agrocombustível**. In Geografia Agrária e desenvolvimento; orgs: Marcos Aurelio Saquet e Roseli Alves dos Santos, São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 55 - 88.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do território**. In: Campesinato e território em disputa. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, 2005, p. 14 – 34.

_____. **Soberania Alimentar como território**. Presidente Prudente: s. n, 2010.

FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel Dourados. **O Desenvolvimento Sustentável: a nova face de uma mesma lógica**. In: As ciências sociais: desafios

do Milênio; orgs: Vânia de Vasconcelos Gico, José Antônio Spinelli Lindoso e Pedro Vicente Costa Sobrinho. Natal, RN: EDUFRRN, 2001; p. 809-818.

FERNANDES, Marcionila. **Desenvolvimento Sustentável – Antinomias de um conceito**. Anais de evento. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. 01 a 05 de setembro de 2003. UNICAMP, Campinas/São Paulo.

FERREIRA, Sandra Cristina; GOMES, Maquiana de Freitas Vilas Boas. **Relações de produção e de trabalho no campo: heranças históricas no século XXI**. Anais de evento, EGAL, 2009.

FERTIPAR Fertilizantes - <http://www.fertipar.com.br/tecnico/nitrogenio>. Acessado em 22 de fevereiro de 2013.

GODOY, Paulo. **Uma reflexão sobre a produção do Espaço**. Estudos Geográficos, Rio Claro, v. 1, p. 29-42, junho de 2004. Disponível: www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre a teoria e crítica em Geografia**. 2. ed. Ver. E ampl. Goiânia: UCG, 2007.

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro; JUNIOR THOMAZ, Antonio. **Novo sentido da luta de classes e do controle social no meio rural uma contribuição à Geografia do conflito Capital X Trabalho**. Ciência Geográfica, Bauru, V.11, 2005, p. 12 – 19.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan; OLIVEIRA, Cristiane Fernandes de. **São Francisco: as águas correm para o mercado**. B. Goiano. Geogr. Goiânia, v. 29, n. 2, p. 113 – 125, jul./dez, 2009.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan; SILVA, David Pimental Oliveira; RODRIGUES, Jamile Oliveira. **O Fátasma da Transposição do Rio São Francisco e a Maldição das políticas de (des)envolvimento**. In: X Encontro Regional de Estudos Geográficos, 2009

GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel: As Concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. – Tradução e Edição de Texto de Dario Canali – São Paulo L&PM, 1984.

GUIMARÃES, Albert Passos. **O processo de industrialização da agricultura**. In: A crise agrária. 3. Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 81 – 111.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HOUTART, François. **A agroenergia: solução para o clima ou saída da crise para o capital?**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LACOSTE, Yves. **Teoria e Método**, Cardenas AGB-SP, 1985.

LEITE, Antônio Dias. **A Energia no Brasil**. 2.ed. ver. E atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007 – 2ª reimpressão.

LIMA, José Renato de. **Do torrão da vida à marcha forçada rumo ao apito das gaiolas de pedra: Mobilidade do trabalho e a dialética do campo-cidade no município de Ribeirópolis/SE**. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão: NPGEU/UFES, 2012.

LIMA, Lucas Gama. **Território e as Políticas de (RE) Ordenamento Territorial: Um Esboço**, In: Para Dialogar na Geografia; orgs: Ana Rocha dos Santos e Cláudio Ubiratan Gonçalves, Editora São Cristóvão, 2010.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. Tese de Doutorado. São Cristóvão: NPGEU/UFES, 2007.

MACHIAVELLI, Nicolò. **O príncipe**. Tradução, prefácio e notas de Lívio Xavier, 33. ed., Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

MARQUES NETO, Raul; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A disputa territorial entre campesinato e agronegócio no assentamento José Emídio dos Santos: agrocombustíveis X alimentos**. In: Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 8., 2010, Porto de Galinhas-PE. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT18-ERALDO-RAMOS.pdf>> Acesso em: 7 jan. 2013.

MARTINS, José de Souza. **Situações Diferenciais de classe social**. In A sociedade vista do abismo. Petrópolis: Vozes, 2002. pp. 49-117.

MARX, Karl. **Processo de trabalho e processo de mais-valia**. In: O Capital: crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 22. ed., 2004, p. 209 – 231.

MATTEI, Lauro Francisco. **Programa Nacional para Produção e Uso do Biodiesel no Brasil (PNPB):** Trajetória, Situação Atual e Desafios. Disponível <http://www.sober.org.br/palestra/9/79.pdf>, acessado em 23/05/2010.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A Urdidura Espacial do Capital e do Trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2004.

MENEZES, Ana Virgínia Costa de. **A intervenção do Estado na agricultura sergipana**. In Capítulos de Geografia Nordestina; orgs: José Alexandre Felizola Diniz e Vera Lúcia Alves França, Aracaju: NPGeo/UFS, 1998, p. 307 – 322.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do território das fabriquetas de queijo sergipano**. Tese de Doutorado. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2009.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia dos homens concretos**. In: o que é Geografia. Brasileiros, 1982, 2. ed, p. 71 – 84.

_____. **Bioenergia, Sentido e Significado**. Revista ANPEGE. v. 3, p.43-56, 2007.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Agricultura brasileira transformações recentes**. In: Geografia do Brasil; org. Jurandyr L. Sanches Ross. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o Agronegócio no Brasil**. In Revista Terra livre, 21, São Paulo: AGB, ano 19, v.02, n21, julho-dez de 2003, p.113-156.

_____. **Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI**. In: O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social; org. Arioaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inez Medeiros Marques. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de. **Entre o Estado, o Mercado e a Reprodução Social: organização dos pequenos produtores do polo irrigado Petrolina/Juazeiro.** Dissertação de Mestrado. São Cristóvão: NPGEU/UFES, 2011.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **As tecnologias e as interfaces no campo como estratégias de controle do capital.** Dissertação de Mestrado. São Cristóvão: NPGEU/UFES, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **A natureza da economia camponesa: divergências e convergências.** In: Terra e território: a questão camponesa no capitalismo. Expressão Popular: São Paulo, p. 19 -58, 2010.

_____. **O Campo Brasileiro no Cenário da Matriz Energética Renovável: Notas para um debate.** Terra Livre, Presidente Prudente. Ano 23, v. 2, n. 29, p. 95-114; Ago-Dez/2007.

_____. **Por uma Geografia dos Camponeses.** São Paulo: UNESP, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PRADO JR. Caio. **O que é liberdade: capitalismo X socialismo.** Coleção Primeiros Passos: São Paulo. 1985.

RAFFESTIN, Claude. **O que é território?.** In: Por uma Geografia do Poder. Editora Ática: São Paulo. p. 143 – 163, 1993.

RATZEL, Friedrich. **“O povo e o seu território”** in Moraes, Antônio Carlos (org). Ratzel, São Paulo: Ática, 1990: 73 a 82.

RIO, Gisela A. Pires do. **Escalas de política energética: o programa nacional de biodiesel.** In: Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2011, p. 27 - 46.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social: princípios do direito político.** Tradução de Antonio de Pádua Danesi; revisão da tradução de Edison Darci Heldt, 4. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SANTOS, Marleide Maria. **Movimentos Sociais: Na trama do ocultamento dos conflitos de classe.** Tese de Doutorado. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2008.

SANTOS, Milton. **O retorno do território.** In: Santos, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 15-2.

SANTOS, Ricardo Menezes. **Se planta e colhe alimento neste Sertão: resistência e permanência da autonomia camponesa e as estratégias do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) nas contradições do projeto da Soberania Alimentar.** Dissertação de Mestrado. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2012.

Sergipe. FAPITEC/SE - www.fapitec.se.gov.br acessado em 10 de outubro de 2010.

Sergipe. Sergipe Parque Tecnológico – PROBIOSE. Acessado dia 03 de outubro de 2010.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: Conceituação e desconceituação. O velho e o Novo em uma Discussão Marxista,** in Cadernos Cebrap, São Paulo, 1980.

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. **Do latifúndio ao agronegócio: as novas territorialidades do capital no campo sergipano e as formas em que se reveste o domínio do “senhor” ao “escravo”.** Dissertação de Mestrado. São Cristóvão. NPGeo/UFS, 2010.

SILVA, Carlos Eduardo Mazetto. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: em busca de novos caminhos.** In O Campo no Século XXI; orgs:Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inez Medeiros Marques, São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

SILVA, Rafael Alves da. **A exaustão de Sísifo: gestão produtiva, trabalhador contemporâneo e novas formas de controle.** Campinas, SP: [s. n.], 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço.** Rio de Janeiro. Berthand Brasil, SA, 1988.

SOUTO, Miguel Heimar. **Caminhos e descaminhos da atividade leiteira no Noroeste de Sergipe.** Dissertação de Mestrado. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 1998.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso hegemônico do capital à atualidade da luta de classe no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia.** Tese de Doutorado. São Cristóvão. NPGEO/UFS, 2008.

TERÁN, Juan Fernando. **La economía de los biocombustibles: una mirada a los proyectos hegemônicos para América Latina.** In Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual; org: Bernardo Mançano Fernandes, Expressão Popular: São Paulo, 2008, p. 339 - 394.

VALLE, Luiz Fernando do. **Energia Alternativa ou Renovável - Solução Sustentável.** Texto disponível no site: www.blograizes.com.br, acessado em 21 de agosto de 2010.

APÉNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

TÍTULO

**DA ENERGIA QUE SE PLANTA À SUJEIÇÃO CAMPONESA: o Programa Nacional de
Produção e Uso do Biodiesel e seus rebatimentos no Alto Sertão Sergipano**

QUESTIONÁRIO PARA COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES

1. Identificação

- 1- Nome do entrevistador: _____ Data: ___/___/___
 2 - Município: _____ Estado: ___ Povoado: _____
 3 - Idade: _____ Sexo: 1. Masculino () 2. Feminino
 4 – Representante de qual cooperativa ou associação? _____

1. Como se originou a cooperativa ou associação?

2. Quantos produtores são associados ou cooperados?

3. Há produção de girassol?

() sim () Não

4. Além do girassol quais outros produtos são cultivados pelos membros da cooperativa ou associação?

5. Na opinião da cooperativa ou associação quais as vantagens/benefícios de cultivar o girassol?

6. Qual o papel da cooperativa no tocante a:

a) Incentivo à produção: _____

b) Assistência técnica: _____

c) Financiamento: _____

d) Comercialização: _____

e) Definição do preço: _____

7. Quem está incentivando a produção do girassol, ou seja, quem estar dando apoio?

() Sim

() Não

() Outros _____

8. De que maneira a Petrobrás participa desta atividade?

9. De que forma vem ocorrendo essa(s) parceria(s)?

10. Existe algum tipo de crédito ou financiamento destinado para a produção do girassol?

() Sim Qual _____

() Não

11. Como a associação ou cooperativa tem visto o uso de defensivos agrícolas?

12. Em sua opinião, qual a importância da associação ou cooperativa para o desenvolvimento da comunidade?

13. A busca pelo comércio é feita pela cooperativa? Explique como.

14. Qual o destino da produção do girassol?

15. E os demais produtos possuem o mesmo destino do girassol?

() Sim

() Não

Qual o destino? _____

16. Em média quanto do girassol é produzido?

17. Qual o custo de produção e a margem de lucro?

18. A adesão do produtor ao girassol tem se ampliado?

() Sim

() Não

Por que? _____

19. Qual a participação do girassol na cooperativa ou associação? E os demais produtos?

20. Desde quando vem se produzindo o girassol?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

TÍTULO

**DA ENERGIA QUE SE PLANTA À SUJEIÇÃO CAMPONESA: o Programa Nacional de
Produção e Uso do Biodiesel e seus rebatimentos no Alto Sertão Sergipano**

QUESTIONÁRIO PARA OS CAMPONESES

1. Identificação

1- Nome do entrevistador: _____ Data: _____
____/____/____

2 - Município: _____ Estado: _____ Povoado: _____

3 - Nome do entrevistado: _____

4 - Idade: _____ Sexo: 1. Masculino () 2. Feminino

1 A propriedade é própria?

() sim () Não _____

1 Qual o tamanho da propriedade?

2 Há produção de girassol?

() Sim

() Não

3 Por que o senhor optou pela produção do girassol?

4 Além do girassol quais outros produtos são cultivados?

5 Como se deu a chegada do girassol na comunidade?

6 A produção do girassol é realizada de forma consociada?

() Sim Com quais produtos? _____
() Não

7 Quais as vantagens/benefícios de cultivar o girassol?

8 Existe alguma(s) desvantagem(s) em plantar o girassol?

() Sim Quais? _____
() Não

9 Existe alguma assistência técnica?

() Sim Quem realiza? _____
() Não

10 Quem está incentivando a produção do girassol, ou seja, vem estar dando apoio?

() Estado
() Petrobras
() Associação ou Cooperativas
() Outros _____

11 A Petrobras participa ou a produção do girassol?

() Sim
() Não

12 De qual forma vem ocorrendo essa parceria?

13 Existe algum tipo de crédito ou financiamento destinado par a produção do girassol?

- () Sim Qual _____
() Não

14 O que é preciso para ter acesso ao financiamento?

15 Com relação ao manejo no plantio do girassol:

a) Qual o tamanho da área destinada à produção do girassol?

b) Quais são as exigências para a produção?

c) Usa mão de obra contratada?

- () Sim Em qual período? _____ Quantos? _____
() Não

d) É uma cultura que necessita de utilizar defensivos, adubo ou pesticidas contra pragas ou para melhoramento da qualidade da cultura?

- () Sim Quais? _____
() Não

16 Quais os riscos de usar os agrotóxicos na produção do girassol?

17 Em sua propriedade há o uso da agricultura orgânica?

- () Sim
() Não

18 O que levou ou não a utilizar esse tipo de agricultura?

19 Faz parte de alguma associação ou cooperativa?

- () Sim Qual? _____

() Não

20 Em sua opinião, qual a importância da associação ou cooperativa tanto na produção do girassol como dos demais produtos?

21 Você sabe qual o destino da produção do girassol?

() Sim Para onde vai? _____

() Não

22 Em média quanto de girassol é produzido em sua propriedade?

23 Qual o custo de produção? E a margem de lucro?

24 Qual a participação do girassol na renda da família? E os demais produtos?

ANEXO